

Os «factos políticos»...



E O CASO DE TIMOR?



E O CASO DO DOCUMENTO MELO EGÍDIO?



E A POLÍTICA DE REGIONALIZAÇÃO?



E A MILITARIZAÇÃO DO REGIME?

A SIP do PCP comenta a conversa de Freitas do Amaral na RTP, especialmente as questões dos ficheiros e arquivos da PIDE

Pág. 2

HABITAÇÃO



Em 3 de Julho deste ano, o Primeiro-Ministro Balsemão afirmava na TV: «Temos estudada e pronta a solução para as camadas da população, infelizmente ainda 20% dos portugueses, que não têm recursos para comprar ou alugar casa condigna». Já se sabe qual é a solução: cortes de crédito, nova legislação contra os inquilinos — em suma, a «AD» a desgovernar —

Pág. 4

CUBA

Pág. 11



SOLIDA

IEDADE

CONTRA A AMEAÇA DE AGRESSÃO IMPERIALISTA

«Portugal e o Mercado Comum — que futuro para a Região do Porto?»

*

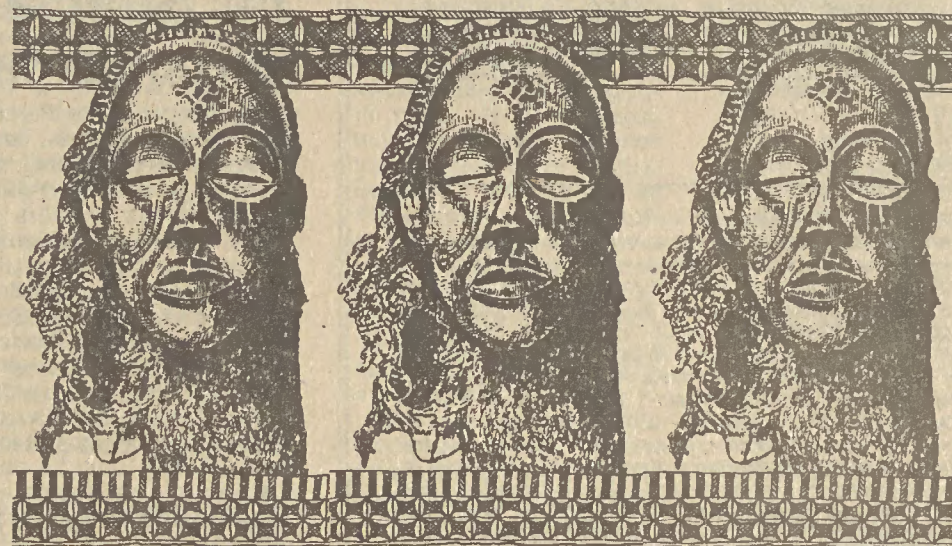
Seminário promovido pela DORP do PCP começa amanhã

Pág. 7



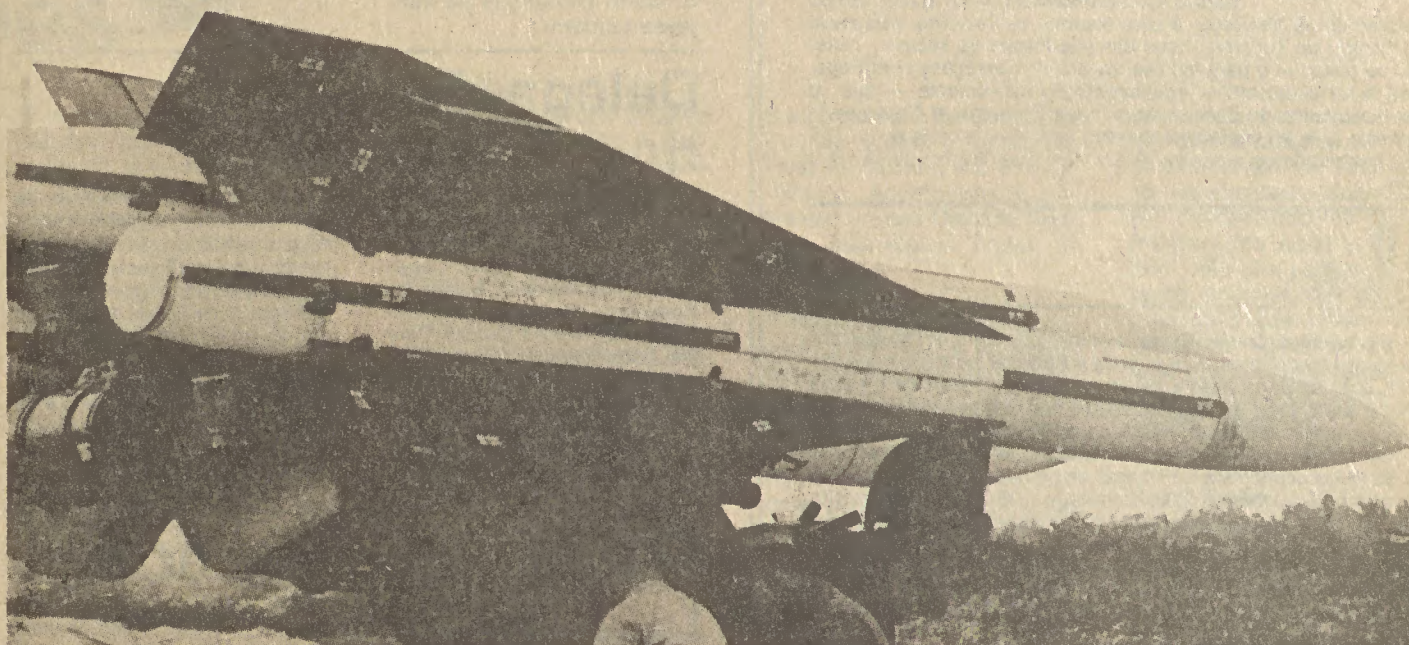
Esclarecimento e propaganda em defesa da Constituição

As organizações do PCP do distrito de Lisboa vão promover hoje uma grande acção de rua para esclarecimento e mobilização da população do distrito em torno da defesa da Constituição de Abril. Nesta acção, haverá bancas e distribuição de documentos nos concelhos e locais de maior movimento da cidade de Lisboa.



ANGOLA INDEPENDENTE HÁ 6 ANOS

Pág. 9



ARMAMENTOS

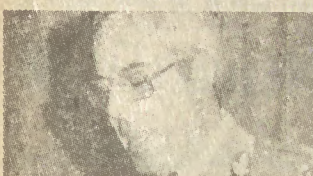
As ameaças à Paz provocadas pela política da administração Reagan não se limitam à ameaça nuclear: a corrida aos armamentos convencionais revela as intenções americanas de levar a guerra a todos os pontos do globo, contra todos os povos

— Pág. 12

SEMANA Nacional

4

Quarta-feira



Garcia dos Santos

Desconvocada de madrugada, em plenário de trabalhadores, a greve prevista para hoje na Siderurgia Nacional: o Conselho de Gerência assinou um novo enquadramento profissional reivindicado através da CNS e garante o prosseguimento da negociação de um novo ACT ■ Acordado entre a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos e a CA da Carris o protocolo para as negociações de revisão do Acordo de Empresa, é desconvocada a greve de 24 horas marcada para hoje naquela empresa ■ Segundo o INE estavam recenseados (inscritos oficialmente) em Portugal, no final do 1.º semestre de 1981, cerca de 386 mil desempregados, o que corresponde a 8,8% da população activa. Jovens e mulheres são os mais atingidos ■ Na abertura do ano lectivo do Instituto de Altos Estudos Militares, o Chefe do Estado-Maior do Exército, general Garcia dos Santos, refere-se longamente à organização interna das Forças Armadas e à sua inserção na sociedade portuguesa, assim como às relações Governo/FA's.

5

Quinta-feira

Em comunicado difundido no final do plenário que ontem realizou, o Secretariado da CGTP-IN propõe aos trabalhadores a realização de manifestações de rua, acompanhadas de greves e paralisações com o maior âmbito possível que, mais do que meras acções de protesto, visem obrigar o Governo a demitir-se, «única forma de resolver os problemas dos trabalhadores e do País» ■ A greve de âmbito nacional na indústria têxtil regista elevada adesão: 200 mil trabalhadores da têxtil prosseguem assim a luta pela negociação do seu novo contrato e contra o «acordo de traição» firmado entre o sindicato paralelo Sindetex e o patronato.

6

Sexta-feira

Mais de 200 mil portugueses subscreveram já o apelo «não às armas nucleares em Portugal». A comissão coordenadora do Movimento solicitou ao Presidente da República uma audiência para lhe fazer entrega do abaixo-assinado ■ Em conferência de imprensa, a comissão central de trabalhadores da RNI acusa o Governo de ser o responsável por aspectos de má gestão da empresa, que prejudicam directamente os utentes dos transportes públicos, e ainda de, não cumprindo o acordo de saneamento financeiro assinado em 1978, visar a asfixia financeira da empresa, «para justificar o seu desmantelamento e desnationalização» ■ Em greve por 24 horas os trabalhadores da EPNC, empresa pública editora dos jornais «Diário de Notícias» e «Capital». A luta é por um caderno reivindicativo apresentado em Setembro ao Conselho de Gerência.

7

Sábado



Apartheid, solidariedade necessária

A intenção de inviabilizar definitivamente algumas unidades de produção da Reforma Agrária que segundo o juízo dos técnicos do ex-MAP não reúnem as condições económicas necessárias, e o prosseguimento das entregas de terras das UCPs e Cooperativas são anunciados em Montemor-o-Velho pelo secretário de Estado da Estruturação Agrária, João Macãs ■ Entretanto, continuam a ser noticiados actos de sabotagem económica — nomeadamente nos distritos de Beja e Évora — praticados por agrários a quem têm sido concedidas reservas, aumentando o número de terras incultas e o desemprego ■ A convite da CGTP-IN encontram-se em Portugal dois destacados dirigentes do SACTU — Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos. Desta visita é principal objectivo — que a CGTP-IN prolongará em diversas iniciativas de denúncia do «apartheid» e de solidariedade agora anunciadas — transmitir aos trabalhadores e ao Povo português as consequências do sistema de «apartheid». Os dirigentes sindicais sul-africanos foram recebidos na AR pelos grupos parlamentares e no Palácio de Belém pelo Presidente da República.

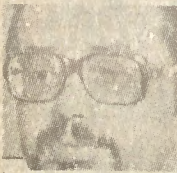
8

Domingo

Uma grande manifestação em Lisboa, no próximo dia 12 de Dezembro, convocada pelas Uniões de sindicatos de Lisboa e de Setúbal e pelas Cintas Industriais de uma e outra cidade é a primeira grande acção de massas decorrente do programa de luta proposto aos trabalhadores e às suas estruturas sindicais e de empresa pelo Secretariado da CGTP-IN na sua reunião da passada quarta-feira ■ O Secretariado das UCPs e Cooperativas do distrito de Évora denuncia «o roubo recente de mais terras à Reforma Agrária», e acusa o Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas de não dar cumprimento a mais de 50 acordos do Supremo Tribunal Administrativo que mandam devolver aos trabalhadores heranças ilegalmente reservadas ■ O presidente do Fundo de Fomento da Habitação exige aos ocupantes dos 545 fogos do Vale das Amoreiras que abandonem as casas, sob pena de serem sujeitos «nos termos legais» à desocupação. A Câmara Municipal da Moita, que refirma ser alheia à origem dos acontecimentos, responsabiliza por eles e por quaisquer medidas repressivas e suas consequências o poder central.

9

Segunda-feira



Nandim, o anti-refúgio

Os serviços de saúde voltam a encarecer: a comparticipação dos utentes dos Serviços Médico-Sociais vai ser aumentada — anunciou hoje o ministro dos Assuntos Sociais, que assim revela algumas das linhas que enformarão o novo OGE, prometido para esta semana quando estão já ultrapassados todos os prazos constitucionalmente previstos para a sua apresentação ■ «A contenção do turismo de pé descalço» é para Nandim de Carvalho, secretário de Estado do Turismo, «uma das prioridades do sector». Trata-se de evitar — e para isso se travará conversações com Espanha, e se elaborará a regulamentação conveniente — que «o refúgio turístico da Europa passe para Portugal» ■ Culminando porfiada luta, foi finalmente tomado extensivo ao Algarve o CGT dos trabalhadores agrícolas já em vigor nos distritos de Évora e Beja.

10

Terça-feira

Um relatório da NATO, aprovado em Outubro em Munique e agora divulgado, preconiza a ajuda a Portugal para que modernize a sua indústria ligeira de armamento e munições e assim possa satisfazer as necessidades dos países europeus da NATO, «cujos stocks de guerra atingiram níveis perigosamente baixos». Trata-se da resposta da NATO à necessidade constatada de ajuda económica a Portugal, elaborada com a participação de dois portugueses: Ângelo Correia, do PSD, e José Luis Nunes, do PS ■ Na sequência das deliberações tomadas pelo secretariado da CGTP-IN no passado dia 4, estão em curso em todo o País plenários de dirigentes sindicais para preparar jornadas de luta «contra a degradação das condições de vida dos trabalhadores e pela defesa do regime democrático».

Efeméride da Semana — Em 10, 11 e 12 de Novembro de 1923, realiza-se em Lisboa, com a participação de 118 delegados, o I Congresso do PCP. São aprovados uma resolução sobre «Organização partidária», uma tese intitulada «Definição de Princípios», um «Programa de acção» e ainda uma resolução sobre «A questão agrária».

Editorial

UNIDADE PARA A DEFESA DA DEMOCRACIA

Os perigos reais para a democracia portuguesa resultantes da concordância dos projectos do PS e dos outros partidos da ex-FRS com o da «AD» em matéria de competências militares, verificada nos trabalhos da Comissão de Revisão Constitucional da AR, não foram ainda apreendidos em toda a sua extensão e gravidade pelo conjunto das forças democráticas.

Igualmente, as sutilezas dessa concordância antidemocrática têm escapado até agora aos democratas mais desprevenidos.

É indubitável que a grande manobra da «AD» para atrair os socialistas às suas posições revisoras da Constituição em matéria militar e quanto ao conjunto dos poderes — e mesmo, previsivelmente, quanto às formas de eleição — do Presidente da República só pode iludir ingenuos. Ora a direcção actual do PS não peca, obviamente, pela ingenuidade.

É admissível que haja na direcção actual do PS pessoas interessadas em se prestar ao jogo da «ingenuidade», mas por interessadas de facto no êxito final da manobra subversiva da «AD» donde pensam retirar dividendos próprios para objectivos inconfessáveis.

Dois aliados de facto em matéria da mais melindrosa da revisão constitucional — PS e PSD — táticos ou não, querem mostrar uma coisa para fazerem outra.

A «AD» quer mostrar que «cedeu» ao PS, retirando o seu próprio projecto de revisão sobre competências militares e os poderes do PR. Na verdade, as propostas revisoras do PS em tal matéria não são outras senão as que foram inicialmente avançadas por Sá Carneiro e que a «AD» deseja agora fazer passar com os votos socialistas na Assembleia da República.

O PS, por sua vez, pela boca dos seus principais dirigentes, em particular do seu secretário-geral, Mário Soares, quer mostrar aos trabalhadores socialistas e aos democratas mais crédulos que recusa alianças com partidos da «AD» (pelos menos, diz, antes de novas eleições legislativas). O PS, nas palavras de Mário Soares, vai mover à «AD» uma oposição de «esquerda» ainda mais «intransigente»...

Na verdade, não se pode deixar de admitir que o secretário-geral do PS procura camuflar com uma fraseologia de esquerda cedências de facto à direita em substância e na prática. Nomeadamente, em aspectos fundamentais da defesa do regime democrático como são os da revisão constitucional; na «luz verde» concedida à «AD» para governar até 1984; nos conluios, abertos ou velados ou mal desmentidos, com a Aliança reaccionária contra as autarquias APU; na defesa de um projecto divisionista contra o movimento sindical unitário.

Sob a aparência «inocente» de acerto e de «consenso» de projectos de revisão constitucional do PS e da ex-FRS e da «AD» o que se processa de facto nos corredores e gabinetes de S. Bento é um autêntico golpe de Estado contra o regime democrático.

Os ataques sem comedimento nem freio dos dirigentes da «AD» e dos escribas da imprensa fascista e fascizante que lhe são afectos ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução vão em crescendo.

A desestabilização das Forças Armadas; a fervilhante intriga; os esforços desesperados para enervar os militares patriotas, para lançar uns contra os outros, para semear entre eles a discórdia e a desconfiança, e ao mesmo tempo, os toques a reunir num conluio antidemocrático à direita militar, é uma constante da acção dos inimigos do 25 de Abril empenhados no celerado projecto «AD».

Um pasquim fascista chega mesmo ao ponto de publicar um claro apelo à subversão dirigida individual e colectivamente a cinco conhecidos generais.

Os insultos ao Presidente da República e aos Conselheiros da Revolução mais visados pela direita atingem por vezes as ralas da obscenidade.

PCP

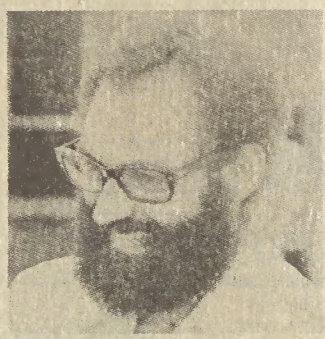
Delegação do PCP na Suécia, Finlândia Dinamarca e RFA

Uma delegação do Partido Comunista Português, composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, e Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável pela Secção Internacional, visita a partir do próximo dia 15 de Novembro a Suécia, a Finlândia, a Dinamarca e a República Federal da Alemanha, a convite dos Comités Centrais dos Partidos Comunistas destes países.

No decurso desta viagem, a delegação do PCP procederá com os Partidos Comunistas visitados a trocas de informação e de opinião sobre a situação em Portugal e naqueles países, bem como sobre a situação internacional e outras questões de cooperação e interesse mútuo. Prevê-se que a delegação venha a contactar com outras forças democráticas e a opinião pública em geral.

Álvaro Cunhal recebeu Olívio Pires Secretário Nacional do PAICV

No dia 9 deste mês, Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, recebeu o camarada Olívio Pires, Secretário Nacional do PAICV. No encontro, que decorreu em ambiente de fraternal amizade, foram tratados assuntos referentes à situação nos dois países, à actividade e cooperação dos dois partidos e a outros problemas de interesse comum.



Delegação do Komsomol

A convite da JCP, esteve no nosso País uma delegação do Komsomol Leninista, composta pelos camaradas Alexei Chevsov, Primeiro Secretário do Komsomol da Região de Saratov e membro do Comité Central, Vitor Baranovsky, cientista, e Alexei Debadov, do Comité das Organizações Juvenis da União Soviética.

A delegação, que esteve no nosso País entre 3 e 10 de Novembro, visitou as regiões de Leiria, Alentejo e Lisboa, onde teve a possibilidade de contactar com a juventude e os trabalhadores destas regiões a fim de verificar a realidade surgida do 25 de Abril, nomeadamente as conquistas alcançadas.

Esta visita insere-se no âmbito das relações de amizade e de cooperação entre a Juventude Comunista Portuguesa e o Komsomol Leninista.

Delegação da JCP em Angola

Com o objectivo de participar nos trabalhos do 1.º Congresso da Juventude do MPLA, deslocou-se à República Popular de Angola uma delegação da Juventude Comunista Portuguesa (JCP).

A representação dos jovens comunistas portugueses foi constituída pelos camaradas Henrique Neves, membro da Comissão Executiva e do Secretariado da Comissão Central da JCP e também do Comité Central do PCP, Francisco Filipe e Paula Coelho, ambos da CC da Juventude Comunista Portuguesa.

O próprio Primeiro-Ministro impulsiona e participa activamente nesta campanha desestabilizadora.

Há dias Balsemão referia-se mesmo ao CR como se este órgão de soberania já não existisse. O Primeiro-Ministro toma os seus desejos por realidades com o evidente objectivo de abater as barreiras que se levantam ao plano subversivo da coligação reaccionária.

É sintomático que certos círculos dirigentes do PS e certos órgãos que reflectem as posições de Mário Soares participem, de algum modo, nesta campanha.

A existência de um acordo PS/FRS/AD no capítulo da revisão constitucional, designadamente para a inversão de poderes do PR em matéria de competências militares; a existência de um «acordo de regime» para depois das eleições autárquicas de 1982 entre o PSD e a direcção actual do PS — táticos ou não, simplesmente verbais ou «preto-no-branco» — não se contestam com meras tiradas oratórias tingidas de «esquerda» para a galeria ouvir, mas através da prática concreta, na consideração objectiva dos problemas reais que na hora presente se colocam ao povo e ao País, como, por exemplo, o tal problema actualíssimo e escaldante da revisão constitucional.

No contexto da crise política, o conhecido caso impropriamente designado por «documento Melo Egídio», a que veio juntar-se agora a explosiva questão da corrupção em departamentos do Estado com o presumível envolvimento de ministros anteriores e actuais da «AD» e contra a qual o Governo fez um autêntico «fogo de barragem», continua a agitar as águas da desestabilização das Forças Armadas por iniciativa dos responsáveis da Aliança reaccionária governante.

A mais insólita, pela responsabilidade de quem a tomou, é a do ministro da Defesa Nacional, Freitas do Amaral, na sua intervenção televisiva no programa «Página Um», da RTP.

Freitas do Amaral desenvolveu a singular teoria de que os militares não são cidadãos de pleno direito para se pronunciarem sobre questões que lhe dizem directamente respeito.

O ministro da Defesa, certamente por efeito das disposições concordantes do PS/FRS e da «AD» na Comissão de Revisão Constitucional, no capítulo das competências militares, deve sentir-se já na pele do «comandante supremo das Forças Armadas Portuguesas» ao ordenar aos militares, no caso vertente aos Altos Comandos militares, que não têm que se pronunciar sobre a questão das «competências» antes da revisão estar feita...

Bem vistas as coisas não é assim tão insólita a intervenção televisiva de Freitas do Amaral — ela vem corroborar o que o PCP tem insistentemente denunciado, isto é, a tentativa de governamentalização das Forças Armadas pela «AD» governante, a partidarização das instituições militares, para as enquadrar num plano subversivo da «AD» contra a democracia e o 25 de Abril.

Com voz angelical, o ministro da Defesa passou aos cidadãos fardados um atestado de cidadãos de terceira classe.

Claro, aos cidadãos fardados que tenham a veleidade de ser patriotas. Porque na essência não há incompatibilidade entre aquilo que diz o ministro da Defesa Nacional e o apelo aos cinco generais que atrás referimos.

Nesta operação «documento Melo Egídio» se deve inserir a curiosa e incógnita viagem do ministro Ângelo Correia a Macau e a Hong Kong. Evidentemente que naquelas duas pontas do Oriente Extremo há grandes casinos, muita batota e outras coisas «interessantes» para os lazers de um ministro português incógnito.

Também de lá se podem fabricar «factos políticos» relativamente, por exemplo, a uma alta entidade militar que ainda em recentes dias foi alvo das «bocas» do MAI actual.

São escuras questões que o futuro decerto esclarecerá. Mas de toda esta maquiavelica urdidura dos centros de diversão da AD, uma convicção ressalta nitida: o tiro está a sair pela culatra; os malefícios da «boceta de Pandora» que

A RTP, a «conversinha» do prof. Freitas e ainda os arquivos da PIDE

1. Satisfazendo prontamente uma óbvia encomenda governamental, a RTP1 transmitiu ontem uma entrevista com o vice-Primeiro-Ministro e ministro da Defesa, Freitas do Amaral, manifestamente concebida para dar cobertura propagandística ao plano da «AD» de efectiva governamentalização e partidarização das Forças Armadas, numa tentativa de amortecer as crescentes e justificadas inquietações que tal plano suscita em amplos sectores democráticos.

2. As afirmações aparentemente prudentes e cautelosas feitas por Freitas do Amaral em relação às questões militares não devem iludir nenhum democrata. Se, na citada entrevista, Freitas do Amaral não repetiu a sua brutal afirmação de 5/3/81 de que as Forças Armadas «têm que ter um único patrão» — o Governo — nem insistiu na ideia constante de numerosos documentos da «AD» de que ao Governo deveria caber «a gestão e administração das Forças Armadas», isso se deve tão só a que a «AD», considerando alta-

mente vantajoso o acordo estabelecido com o PS sobre as nomeações das chefias militares, procura agora segurar a todo o preço esse acordo, designadamente escamoteando os seus reais objectivos e propósitos.

3. É neste contexto de demagogia e de recuo meramente verbal que tem de ser considerada a espantosa hipocrisia com que Freitas do Amaral se referiu ao seu projecto de lei sobre os arquivos da PIDE-DGS, quando pretendeu que o mesmo apenas visava defender os «combatentes antifascistas» e se referia apenas às «fichas» da polícia política do fascismo.

4. Com efeito, é por demais conhecido que não é isso que consta e resulta do projecto de lei apresentado em 28 de Maio de 1981 por Freitas do Amaral na Assembleia da República. A circunstância de o projecto pretender manter em segredo por 30 anos «todos os arquivos, ficheiros e processos individuais» (art.º 1.º) e prescrever que, no quadro de extenso rol de pesadíssimas sanções, seja condena-

do de 2 a 8 anos de prisão «todo aquele que revele publicamente factos ou situações de que tenham conhecimento em consequência do acesso a quaisquer documentos, fichas ou processos» (art.º 5.º), bastam por si só para mostrar que a preocupação de Freitas do Amaral não é proteger os combatentes antifascistas das calúnias da PIDE, mas sim silenciar os crimes da PIDE p impedir a revelação das responsabilidades de muitos que, estando hoje instalados em órgãos de partidos reaccionários, figurem de facto nos arquivos da PIDE, não como perseguidos nem como antifascistas, mas como responsáveis do partido fascista, como convites, colaboracionistas, denunciadores e servidores da polícia política da ditadura fascista.

5. De referir, finalmente, que, como tem sido regra em praticamente todas as entrevistas que a RTP tem proporcionado a dirigentes de outros partidos políticos, também na citada entrevista de Freitas do Amaral, não faltaram mais uma vez as falsificações, detur-

pações e críticas a posições e à orientação do PCP. Acontece porém que, numa gritante e desproporcionada prova dos critérios discriminatórios da RTP, o PCP não foi convidado durante quase um ano inteiro para qualquer entrevista sobre temas de política nacional.

Trata-se de uma situação de revoltante e intolerável prepotência e discriminação só por si elucidativa de que a RTP vive à margem da legalidade democrática quando se arroga ilegítimamente o direito de falsificar o quadro político nacional.

Nesse sentido, quer como forma de interromper a escandalosa discriminação a que tem sido sujeito pela RTP, quer atendendo à importância de um efectivo esclarecimento público sobre as questões abordadas por Freitas do Amaral, o PCP considera que é estrita e elementar obrigação da RTP1, proporcionar com urgência ao PCP uma entrevista, designadamente sobre os problemas da revisão da Constituição.

6 de Novembro de 1981
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

8 de Novembro de 1981
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Tratando-se de uma situação de revoltante e intolerável prepotência e discriminação só por si elucidativa de que a RTP vive à margem da legalidade democrática quando se arroga ilegítimamente o direito de falsificar o quadro político nacional.

Nesse sentido, quer como forma de interromper a escandalosa discriminação a que tem sido sujeito pela RTP, quer atendendo à importância de um efectivo esclarecimento público sobre as questões abordadas por Freitas do Amaral, o PCP considera que é estrita e elementar obrigação da RTP1, proporcionar com urgência ao PCP uma entrevista, designadamente sobre os problemas da revisão da Constituição.

6 de Novembro de 1981
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Tratando-se de uma situação de revoltante e intolerável prepotência e discriminação só por si elucidativa de que a RTP vive à margem da legalidade democrática quando se arroga ilegítimamente o direito de falsificar o quadro político nacional.

Nesse sentido, quer como forma de interromper a escandalosa discriminação a que tem sido sujeito pela RTP, quer atendendo à importância de um efectivo esclarecimento público sobre as questões abordadas por Freitas do Amaral, o PCP considera que é estrita e elementar obrigação da RTP1, proporcionar com urgência ao PCP uma entrevista, designadamente sobre os problemas da revisão da Constituição.

6 de Novembro de 1981
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Tratando-se de uma situação de revoltante e intolerável prepotência e discriminação só por si elucidativa de que a RTP vive à margem da legalidade democrática quando se arroga ilegítimamente o direito de falsificar o quadro político nacional.

Nesse sentido, quer como forma de interromper a escandalosa discriminação a que tem sido sujeito pela RTP, quer atendendo à importância de um efectivo esclarecimento público sobre as questões abordadas por Freitas do Amaral, o PCP considera que é estrita e elementar obrigação da RTP1, proporcionar com urgência ao PCP uma entrevista, designadamente sobre os problemas da revisão da Constituição.

6 de Novembro de 1981
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Tratando-se de uma situação de revoltante e intolerável prepotência e discriminação só por si elucidativa de que a RTP vive à margem da legalidade democrática quando se arroga ilegítimamente o direito de falsificar o quadro político nacional.

Nesse sentido, quer como forma de interromper a escandalosa discriminação a que tem sido sujeito pela RTP, quer atendendo à importância de um efectivo esclarecimento público sobre as questões abordadas por Freitas do Amaral, o PCP considera que é estrita e elementar obrigação da RTP1, proporcionar com urgência ao PCP uma entrevista, designadamente sobre os problemas da revisão da Constituição.

6 de Novembro de 1981
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Tratando-se de uma situação de revoltante e intolerável prepotência e discriminação só por si elucidativa de que a RTP vive à margem da legalidade democrática quando se arroga ilegítimamente o direito de falsificar o quadro político nacional.

Nesse sentido, quer como forma de interromper a escandalosa discriminação a que tem sido sujeito pela RTP, quer atendendo à importância de um efectivo esclarecimento público sobre as questões abordadas por Freitas do Amaral, o PCP considera que é estrita e elementar obrigação da RTP1, proporcionar com urgência ao PCP uma entrevista, designadamente sobre os problemas da revisão da Constituição.

6 de Novembro de 1981
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Tratando-se de uma situação de revoltante e intolerável prepotência e discriminação só por si elucidativa de que a RTP vive à margem da legalidade democrática quando se arroga ilegítimamente o direito de falsificar o quadro político nacional.

Nesse sentido, quer como forma de interromper a escandalosa discriminação a que tem sido sujeito pela RTP, quer atendendo à importância de um efectivo esclarecimento público sobre as questões abordadas por Freitas do Amaral, o PCP considera que é estrita e elementar obrigação da RTP1, proporcionar com urgência ao PCP uma entrevista, designadamente sobre os problemas da revisão da Constituição.

6 de Novembro de 1981
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Tratando-se de uma situação de revoltante e intolerável prepotência e discriminação só por si elucidativa de que a RTP vive à margem da legalidade democrática quando se arroga ilegítimamente o direito de falsificar o quadro político nacional.

Nesse sentido, quer como forma de interromper a escandalosa discriminação a que tem sido sujeito pela RTP, quer atendendo à importância de um efectivo esclarecimento público sobre as questões abordadas por Freitas do Amaral, o PCP considera que é estrita e elementar obrigação da RTP1, proporcionar com urgência ao PCP uma entrevista, designadamente sobre os problemas da revisão da Constituição.

6 de Novembro de 1981
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Tratando-se de uma situação de revoltante e intolerável prepotência e discriminação só por si elucidativa de que a RTP vive à margem da legalidade democrática quando se arroga ilegítimamente o direito de falsificar o quadro político nacional.

Nesse sentido, quer como forma de interromper a escandalosa discriminação a que tem sido sujeito pela RTP, quer atendendo à importância de um efectivo esclarecimento público sobre as questões abordadas por Freitas do Amaral, o PCP considera que é estrita e elementar obrigação da RTP1, proporcionar com urgência ao PCP uma entrevista, designadamente sobre os problemas da revisão da Constituição.

6 de Novembro de 1981
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Tratando-se de uma situação de revoltante e intolerável prepotência e discriminação só por si elucidativa de que a RTP vive à margem da legalidade democrática quando se arroga ilegítimamente o direito de falsificar o quadro político nacional.

Nesse sentido, quer como forma de interromper a escandalosa discriminação a que tem sido sujeito pela RTP, quer atendendo à importância de um efectivo esclarecimento público sobre as questões abordadas por Freitas do Amaral, o PCP considera que é estrita e elementar obrigação da RTP1, proporcionar com urgência ao PCP uma entrevista, designadamente sobre os problemas da revisão da Constituição.

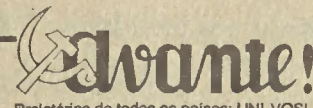
6 de Novembro de 1981
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Tratando-se de uma situação de revoltante e intolerável prepotência e discriminação só por si elucidativa de que a RTP vive à margem da legalidade democrática quando se arroga ilegítimamente o direito de falsificar o quadro político nacional.

Nesse sentido, quer como forma de interromper a escandalosa discriminação a que tem sido sujeito pela RTP, quer atendendo à importância de um efectivo esclarecimento público sobre as questões abordadas por Freitas do Amaral, o PCP considera que é estrita e elementar obrigação da RTP1, proporcionar com urgência ao PCP uma entrevista, designadamente sobre os problemas da revisão da Constituição.

6 de Novembro de 1981
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Tratando-se de uma situação de revoltante e intolerável prepotência e discriminação só por si elucidativa de que a RTP vive à margem da legalidade democrática quando se arroga ilegítimamente o direito de falsificar o quadro político nacional.



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º 1000 Lisboa Tel. 759744-769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 768345-769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Lxvrelra, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825-769751

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 633908

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira — 3000 Coimbra Tel. 31286

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alameda do Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044

Composto e impresso na Heeka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora

Tiragem média do mês de Outubro: 54 174

Assembleia da República

O mistério da Serra de Sintra

Passemos sobre a atitude, pela terceira vez triste, do deputado Amândio de Azevedo, sentado de novo na cadeira da Presidência da Assembleia da República, na terça-feira passada. Concedamos-lhe o benefício da dúvida - talvez, saído das bancadas da maioria que conhecemos, não consiga desde logo adaptar-se às regras de ponderação e isenção que devem presidir à Presidência. E das duas uma: ou, com o correr do tempo se esbate a figura de intransigência que este membro do PPD mostra, ou ele ficará a ser conhecido como um exemplo que se não deve seguir.

A sessão de terça-feira não foi propriamente uma sessão cheia. A Ordem do Dia estava marcada pela ASDI, com um projecto de lei a que toda a gente podia adivinhar o destino. Seria a rejeição pura e simples, por parte da maioria, que não se empenhou a fundo no debate, mas compreceu no final em número para não deixar passar o diploma. Era sobre a defesa do património natural e cultural da Serra de Sintra.

O período de Antes da Ordem do Dia foi ocupado por intervenções de deputados de várias bancadas, com destaque para as que os deputados comunistas produziram. E não dizemos isto por pura convicção partidária. É que as outras intervenções primaram pela marginalidade. Enquanto no país e no mundo abundam os problemas, as intervenções que ouvimos pareceram querer fazer do "nosso cantinho à beira-mar plantado" um mundo à parte.

Foi assim que o cúmulo foi atingido com a dissertação de um deputado do CDS, Menezes Falcão. Este parlamentar, que logo se queixou de ali andar há um ano sem ter botado palavra, falou:

"Val para um ano que me inscrevi para trazer aqui a voz da rua", disse. E houve logo quem pensasse num pasquim que deixou de ter voz há mais ou menos aquele espaço de tempo. Mas não era bem disso que se tratava.

Convidou os pacientes deputados a "dar uma volta pelas ruas de Lisboa" para falar dos pobresinhos a quem "damos a moeda e prosseguimos a caminhada com a tranquilidade de quem saldou contas e ainda leva a crédito um "Deus lhe pague" para apresentar factura no "Cotro Mundo".

Foi assim que começou Menezes Falcão. A falar do "esten-

dal de mazelas, físicas e morais" que se podem observar na capital.

Mas, depois de ter assustado os seus colegas com o que parecia uma crítica à política da "AD" e os seus vários governos, a contraditória intervenção de Menezes voltou aos carris. Depois de ter denunciado o que "para remediar todos os males é preciso ter mais estruturas e mais dinheiro", parecendo querer significar o seu desacordo com o que o Orçamento em preparação estipula, depois de ter sublinhado que "não me falem em falta de recursos quando se desperdiçam tantos que se refere (e todos a pensar que ele se refere às indemnizações aos capitalistas), depois de se insurgir contra a forma com é aplicada a Lei das Finanças Locais, depois de gritar de revolta contra o "dia do avô" (e todos a pensar que o deputado alinhava com o MUR-PI), Menezes, do CDS, acabou por apresentar o remédio que ninguém sonhava para aliviar os males dos pobreziños. Um remédio CDS, um remédio "AD", claro:

"Num país onde se pagam tantos impostos, desde os complementares à portagens, quem negaria um adicional em forma de socorro social para erradicação da mendicidade"? perguntou.

Aqui toda a gente compreendeu. E talvez o próximo OGE conte já com mais esse imposto...

E agora coisas sérias

Carlos Espadinha, do PCP, entrou em coisas sérias. Depois de mais uma vez denunciar que "o Governo apenas procura, no sector da pesca, pôr em prática o objectivo mais geral de reconstituir o poder económico e político dos velhos senhores do capital, dos tenreiristas de triste memória", o deputado comunis-

ta referiu-se em especial a alguns problemas do sector.

"A nossa frota pesqueira é reduzida, está velha e tecnologicamente atrasada", lembrou. "Importaria investir, modernizar, converter a frota", sublinhou. "Ao contrário, o Governo "AD" cria dificuldades na obtenção de crédito para investimento, chumba planos de investimento, não cria alternativa à actual frota de pesca."

Após ter vincado que o Governo "fomenta e acarinha a actividade dos grandes comerciantes de pescado, permitindo-lhes a importação quase sem limites", enquanto "se criam dificuldades, se impede e arruina a actividade produtora", o deputado comunista afirmou:

"Seria mais útil para pescadores e consumidores que o pescado pudesse ser todo escoado em boas condições de preço para uns e para outros. Seria mais útil que o Governo acabasse com os parasitas do sector e intervisse decisivamente na comercialização e distribuição de pescado. Seria mais útil que desenvolvesse a pesca nacional e se evitassem as enormes importações de pescado."

"O plano Nacional de Pesca, tantas vezes anunciado mas nunca apresentado, poderia ser um caminho para o desenvolvimento da Pesca", afirmou ainda Carlos Espadinha, que, a seguir, passou a tratar do que o Governo "tem feito".

"Quando foi o caso do "Rio Vouga" reconheceram a Frente Polizário para, depois dos pescadores cá se encontrarem, dizerem logo que não eram bem assim. Agora, após o caso "Porto Céu", que causou a morte de um pescador e ferimentos a outros três, prometeu que ia ajudar a obter licenças de pesca para trabalhar na Mauritânia, mas a verdade é que até agora nada fez."

Mas neste caso os pescadores têm sido bem claros, não querem que o Governo venha ajudar a obter licenças; o que os pescadores querem é que se impeça a acção de alguns vigaristas que estão oferecendo licenças de pesca para Marrocos e Mauritânia e que ele próprio negocie com aqueles países a possibilidade de os portugueses lá pescarem.

"Entretanto, com algum des-caramento, o Governo continua afirmando que vai desenvolver a pesca não deixando de dizer que irá entregar a totalidade do sector à iniciativa privada... "Velha promessa e velha e má receita."

O racismo agonizante

O deputado Jerónimo de Sousa, recentemente eleito para a direcção do grupo parlamentar comunista, produziu depois uma intervenção a propósito da visita efectuada a Portugal por uma delegação do Congresso Sul-Africano dos Sindicatos, a convite da CGTP/Intersindical Nacional.

"Esta delegação", afirmou, "não trouxe só o relato dos vexames permanentes e as discriminações, as prisões sumárias, as torturas e os assassinatos em massa daqueles que em razão da cor da sua pele, enfrentam o ódio da minoria que os oprime. Eles trouxeram também o testemunho e a mensagem de milhares de trabalhadores que, com esperança, tenacidade e em difíceis condições, estão a lutar nas empresas e nas fábricas pela liberdade, pelos seus direitos sindicais e quantas vezes pela própria dignidade humana."

"E bom lembrar", salientou Jerónimo de Sousa na Assembleia dominada pela Aliança reccionária, "que a nossa Constituição preconiza a abolição de todas as formas de imperialismo, colonialismo e agressão, que os trabalhadores portugueses manifestaram repetidamente a sua profunda solidariedade aos trabalhadores e patriotas sul-africanos, facto que assumiu uma grande expressão no último 1.º de Maio, e que várias personalidades de vários quadras políticos se empenham directamente na causa da liberdade contra o "apartheid".

É altura de também da parte do Governo português haver uma posição clara de demarcação e condenação do regime odioso que impera na África do Sul, para que não seja pela falta desta posição que o nosso país deixe de contribuir de maneira completa para acelerar o desenvolvimento da história que levará, num futuro próximo, a liberdade, à independência e à digni-

dade desses sacrificados povos."

Um projecto para Sintra

"Defender Sintra, sim, votar este projecto nuncal!" exclamou no final da sua intervenção o monárquico Borges de Carvalho. Era a primeira intervenção verificada após a apresentação do projecto de lei da ASDI sobre a defesa do património natural e cultural da Serra de Sintra, projecto que Vilhena de Carvalho proporia à Assembleia em nome dos socialistas-democratas independentes. A palavra estava dada. A "AD" iria rejeitar.

O curioso é que nem tudo era claro "para a "AD" à volta desta iniciativa legislativa. O Governo tomara a iniciativa de avançar com um decreto-lei sobre o assunto, já depois de conhecer as intenções da ASDI. Decreto que, como era de esperar, não prima pelos ideais de descentralização tão apreçados pela aliança no poder.

Entretanto sabe-se - e tal foi sublinhado no plenário da AR - que o decreto governamental suscitou repúdio dos eleitos da Câmara Municipal de Sintra. Como Anselmo Aníbal, independente do PCP, afirmou, tanto os eleitos da APU, como do PS, como da própria "AD" manifestaram o seu desacordo em relação à iniciativa governamental.

O próprio CDS, na Assembleia, se manifestava por uma discussão conjunta do projecto da ASDI e das ratificações do decreto pedidas pela ASDI, pelo PS e pelo CDS... Só o PPM se manifestava contra essa discussão conjunta, encontrando-se também em oposição à própria Comissão Concelhia do PPM ("de quem ninguém desconfiava que existisse", como ironizou Anselmo Aníbal), que reprovara o decreto do executivo de Balsemão.

De tal maneira era nítido que não havia unanimidade de vistas quanto à questão no seio da "AD", que Magalhães Mota diria, à beira da votação, que se a disciplina de voto não existisse, tudo poderia ser diferente. Robalo, do CDS, acusou o toque, ofendendo-se. O projecto da ASDI foi derrotado. Resta saber o que vai acontecer às ratificações pedidas.



Revisão Constitucional

PS e «AD» fazem acordos rápidos



Quando há dias o deputado do PCP, Vital Moreira, denunciava publicamente a possibilidade de existir um acordo entre o Partido Socialista e a aliança reacçãoária sobre a revisão constitucional, os representantes do PS na Comissão Eventual ampararam-se e apressaram-se a publicar um desmentido. No mesmo dia, Vital Moreira comentava em comunicado distribuído à imprensa: «Que se haveria de esperar senão um desmentido? Não creio que pudesse ser exigível esperar que os Ex.^{tas} deputados do PS na Comissão viessem dizer: 'Sim senhor: existe um entendimento com a 'AD' sobre as questões fundamentais de revisão constitucional'».

«Não será preciso muito tempo para que se possa ver se tem ou não fundamento a opinião que ontem expendi sobre o acordo», terminava Vital Moreira.

Com efeito, à medida que o tempo vai passando, as apreensões dos democratas vão-se tornando maiores. Não são apenas as questões levantadas pelo entendimento entre o PS e a "AD" a respeito da nomeação das chefias militares e a respectiva tentativa de retirar esses poderes ao Presidente da República abrindo o caminho à governamentalização e partidização das Forças Armadas, que estão em jogo. Novos indícios de um mais amplo acordo foram denunciados por deputados comunistas, que salientaram a celeridade com que a Comissão Eventual da Revisão Constitucional apreciou matérias da maior importância - referendo, órgão consultivo do Presidente da República, Conselho Superior de Defesa Nacional, forma de eleição da Assembleia da República - e a falta de empenho com que o Partido Socialista defendeu algumas das suas propostas mais importantes.

Os deputados do PCP têm de facto chamado a atenção para a circunstância de, subitamente, a "AD" começar a abandonar sem justificação algumas propostas de alteração suas para aderir a propostas do PS de sentido oposto, ao mesmo tempo que o Partido Socialista manifesta uma extrema compreensão pelas propostas ou contrapropostas feitas pela "AD".

A "AD" acabou por dizer que não reporia a questão do referendo - cavalo de batalha de Sá Carneiro e bandeira da campanha de Soares Carneiro - , ques-

tão que colocava na esperança de vir a ganhar fora dos preceitos constitucionais tudo aquilo que, no cumprimento deles, perderia com certeza.

Que garantias recebeu em troca?

Quanto ao órgão consultivo do Presidente da República - no que toca às incumbências que esse órgão acolheria em substituição das funções agora desempenhadas pelo Conselho da Revolução -, a FRS, isto é, o PS e mais os partidos que eram seus aliados, entenderam-se com a "AD". Não aderindo a esse entendimento, os comunistas e o MDP não se manifestaram contudo em oposição de princípio. Nesse órgão teriam lugar, além do próprio Presidente da República, o Presidente do futuro Tribunal Constitucional, o Provedor de Justiça, certo número de cidadãos a indicar pelo PR e pela Assembleia da República e também dois representantes das Regiões Autónomas. A competência deste órgão deverá confinar-se ao plano consultivo, tendo ficado em aberto os casos em que a consulta deva ser obrigatória.

O Conselho Superior de Defesa Nacional - órgão proposto pelos partidos que integravam a FRS - poderá vir a ter também um papel consultivo em matéria de defesa e substituir nesse campo as atribuições do actual Conselho da Revolução.

A "AD" - sublinhe-se - recusara na submissão a constituição de tal órgão. Agora aceitou, embora se oponha ainda à sua regulamentação, composição e competência no texto da Constituição revista.

Os deputados comunistas, nesta matéria, sublinham que o que está em causa é o estatuto constitucional das Forças Armadas e a necessidade de se encontrar um órgão que substitua as actuais competências do Conselho da Revolução relativas às FA's, de modo que seja evitada a partidização e governamentalização das Forças Armadas.

Por fim, a "AD" viu rejeitada a proposta de desconstitucionalização do método de Hondt e de criação do círculo uninominal de Macau. Velha aspiração frustrada - já que o método de Hondt apesar dos seus defeitos, assegura certa proporcionalidade nas eleições - a "AD" perde assim, de novo, outro dos seus objectivos confessados. Que recebeu em troca da facilidade?



Governo quer resolver a crise despedindo os trabalhadores

A passada semana foi marcada, na Assembleia da República, pela discussão e votação do recurso interposto pelo PCP da admissão da proposta de lei governamental sobre a cessação do contrato individual de trabalho e contratos a prazo. O mesmo é dizer: os comunistas recorreram da admissibilidade de mais uma iniciativa do Governo "AD" que pretende agravar as condições de emprego, liberalizando ainda mais os despedimentos.

Com os comunistas estiveram todos os outros partidos da oposição. E quase todos o expressaram sem se distanciarem das razões invocadas pelo PCP. Apenas a UEDS e a ASDI fizeram questão de manifestar-se favoráveis com algumas reservas, apesar de sublinharem também a inconstitucionalidade da proposta governamental.

O camarada Jorge Leite, na intervenção que proferiu, salientando logo de início a «dimensão dramática que a maior ou menor instabilidade no emprego provoca no mundo laboral», precisando porém o real significado desse dramatismo:

«Para as entidades patro-

nais» - afirmou - «a maior estabilidade no emprego resultante de restrições legais ao despedimento representa uma espécie de profanação do seu "santuário empresarial", que pretenderam sempre imune a interferências externas, provenientes quer dos poderes públicos, quer dos trabalhadores. Toda a limitação dos seus poderes lhes dói e as incomoda, porque todas as limitações são por elas assumidas como uma séria ameaça aos seus privilégios e à sua liberdade de monarcas absolutos do seu império empresarial. As cedências a que têm sido obrigadas, de há umas dezenas de anos a esta parte, por força da luta dos traba-

lhadores, traduziram-se sempre em cedências táticas ou estratégicas, com vista a preservar o essencial dos seus desígnios de domínio, sem nunca perderem a esperança de recuperarem as parcelas que lhes foram conquistadas».

O ponto de vista dos trabalhadores

«Diferentemente, para os trabalhadores» - disse depois o camarada Jorge Leite - «o drama da menor estabilidade incentivada por um regime liberalizante dos despedimentos, traduz-se, em primeira instância, no drama da perda do trabalho, da perda dos rendimentos necessários à sobrevivência e, consequentemente, no drama do cortejo de repercussões fisiológicas, psíquicas, familiares e sociais que, por via de regra, acarreta o desemprego, mormente em situação de crise económica».

Entrando na análise da proposta do Governo, disse Jorge Leite:

«Do seu confronto com o regime actual e da exposição de motivos que a acompanha, conclui-se que a filosofia que a informa é a da subordinação aos desígnios e aos usos capitalistas, das normas, dos princípios e dos direitos constitucionais».

Com efeito, e como o deputado comunista realçou, a proposta manifesta-se a favor da criação de «normativos permissivos da cessação do contrato de trabalho por factos de natureza não disciplinar». Isto é: permissivos dos despedimentos quando tal convém ao patrão.

Colocando como questão central da proposta de lei a interpretação que esta faz do conceito de justa causa para o despedimento, usando critérios favoráveis aos interesses do patronato e ao arripio dos princípios constitucionais, Jorge Leite afirmou:

«Numa Constituição como a portuguesa não se concebe que a justa causa, que

sempre foi uma restrição ao poder patronal e uma segurança do trabalhador perante a entidade patronal, se transforme num conceito económico do empresário. As razões económicas da empresa são na proposta de lei ilegalmente convertidas em justa causa de despedimento em termos tais que viola entre outros o disposto no n.º 1 do Artigo 51.º e o disposto na alínea b) no Artigo 52.º».

E mais adiante: «A face da Lei Fundamental, o despedimento por motivo económico só é permitido quando o encerramento da empresa for inevitável ou quando o despedimento de alguns trabalhadores se apresentar como a única medida capaz de obstar à «morte» da empresa».

«A CIP e ao Governo da "AD" pode doer esta «heresia» constitucional. A CIP, o patronato e os partidos políticos da "AD" têm toda a legitimidade para discordarem de tais disposições constitu-

cionais. Mas um Governo da República não as pode ignorar e muito menos violar».

Mas a "AD" e o seu Governo ignoram a Constituição. E preparam-se para violá-la, como é de resto prática corrente. A votação, que recusou o recurso do PCP, mostrou mais uma vez que a "AD" está disposta a bem servir o patronato contra os trabalhadores.

A vara na mão

Ao mesmo tempo que prossegue a ofensiva contra os trabalhadores, que prossegue a ofensiva contra a Constituição e contra o regime democrático, a "AD", - em tempo de crise também, que procura camuflar com as abundantes manobras e cortinas de fumo, inventando «factos políticos novos», mostra na Assembleia uma nova cara. Não de estabilidade, certamente, mas de desesperada vontade de mostrar que está firme e que manda.

Com a eleição de nova

mesa da Presidência e um CDS em Presidente da Assembleia, aconteceu o inédito. Amândio de Azevedo pôde subir ao cadeirão da direcção dos trabalhos. Até aqui nada de surpresas. Mas a subida parece ter-lhe provocado algumas vertigens de poder. Já lhe conhecíamos o espírito inquieto e nervoso, a intolerância e o azedume. Só que, do alto da Presidência, quando substituiu Oliveira Dias, a intolerância e o azedume e o sectarismo podem revelar-se perigosos para o andamento democrático dos trabalhos e desrespeitantes para a própria Assembleia.

Isto a propósito de alguns incidentes que em dois dias seguidos aconteceram na semana passada. O primeiro foi quando o deputado da UDP pretendia relatar ao plenário a prepotência de um agente da autoridade, ocorrida momentos antes, à entrada para a Assembleia. De acordo com o deputado Tomé, corroborado pelo testemunho de, entre outros,

César Oliveira, o referido agente teria pretendido impedir a conversa que o deputado da UDP manteve com alguns trabalhadores que distribuíam comunicados e teria a seguir tido um comportamento «arrogante e agressivo», afirmando não gostar de comícios (!).

Pois Amândio de Azevedo impediu o depoimento do deputado. Após esse comportamento que foi considerado escandaloso, no decorrer das várias interpeleções chegou a interromper os trabalhos passando por cima de um requerimento nesse sentido que o PS fizera, o que é regimental e não pode ser recusado. Amândio de Azevedo, no dia seguinte, preferiu dar a palavra a deputados da "AD", preterindo as inscrições para o mesmo efeito de deputados da oposição.

Quererá a "AD", através da figura rígida e parcial de Amândio de Azevedo, dar uma amostra de como irão decorrer os trabalhos com o novo Regimento?

Deputados comunistas em contacto com as populações

Empenhados na solução dos problemas que afectam as populações dos seus círculos eleitorais, os deputados do Grupo Parlamentar do PCP têm vindo a cumprir um plano de contactos com órgãos de poder local, sectores sociais e populações das zonas e distritos pelos quais foram eleitos.

O balanço sumário dessas visitas mostra a gravidade de muitas situações encontradas e a incúria e o abandono a que os governos AD têm votado as populações dos vários distritos do país.

No distrito de Santarém, por exemplo, estiveram recentemente Dias Lourenço e Álvaro Brasileiro, eleitos por aquele círculo. Em visita ao concelho de Abrantes, onde anteriormente aqueles deputados se tinham deslocado às zonas devastadas pelos incêndios - quase todos de origem criminoosa - que destruíram mais de 180 Km² da área florestal, ou seja, cerca de 24 por cento da área total do concelho, os deputados comunistas inteiraram-se dos problemas relacionados com os hospitais locais (o novo e o velho), visitaram a cidade e ainda a freguesia de Mouriscas.

Na visita ao velho hospi-

tal, em contacto com a administração, o corpo clínico e pessoal de enfermagem e dos serviços, os deputados do PCP puderam constatar os frutos de todo um trabalho de racionalização e humanização que tornaram o velho casarão da Misericórdia num local higiénico, com um mínimo de conforto para os doentes internados e externos, assim como dos serviços de apoio do pessoal.

O novo hospital, um amplo edifício funcional, de linhas modernas, ainda em construção é, contudo, um exemplo da falta de planificação e de sensibilidade para os problemas dos que ali vão trabalhar da parte dos

organismos oficiais, designadamente do Governo.

Concretamente, não há ali residências para médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar do novo Hospital, não estando prevista qualquer ajuda de custo para despesas de habitação. Nestas condições, não é crível que antes de cinco anos estejam criadas as condições para a entrada em funcionamento do Hospital.

Na freguesia de Mouriscas, os deputados do PCP verificaram a incúria dos serviços do Governo e da própria presidência da Câmara de Abrantes em relação ao problema vital do abastecimento de água à freguesia.

No VI Governo Provisório, por decisão do MOP - nessa altura sob a responsabilidade do camarada Veiga de Oliveira, ministro do PCP - foi avançada a construção da barragem de Mouriscas permitindo não só o abastecimento de águas à população como a rega numa extensa zona árida.

As obras da conduta paralisadas incompreensivel-

mente pelos serviços camarários, com milhares de contos de materiais a deteriorar-se, e a falta de verbas pelo actual MOP e da própria Câmara Municipal cuja Assembleia apenas autorizou a utilização de 60 por cento de um empréstimo de cem mil contos na Caixa Geral de Depósitos, estão agravando de maneira inadmissível o problema do abastecimento de água a Mouriscas, uma freguesia com quatro mil habitantes e em expansão.

Os deputados do PCP que reuniram na Junta de Freguesia com mais de meia centena de habitantes e com membros da Assembleia de Freguesia de Mouriscas, depois da visita à barragem, comprometeram-se a levar o caso à Assembleia da República e a acompanhar os esforços da população para a utilização dos trabalhos.

E também em Castelo Branco

O abastecimento de água constitui igualmente um grave problema em Castelo

Branco, onde recentemente se deslocou o deputado comunista Joaquim Miranda.

A situação dramática que se vive naquele concelho - a cidade tem abastecimento de água apenas entre as cinco e as oito horas da manhã - não mereceu ainda do Governo qualquer atenção.

Como informou o presidente da Câmara, César Vila Franca, que recebeu o deputado do PCP, o município gastou já 80 mil contos em obras para resolver o problema do abastecimento e até à data ainda não recebeu qualquer participação do Governo, que no entanto se comprometeu a fazê-lo, como de resto lhe compete em situações tão graves como a que se vive em Castelo Branco.

Joaquim Miranda, que visitou a barragem do Pisco, as obras de captação de águas no Ocreza e o rio Ponsul, irá levantar o problema na Assembleia da República.

De referir, como salientou o presidente da Câmara de Castelo Branco, que o ca-

marada Joaquim Miranda foi o primeiro deputado a contactar aquela autarquia desde que o actual executivo tomou posse.

Hoje, em Salvaterra

Os deputados comunistas Dias Lourenço e Álvaro Brasileiro visitam hoje o concelho de Salvaterra de Magos, onde contactarão com os Foneiros de Várzea Fresca, Freguesia de Foros de Salvaterra, bem como com a população, nomeadamente com os moradores do Bairro «Pinhal da Vila», na sede do concelho.

Aqueles camaradas deverão ainda reunir com o executivo camarário, num levantamento dos principais problemas do concelho.

J. Gomes no Hospital Distrital e Prisão-Escola de Leiria

Em Leiria, na semana passada, o camarada Joaquim Gomes deputado, do

Secretariado e da Comissão Política, visitou o respectivo Hospital Distrital e a Prisão-Escola, acompanhado pelos camaradas Osvaldo Castro e José Manuel André, da DORLEI.

Representantes da Direcção Clínica e da Direcção Administrativa daquele estabelecimento hospitalar acompanharam o camarada e expuseram as vantagens de poder construir-se um terceiro piso, ao mesmo tempo que explicaram as perturbações para os doentes e serviços, resultantes das obras em curso. Entretanto, e apesar de o referido terceiro piso vir a possibilitar maior capacidade de alojamento de doentes, não deixou de ser sublinhada a necessidade de vir a construir-se um novo Hospital Distrital, obra já prometida.

O novo Hospital será, segundo se prevê, construído nos terrenos da Prisão-Escola de Leiria, estabelecimento que também foi visitado pelo dirigente e deputado

comunista, que ali se inteirou das condições em que se encontram os reclusos, na maioria jovens delinquentes. As condições na prisão, melhoradas após o 25 de Abril, não têm podido no entanto acompanhar os progressos desde então verificados na legislação em virtude dos cortes orçamentais resultantes da política dos últimos governos.

J. Miranda em Elvas

O camarada Joaquim Miranda, deputado do PCP pelo distrito de Portalegre, visitará no próximo dia 16 o concelho de Elvas, acompanhado pelos camaradas Diamantino Dias, suplente do CC, e João José, da C.D. de Portalegre.

Do programa consta a visita a algumas empresas do concelho, uma reunião de trabalho com a Câmara Municipal de Elvas e a realização, à noite, de uma sessão de esclarecimento.

Poder local

A habitação, o crédito e as «opções» de Ângelo Correia

Quando há dias o ministro da Administração Interna, Ângelo Correia, disse lá do alto da sua douta sabedoria que «os portugueses têm que optar entre frigoríficos e habitação», o país ficou-se perplexo.

Por várias razões. Em primeiro lugar, porque toda a gente sabe a diferença entre aqueles dois bens que alguns continuam a defender ser de primeira necessidade. Em segundo lugar, porque ainda não tinha constado no país que alguém andasse a queixar-se de falta de frigoríficos, havendo mesmo quem garantira ser possível comprar-los a preços mais ou menos acessíveis e em prestações suaves. Finalmente, porque já todos tinham concluído que o Governo, sempre atento nestas coisas, havia há muito optado pelos frigoríficos ou qualquer outra

coisa que não a habitação.

Senão vejamos. O Governo decide, determina e manda publicar a extinção do Fundo de Fomento da Habitação; dificulta — ou será melhor dizer inviabiliza? — o acesso ao financiamento às cooperativas de habitação económica; recusa às autarquias os recursos indispensáveis à construção de habitações; limita drasticamente o crédito à aquisição de casa própria e o crédito para fomento da construção.

Que outra conclusão tirar deste conjunto de medidas a não ser que, pegando na palavra de Ângelo Correia, o Governo AD optou definitivamente pelos frigoríficos?

É claro que ainda não há notícias de que o Governo AD/Balsemão II tenha transformado o lema «um frigorífico para cada família» na sua prioridade das prioridades.

Ao que consta a habitação continua a ser a tal das tais. O que no mínimo só serve para agravar a confusão.

Porque a verdade é que ninguém consegue entender como é que se promove a prioridade das prioridades com as medidas atrás enunciadas. Porque a verdade é que com tais medidas não só se irá aumentar o défice habitacional, como se irá lesar gravemente e de imediato milhares de promitentes-compradores e muitos construtores civis, designadamente com a prática suspensão do crédito predial.

Não havendo crédito, o que sucede? Os milhares de pessoas que já haviam firmado contratos de promessa de compra, desenbolsando cada um dezenas ou centenas de contos de «sinal» à espera da concessão de crédito nos termos legais, não

só não recebem o empréstimo pedido como correm o risco de perder os «sinais», para já não falar do mais que provável agravamento dos preços inicialmente acordados para as casas em transacção.

Também os construtores, sobretudo os pequenos e médios, que se dedicam sobretudo à construção de habitação, vêem o futuro bastante negro. Por um lado, não vendem as habitações construídas; por outro, vêem suspenso o crédito ao fomento da construção. Como vão então satisfazer os seus compromissos?

O Governo AD não responde. É mesmo de crer que preferiria nem sequer falar no assunto, dada a forma como iniciou o seu estranho fomento da prioridade.

A prática suspensão do crédito à aquisição de habi-

tação e o crédito predial em geral (nomeadamente no âmbito da CGD, responsável por mais de 80 por cento deste tipo de empréstimos), não veio a público pela via governamental. Pelo contrário, revestiu-se sob a capa de prorrogações (artificiais) das diferentes fases dos processos, aumentando o tempo entre a apresentação do pedido e a concessão do crédito de seis meses para cerca de um ano, e a ultrapassagem dos prazos de validade dos registos notariais.

Caducados os prazos legais dos documentos apresentados, não resta aos interessados outra alternativa que iniciar de novo todo o processo... Um expediente pouco imaginativo, que não podia deixar de se tornar notado.

Por outro lado, o Governo

AD deixou mais uma vez bem clara a sua moral política não fazendo qualquer distinção entre o crédito para a primeira habitação e o crédito para habitações secundárias ou de férias, não privilegiando sequer as habitações de menor custo (o que satisfaria as camadas mais necessitadas). O que na prática se traduz pela escandalosa concessão de créditos (já depois das restrições) para habitação de preços exorbitantes.

Daqui que a afirmação do ministro da Administração Interna só possa ser tomada como mais uma das irresponsabilidades em que são prolíficos os governantes AD, especialmente este.

Porque se os portugueses têm de optar — e têm! — é por outro Governo e por outra maioria que defenda realmente os seus interesses.

Poder Local em Castelo Branco

A Comissão Concelhia de Castelo Branco do PCP vai realizar no próximo sábado, dia 14, um Encontro Sobre o Poder Local.

Os trabalhos, a efectuar na cidade de Castelo Branco, contarão com a presença dos eleitos e activistas do PCP e da APU para o trabalho nas autarquias dos concelhos da parte sul do distrito (Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Vila Velha de Ródão, Vila de Rei, Sertão, Proença-a-Nova e Oleiros).

Além do balanço do trabalho realizado durante o presente mandato, serão discutidas as actividades e perspectivas de trabalho para o ano de 1982.

Encontro no Montijo

Também no Montijo se vai debater o trabalho nas autarquias. Trata-se do II encontro de Quadros da APU eleitos para os órgãos de poder local daquele concelho e realiza-se no domingo, dia 15.

Os trabalhos serão preenchidos com o balanço da actividade desenvolvida, a preparação dos planos de actividade para o próximo ano, perspectivas de trabalho eleitoral até às eleições de 1982 e análise da situação política.

Propostas para Lagos

A Comissão Concelhia de Lagos do PCP tomou a iniciativa de apresentar à Câmara Municipal de Lagos algumas propostas que considera ser importante ter em conta na elaboração do Plano e Orçamento daquela autarquia para o próximo ano.

Foram quatro as grandes questões apresentadas. A primeira prende-se com a existência na Câmara de trabalhadores com contratos a prazo, o que na opinião do PCP deveria ser abolido. Para tanto foi sugerido ao executivo — em reunião efectuada para o efeito — a possibilidade de alargamento do quadro de pessoal da Câmara e dos Serviços, de modo a garantir todos os postos de trabalho.

Em segundo lugar, a delegação do PCP que foi recebida na Câmara sublinhou a necessidade de serem tomadas medidas muito rigorosas contra qualquer espécie de corrupção ou favoritismos existentes na autarquia, alertando para o facto de serem cada vez mais as vozes que falam de corrupção e de processos menos claros.

O apoio e descentralização de poderes para as freguesias constituiu outro dos aspectos focados pelo PCP. Como se refere num documento informativo sobre a reunião com a Câmara de Lagos, os comunistas defendem um maior apoio às freguesias rurais, bem como a atribuição de verbas suficientes para que possam realizar os seus programas. De recordar que as verbas entregues no corrente ano, como a APU defendeu, eram justas e mostraram o desejo das Juntas em trabalhar.

Finalmente, o PCP voltou a alertar (como vem fazendo há quatro anos) para a necessidade da Câmara organizar os seus serviços e o seu trabalho, de modo a cumprir os Planos, executar as obras e controlar e fiscalizar a acção desenvolvida no concelho.

Illegalidades em Aver-o-Mar

A Junta de Freguesia de Aver-o-Mar trocou as chaves da porta e impede assim a Assembleia de Freguesia de reunir.

Esta manobra destina-se a esconder negócios sujos. Corriam (e correm) rumores na povoação de que um indivíduo, com o auxílio do presidente da Junta (seu filho), estaria a promover negócios com terrenos baldios pertencentes à freguesia.

A APU e a Assembleia de Freguesia, no seu conjunto, já em tempos se tinham pronunciado sobre o assunto. De repente os eleitos daquele órgão autárquico vêem-se impedidos de entrar no edifício sede da Junta.

Como diz um comunicado da Comissão Coordenadora da APU da Póvoa de Varzim "o povo está cansado das investidas dos poderosos que pretendem ser donos das terras, das casas, dos baldios, da Junta, da igreja, de tudo". Mas dos povo nunca conseguirão ser donos. O povo defenderá o funcionamento da Assembleia de Freguesia, consciente de que está a defender o 25 de Abril.

Vitória dos utentes da linha da Lousã

As "bailarinas" da linha da Lousã — designação popular duma espécie de transporte usado pela CP naquele ramal — foram finalmente corridas, graças à luta e unidade de todos os utentes do ramal, manifestada ultimamente num abaixo-assinado que recolheu duas mil assinaturas exigindo transportes dignos numa das linhas que mais lucros dá à CP.

Num comunicado distribuído a propósito pela Comissão Distrital de Coimbra do PCP recorda-se que a manutenção naquele ramal, durante tanto tempo, de uma "sucata com rodas", fruto de um negócio escuro nunca esclarecido, reflecte, acima de tudo, o total desinteresse de um Governo de direita em resolver os problemas mais prementes das populações.

Tendo ficado sobejamente demonstrado a falta de condições mínimas das "bailarinas" — diz o documento — expressivamente ilustrada pelos acidentes e incidentes ocorridos na linha da Lousã, a alternativa agora apontada para a recuperação da "sucata" circulante (linha Coimbra-Figueira da Foz) revela, no mínimo, total falta de respeito pelos utentes, quando se põe em risco, além de tudo, a sua própria integridade física.

APU pede inquéritos a autarquias da Madeira

O PSD está a desenvolver na Região Autónoma da Madeira uma actividade, tanto nos órgãos autárquicos como no Governo Regional, que se identifica pelo total desprezo da legalidade, nomeadamente quanto ao cumprimento da Lei 79/77 de 25 de Outubro — a acusação foi feita pela Coordenadora Regional da APU na Madeira, em conferência de Imprensa há dias no Funchal.

Os promotores da iniciativa recordaram na ocasião que já por diversas vezes denunciaram publicamente as ilegalidades praticadas pelos eleitos do PSD nas autarquias, acusando o Governo Regional não só de lhes dar cobertura política como de ser mesmo o seu mentor.

Com efeito, o Governo de João Jardim, face à grave situação que se vive nalguns órgãos autárquicos, ou se remete ao silêncio ou desencadeia acções de diversão

com intimidações, demagogias e prepotências.

No caso dos pedidos de inquérito às Assembleias Municipais de Câmara de Lobos e Santa Cruz, apresentadas pela APU, o Governo Regional optou pelo silêncio.

E não foi certamente por falta de tempo que os inquéritos não foram para a frente. O primeiro foi apresentado em fins de Julho e o segundo em Setembro. Concluiu-se que outras razões presidiram ao "esquecimento" dos

pedidos feitos nos termos legais pois o Governo Regional encontrou disponibilidade para proceder judicialmente contra a coordenadora da APU de Santa Cruz, como se dessa forma conseguisse fazer esquecer as escandalosas ilegalidades que já toda a gente comenta.

Como foi dito na conferência de Imprensa, não cabe à APU "consolar o dr. Alberto João Jardim e o Governo Regional pelas dificuldades que enfrentaram no Congresso do seu partido em Machico".

As intervenções de alguns delegados do PSD — sublinharam — em que a acção de eleitos do seu partido nas autarquias foi tão claramente denunciada, deveria no mínimo merecer da parte do Governo Regional as medidas le-

gais e disciplinadoras que se impõem.

Tal não aconteceu. Muito pelo contrário, tudo aponta para a tentativa de com demissões e abandonos de alguns eleitos autárquicos do PSD se passar uma esponja sobre todas as nódoas que estão a ser lançadas contra os interesses da população madeirense.

Um silêncio comprometedor

Na opinião dos responsáveis da APU naquela Região Autónoma a situação criada nas autarquias referidas só poderá ser resolvida com a realização de eleições suplementares, depois de apuradas responsabilidades com a realização dos inquéritos pedidos.

Como foi afirmado, é curioso assinalar o comprome-

tedor silêncio com que os eleitos do PSD em Câmara de Lobos e Santa Cruz acolheram as propostas da APU para um debate público sobre as acusações que lhes são feitas.

A manter-se essa situação porém, a APU está disposta a tomar a iniciativa de marcar o debate e com a devida antecedência proceder à divulgação pública do dia, hora e local, a fim de ser possível esclarecer a população. Ao PSD restará então a possibilidade de dar a cara — assumir às suas responsabilidades — ou não. E à população de julgar a atitude que tomarem.

Entretanto, a APU anunciou na conferência de Imprensa ter entregue no passado dia 30 de Outubro ao Governo Regional mais um pedido de inquérito, desta

feita à Câmara Municipal de Câmara de Lobos, por não ter apresentado até à data à respectiva Assembleia Municipal o relatório e contas de 1979, violando o estipulado no artigo 44.º, parágrafo 2 e artigo 48.º parágrafo 1, alínea f) da Lei 79/77.

Recusando-se a assistir passivamente à acção do Governo Regional que só contribui para o descrédito da própria autonomia, a Aliança Povo Unido exige que o Governo ponha em prática os poderes que a autonomia lhe conferiu, ao serviço da legalidade e não ao dispor de uma reduzida clientela parasitária.

O que significa, salienta a APU, que o Governo Regional deve passar das declarações de intenções à prática imediata, ao serviço das populações.

Este ano em Viana do Castelo IV Conferência das Mulheres do Norte

Caracterizada já como o grande encontro anual das Mulheres do Norte, a IV Conferência vai realizar-se em 29 de Novembro na cidade de Viana do Castelo.

Em conferência de imprensa e através do manifesto dirigido às Mulheres do Norte, o Conselho de Mulheres do Norte, estrutura muito mais ampla que agrupa mais de cem mulheres que se têm destacado na vida sindical, social e política, dá conta da grande importância de que se reveste esta próxima con-

ferência e dos temas que nela se discutirão.

Assim, a revisão constitucional, os problemas das raparigas vistos na sua própria perspectiva, as difíceis condições de vida em que se debatem hoje as mulheres, a mulher e o trabalho, a vida nas aldeias do norte, a família, a intervenção da mulher nos problemas locais, o grande problema da paz no mundo de hoje — são algumas das questões candentes da actualidade nacional que estarão em debate na IV Conferência.

O MDM no Porto

Apelando à participação activa de todas as mulheres do norte na conferência, nomeadamente através do envio de depoimentos pessoais ou colectivos sobre os diversos temas, o Conselho de Mulheres do Norte exprimiu ainda a sua confiança no êxito desta conferência, a exemplo do que se passou já nas anteriores realizadas no Porto, Braga e Vila Real.

Realizou-se no passado

dia 25 de Outubro uma reunião da Direcção Distrital do Porto do MDM.

Fazendo um balanço do trabalho realizado, a Direcção Distrital do MDM traçou também um plano concelhio de acções futuras no actual quadro político, caracterizado pela ameaça constante a direitos e regalias alcançadas pela Revolução de Abril, particularmente aqueles que reconheceram e consagraram a importância do papel da mulher como cidadã de pleno direito.

Assim, a defesa da Constituição, a luta pela Paz e a luta pela defesa dos direitos das mulheres continuam na primeira linha dos objectivos da Direcção Distrital do Porto, que também se debruçou sobre a campanha de adesões, formação de novos núcleos e divulgação do boletim informativo, órgão coordenador de actividade. Fo-

ram ainda prestadas informações sobre o Congresso Mundial das Mulheres em Praga, onde participou um

membro da Direcção Distrital do Porto, eleita para o «bureau» da FDM.

A reunião da Direcção Distrital seguiu-se ainda um convívio com aderentes em que foram prestadas informações sobre as decisões tomadas e o Congresso Mundial. Foram aprovadas moções de apoio aos trabalhadores têxteis em luta pelo contrato colectivo de trabalho e de solidariedade com Angola, contra o custo de vida, em defesa da Constituição e pela Paz.

Ecologia

Natureza ou apenas «meio-ambiente»?

O positivo e o negativo no domínio do homem sobre a natureza

Um dos mais cruéis paradoxos da nossa época radica no facto de que a Humanidade, que cresce vertiginosamente, necessita de cada vez maiores quantidades de energia para o seu desenvolvimento. Mas, já hoje se produz 10 vezes mais do que permitem as leis do equilíbrio natural. Será isto um beco sem saída?

O nosso dever consiste em ter consciência e não esquecer que, apesar de todo o seu poder, o homem não é senão uma espécie biológica e uma quinta milionésima parte dos seres vivos sobre a Terra. Os seres humanos são filhos da biosfera do planeta. E se esta se alterar qualitativamente, deixará de corresponder às necessidades biológicas do homem, cujas capacidades de adaptação são limitadas.

Ora, é exactamente o contrário o que sucede actualmente: sem nos transformarmos biologicamente, estamos a transformar o nosso habitat.

As metamorfoses

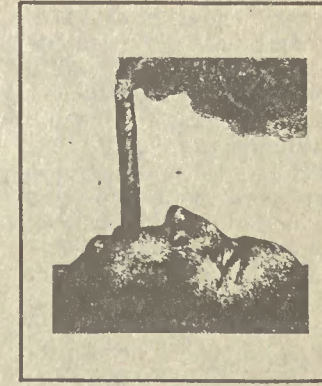
Segundo os ecologistas, o ideal biológico deveria ser o seguinte: para conservar o equilíbrio natural, um terço da terra firme e do oceano tem que permanecer intacto, livre da acção da civilização.

Vejamos então quais são as proporções que atinge a influência negativa do homem na natureza.

Todos os anos, a indústria mundial lança para a atmosfera da Terra cerca de mil milhões de toneladas de

pó e outras substâncias poluentes. Em muitas cidades, o homem vive asfixiado pelo smog. A camada gasosa que envolve o planeta torna-se menos transparente de dia para dia. A sua composição está a alterar-se, o que ameaça modificar o clima do planeta.

As florestas desaparecem. As comodidades de cada um de nós custam à natureza o equivalente a um



bosque com 300 árvores. Já foram eliminados 40 por cento das florestas húmidas tropicais, fornecedoras de oxigénio. As restantes são cortadas ou queimadas a uma velocidade de 44 ha. por minuto.

Com a mesma rapidez opera-se a desertificação. O abate das florestas e a superintensão da crosta terrestre, carcomida pelos labirintos das minas e túneis das linhas de comunicação, atacada por sondas e escavações, traduz-se no facto de um quinto da Terra se encontrar afectado pela erosão e os desertos. O desaparecimento dos grandes maciços florestais altera o equilíbrio da atmosfera no que se refere à proporção de oxigénio.

O homem ainda se consola com a ideia da infinidade do oceano, o guardião número um da pureza do ar. A camada viva do seu plancton produz mais oxigénio que todas as florestas do planeta. O oceano é ainda uma fonte intacta de minerais, o nosso «menu» do dia de amanhã. Mas serão reais as esperanças que nele depositamos, se anualmente o cobrimos com uma camada morta de petróleo até 120 milhões de metros quadrados de superfície?

De acordo com os últimos cálculos dos ecologistas, até ao ano 2000 poderão desaparecer cerca de 2 milhões de espécies vegetais e animais, ou seja, quase um quinto de toda a flora e fauna do planeta.

Um mal que veio por bem

Será possível atingir o equilíbrio ideal biológico com um tal ritmo de acção na biosfera?

Alberto Schweitzer, o célebre médico e prémio Nobel francês, disse um dia que o homem aprendeu a dominar a natureza antes de saber dominar-se a si próprio. De qualquer forma, o facto de o homem ter domi-

A paz é condição imprescindível do equilíbrio natural. O desanuviamento internacional é indispensável para conjurar a maior catástrofe ecológica: o conflito nuclear

nado as forças da natureza permitiu melhorar notavelmente as condições de vida.

De facto, o problema do meio-ambiente não se pode só reduzir a factores negativos. A irrigação dos desertos permitiu criar um novo meio ambiente nas zonas áridas. A drenagem dos pântanos nos subtrópicos húmidos eliminou o paludismo, que ceifava outrora milhares de vidas. O desenvolvimento da energética permitiu mudar radicalmente o microclima do ambiente humano.

A zona subártica da URSS pode servir de exemplo: em condições extremamente duras, o homem goza de todas as comodidades, como água quente, apartamentos aquecidos, transportes urbanos. A urbanização é acompanhada, não pelo abate das florestas, mas pela sua transformação em parques.

A solução do problema ecológico depende dos princípios por que se guia a so-

cidade, aproveitando a natureza conforme o seu regime social.

Contornos do futuro

Há cerca de um ano, foi proclamada em todos os continentes a Estratégia Uni-

versal da Protecção à Natureza. A sua preparação esteve a cargo da União Internacional de Protecção à Natureza, a UNEP, a UNESCO, a FAO e outras organizações internacionais. Um dos seus princípios fundamentais consiste em incentivar a passagem da indústria mundial para uma tecnologia com poucos ou mesmo sem detritos. A criação de processos tecnológicos puros que se harmonizem com a biosfera é a única via de desenvolvimento possível.

O modelo de tal processo já existe: em muitos países funcionam empresas com um ciclo fechado sem resíduos, criam-se sistemas de utilização dos detritos, idealizam-se processos físico-químicos novos que eliminam a formação de resíduos.

De acordo com os especialistas, o homem deve seguir três princípios básicos na sua actividade económica. São eles: não aprovar ou

examinar nenhum projecto que não tenha uma fundamentação ecológica séria; articular os interesses económicos com a ecologia e com este fim introduzir previamente nos projectos processos de restauração do meio-ambiente que for afectado; limitar ao mínimo a incursão na natureza e, ao restaurá-la, ter em conta não só a reparação dos prejuízos, como o crescimento das suas riquezas (por exemplo, devem plantar-se mais árvores do que o número daquelas que foram abatidas).

Conjurar a catástrofe ecológica

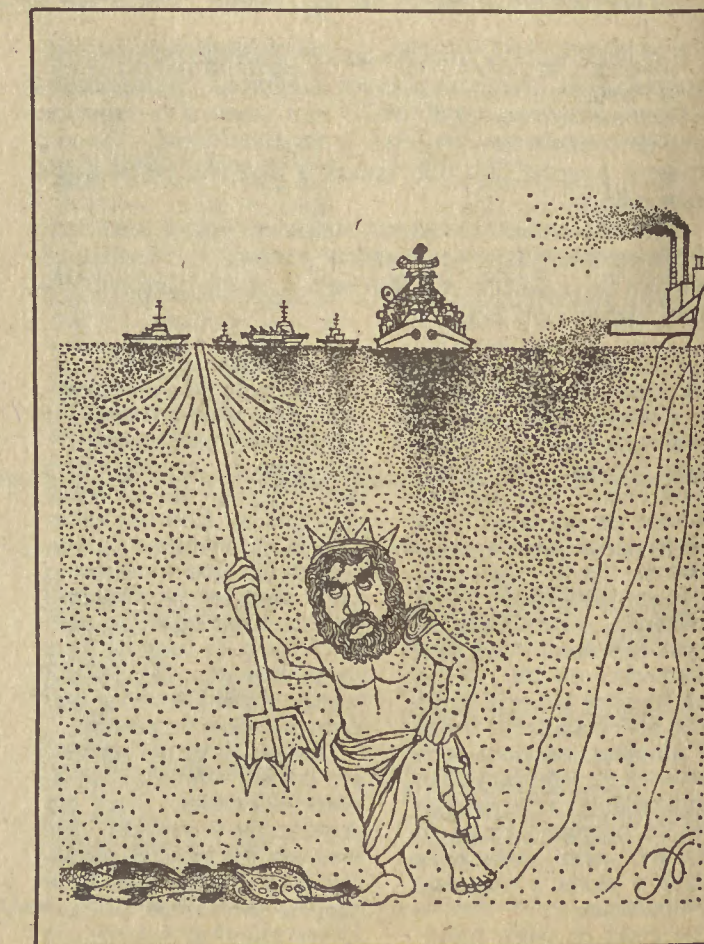
No actual conflito ecológico global, há um aspecto que de sobremaneira agrava este processo: a corrida aos armamentos. A imensa envergadura de produção de armas de extermínio massivo devora os recursos naturais. Em vez da matéria viva subtraída à biosfera, a indústria de guerra incorpora-lhe substâncias que produzem a morte. O esbanjamento dos recursos, a construção de minas e túneis destinados ao depósito de armamento, a destruição de sistemas ecológicos e de extensos territórios por toda a espécie de instalações militares, as próprias guerras limitadas ou «locais», deixam na biosfera chagas incuráveis.

Isto, já sem falar dos 600

mil milhões de dólares que o mundo gasta anualmente em armamentos e que aplicados noutros domínios, poderiam transformar a face da Terra. Bastava metade desta soma para irrigar 150 milhões de hectares de terras estéréis que, a serem tratadas, seriam capazes de abastecer em alimentos cer-

ca de mil milhões de seres humanos.

O desanuviamento internacional é pois indispensável para conjurar a maior catástrofe ecológica, o conflito nuclear. A paz é condição imprescindível do equilíbrio natural. Sem ela, nem a natureza nem o *Homo Sapiens* têm futuro.



Trabalhadores

Ainda há quem tenha dúvidas: O Governo quase conseguiu a oposição de todos os sectores profissionais

Alastra por todo o país a luta dos trabalhadores contra a política de acelerada recuperação capitalista promovida pelo Governo AD. Greves, paralisações, manifestações, lutas nas empresas, sucedem-se um pouco por toda a parte.

São às dezenas as notícias que numa semana surgem sobre a luta dos trabalhadores nas diferentes empresas. E são também às dezenas as que nunca chegam a vir a público. Médicos, hotelaria, enfermeiros, químicos, metalúrgicos — qual é hoje o ramo profissional que não se sente afectado pela política desvalorizadora do Governo AD? Das promessas pre-eleitorais e mesmo eleitorais ficou para muitos (a grande maioria) o amargo da realidade, o amargo do desemprego, do aumento do custo de vida, da diminuição dos salários, do futuro que se prevê sombrio se entretanto algo não mudar radicalmente neste país.

E a mudança que urge para já é a queda deste Governo AD e a sua substituição por um verdadeiro governo democrático que tenha em vista nos seus planos a defesa dos interesses dos trabalhadores e do Povo português em geral, passando pelos pequenos agricultores, comerciantes e industriais, pois também estes têm sofrido e mais continuarão a sofrer caso Balsemão, Freitas e os seus apaniguados continuem a dirigir os destinos deste povo. A experiência foi feita e provou não servir. Quem duvida que outra solução poderá ser encontrada, dentro dos termos da Constituição, de molde a resolver eficazmente os problemas e a crise que o Governo AD tem ajudado a agudizar? Apenas os membros do Governo e a sua clientela política negam a existência de tal solução porque se querem agarrar ao poder, como lapa à rocha.

Mas é urgente caminhar noutra solução para que o panorama não se agrave ainda mais. Se não, vejamos:

Só o Sindicato dos Trabalhadores Vidreiros da Marinha

Grande tinha em 30 de Setembro último, 237 processos em diversos Tribunais de Trabalho, a maior parte dos quais aguardam há três, quatro e cinco anos a subida a juízo. Se assim sucede com este sindicato o que não se passará com os restantes. Mas nem tudo é mau neste panorama judicial. Com efeito, o Tribunal de Trabalho de Leiria anulou recentemente o despedimento de um membro da Comissão de Trabalhadores da empresa Baptista Russo verificado no passado mês de Junho. Mas abandonando o panorama judicial dos conflitos de trabalho judicializa-se que estes atingem proporções astronómicas na quantidade, sintoma de que o patronato julga sentir-se com as «costas quentes». Patronato, que muitas vezes é o próprio Governo.

É o que se passa por exemplo no Banco Totta & Acores onde a Comissão Nacional de Trabalhadores se opõe a qualquer sanção contra o trabalhador Francisco Gomes Patrício ameaçado pelo Conselho de Gestão da empresa com um processo disciplinar em que se admite o despedimento por ter querido colocar uma faixa alusiva à data do 25 de Abril e que previamente tinha sido autorizada pelo Conselho de Gestão, mas impedida pelo chefe da secção de boletins do banco.

Químicos: 4 dias de greve

O director da Casa do Estudante, em Beja, prepara-se para despedir cinco trabalhadores, invocando como justificativo a falta de verbas, denuncia o Sindicato da Função Pública da Zona Sul.

Por seu turno, a Comissão de Trabalhadores da Ferrominas

manifestou a sua preocupação ao Governo face às intenções de importar minério de ferro, recordando que o equilíbrio da balança de pagamentos «não se faz aumentando as importações, mas desenvolvendo o aproveitamento dos nossos recursos naturais».

E declarações públicas recentes apontam para a intenção de retardar ou mesmo suprimir o projecto mineiro de Moncorvo.

Entretanto, foram retomadas as negociações directas de revisão do CCTV do Sector Automóvel, que o patronato tinha vindo a protelar.

Numa reunião no Ministério do Trabalho o patronato comprometeu-se a iniciar formalmente o processo de revisão. Pela sua parte, as organizações sindicais envolvidas decidiram criar uma comissão negociadora sindical única.

Quatro dias de greve prevêm os cerca de 40 mil trabalhadores químicos em luta pela revisão do CCTV do sector. A greve, a não se desbloquear o impasse nas negociações criado pelo patronato, decorrerá de 24 a 27 do corrente mês.

Também o Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul irá propor à classe uma segunda fase de greves para deste modo pressionarem a publicação oficial de um projecto de carreiras acordado com o I Governo AD/Balsemão e que o executivo posteriormente não respeitou a palavra dada.

Como se cativam os investimentos estrangeiros

No Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Baixo Mondego, dependente da Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola encontram-se ténia trabalhadores que há dois anos ali trabalham sem qualquer contrato de trabalho. Nem o Governo escapa às ilegalidades.

As regalias conquistadas pelos trabalhadores não podem ser retiradas, segundo o que determina a legislação laboral portuguesa ainda em vigor. Mas assim não entende a administração da multinacional alemã Vitrohm que já encorrou a creche para os filhos das operárias da empresa, retirou os 40 minutos mensais de tolerância para atraso e bem assim o transporte para o pessoal que trabalha por turnos. Por último impediu a realização de plenários nas instalações da empresa. Compreende-se agora o que o Governo AD pretende ao dizer que é preciso cativar os investimentos estrangeiros.

Os dois jornais diários publicados pela Empresa Pública Notícias Capital não saíram para a rua em virtude da greve que se registou naquela empresa e que registou cerca de 90 por cento de adesão. Os trabalhadores lutam por um caderno reivindicativo que consagre um aumento salarial global, o fim dos contratos a prazo e dos processos disciplinares, subsídios de refeição e outras regalias.

Também o pessoal de limpeza poderá adoptar formas de luta para que na revisão do CCTV do patronato prevaleça a obstinação dos patrões que nas cláusulas salariais apenas pretende aumentos ridículos de 13 por cento, como se para o pessoal da limpeza a inflação não tivesse sido igual à que afecta as restantes camadas dos trabalhadores portugueses.

Unidade e vitória na Carris e Siderurgia

Por uma vitória se saiu a luta dos trabalhadores da Siderurgia Nacional quando na véspera da greve marcada para o passado dia 4 o Conselho de Gerência assinou um novo enquadramento profissional e garantiu não pedir a passagem à conciliação do Ministério do Tra-

bainho o processo de revisão do ACT da empresa.

Entretanto, também a greve da Carris marcada para o passado dia 5 foi desconvocada depois da Comissão Administrativa aceitar negociar apenas com os representantes dos trabalhadores, ao invés de procurar, como pretendia, sentar à mesa das negociações estruturas paralelas não reconhecidas pelos trabalhadores.

A desconvocação da greve deu-se após o acordo entre a CA e a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos sobre o protocolo nas negociações de revisão do acordo de empresa.

Em virtude de a administração da transnacional Vaessen, que se dedica à transformação de tripas naturais, ter cedido parcialmente, face às reivindicações, os trabalhadores desta empresa decidiram suspender a série de greves que iniciara em Outubro, quando a administração decidiu reduzir os salários em 25 por cento.

Contestando esta decisão os trabalhadores passaram a lutar então também por um prémio de produtividade. A administração recusou negociar e suspendeu um dirigente sindical.

Agora, a administração recusou e apenas pretende reduzir os salários em cinco por cento na fábrica da Granja e dois por cento na de Paredes. E manifesta-se já disposta a pagar o prémio de produtividade a todos.

Na quinta-feira passada, dia de paralisação de todos os trabalhadores do sector têxtil do país, centenas de trabalhadores deste ramo de actividade ameaçados pela política governamental concentraram-se frente ao Ministério do Trabalho e à Assembleia da República. Os trabalhadores têxteis lutam por uma verdadeira revisão do CCTV e não um «acordo de tração» como o que foi firmado entre os lacaios do patronato agru-



Manifestação em 12 de Dezembro

Por toda a parte se realizam ou estão em vias de realizar plenários de delegados sindicais com vista à dinamização da manifestação popular convocada para o próximo dia 12 de Dezembro, pela CGTP-IN, contra a política do Governo AD. Manifestação que não será exclusiva dos grandes centros populacionais, mas de todas as regiões o país.

pados no pseudosindicato da UGT — Sindetex e que agora o ministro do Trabalho pretende tornar válido para toda a classe através de uma portaria de extensão.

Os médicos, nomeadamente através do Sindicato dos Médicos da Região Sul manifestam-se contra a inconstitucionalidade do decreto-lei 496/80 que retira aos médicos dos Serviços Médico-Sociais os subsídios de Natal e de férias. A Ordem dos Médicos pronunciou-se também contra este diploma.

Entretanto, os profissionais de farmácia, através de uma conferência de Imprensa dada pelo presidente do Sindicato dos Profissionais de Farmácia do Norte, propõem-se adoptar novas formas de luta como seja a recusa à prestação de trabalhos extraordinários. A luta prende-se com o chamado serviço de disponibilidade e a não o facto de indivíduos sem qualificação profissional poderem prestar serviço.

Queixa dos têxteis na OIT

Por seu turno, o Governo, dando aval a toda esta onda de arbitrariedades, tem vindo a protelar, segundo acusa a Federação dos Sindicatos da Função Pública, a revisão dos salários deste sector, para 1982.

Com efeito, o Governo comprometera-se a discutir a revisão salarial antes da apresentação do Orçamento Geral do Estado. Até agora nada foi feito nesse sentido.

Com preocupação encaram os trabalhadores do Fundo de Fomento da Habitação (cerca de 850, dos quais 600 contratados fora do quadro) o processo de extinção daquele organismo estatal e exigem a sua participação no processo, pois consideram que não bastam as promessas de colocação, mas importa definir os locais de colocação e as condições em que se irão processar.

Por último, é importante infor-

mar que a Organização Internacional do Trabalho pediu ao Governo português esclarecimentos sobre uma queixa apresentada pela Federação Portuguesa dos Têxteis. A queixa prende-se com o facto de o Governo AD desenvolver negociações com um organismo sindical não representativo dos trabalhadores para além de violar as convenções 87 e 98 da OIT sobre o direito à negociação e contratação colectiva.

Outro sector onde a luta se pode vir a agudizar é no sector de hotelaria do Norte e Centro onde a Federação Nacional dos Sindicatos da Indústria Hoteleira e Turismo vai propor aos trabalhadores destas regiões formas de luta caso se mantenha a situação de quase ruptura das negociações do CCT do sector. O diferencial situa-se na posição do patronato norte-nho que se recusa a aumentos salariais enquanto o Governo não aceder ao aumento de preço dos produtos de cafetaria.

Salários aos trabalhadores NÃO SE PAGA, NÃO SE PAGA

A par dos contratos a prazo e dos despedimentos, o patronato explorador, confortavelmente apoiado no Governo AD, encontrou um processo eficaz de aumentar ainda mais os seus lucros — isto é, deixa de pagar os salários aos trabalhadores, na esperança de que eles abandonem o emprego ou então, na eventualidade de não encontrarem colocação, se deixem ficar por ali na esperança de receberem algumas migalhas.

Esta técnica do não-pagamento surge não como casos isolados mas prolifera a olhos vistos por todo o país, revelando-se assim uma acção concertada do patronato que tem contado com a cumplicidade descarada do Ministério do Trabalho (*).

Por toda a parte — basta ler as páginas da imprensa minimamente honesta — se registam casos de empresas

que deixam de pagar aos seus trabalhadores.

Nalguns casos, são abrangidos todos os trabalhadores. Noutros, apenas um certo número é visado, mas isso não significa que mais tarde outros trabalhadores não venham a sofrer o mesmo.

Alguns exemplos recentes do que se passa por todo o país: na Sociedade de Ma-

deiras Vieira da Cruz, com instalações na Praia do Ribatejo, Muge, Pombal, Pampilhosa, S. Pedro de Muel e Torredelgada, os cerca de 350 trabalhadores estão sem receber os ordenados de Agosto e Setembro e os respectivos subsídios de férias deste ano.

Outro tanto se passa na empresa de construção civil Primotécnica, onde seis jovens trabalhadores ocuparam as instalações da empresa por não receberem os salários em atraso. Vindos da província encontram-se em precária situação em Lisboa.

Também a empresa Xavier de Lima despediu seis trabalhadores do restaurante "Quatro Castelos". O des-

pedimento verificou-se sem qualquer justificação ou processo disciplinar. A juntar a isto a empresa não pagou os salários a que aqueles trabalhadores tinham direito.

Mas panorama idêntico passa-se com os serviços directamente dependentes do Governo, como é o caso da esmagadora maioria dos trabalhadores das instituições privadas de solidariedade social que não recebem ainda os novos salários nem os retroactivos que lhes são devidos desde Maio último, altura em que entraram em vigor os actuais salários dos trabalhadores da Função Pública.

Estes são casos conhecidos. Mas quantos, por esse país fora, nomeadamente

nas pequenas empresas — empresas familiares com um e dois empregados — continuam desconhecidos porque os trabalhadores não recebem os salários em atraso, sempre na esperança de algum dia mais tarde viem a receber os salários a tempo e horas — mesmo que os atrasados fiquem nos bolsos do patrão, que deste modo ganhou a dois carrinhos, embolsou o salário e teve a trabalhar para ele uma pessoa que não lhe deu despesa.

(*) Pela sua prática a partir da governação AD este ministério estaria mais de acordo com a realidade ao se chamasse Ministério para o Desemprego.

O desemprego a aumentar — oficialmente são 386 000

Oficialmente, comparando o primeiro semestre deste ano com o do ano passado, temos mais 66 mil desempregados. Isto segundo os números fornecidos agora pelo Instituto Nacional de Estatística que pelo menos até agora ainda não foi tomado de assalto pela AD para que manipule as estatísticas em seu proveito.

Deste modo o INE revelou que no primeiro semestre deste ano estavam recensados em Portugal 386 mil desempregados, enquanto que no mesmo semestre do ano passado estavam recensados apenas 320 mil desempregados.

Assim, de acordo com os números agora revelados, o número total de desempregados corresponde a 8,8 por

cento da população activa do país.

Mas a realidade é muito diferente e o INE não pode dar a imagem em números desta mesma realidade. Com efeito, o INE apenas considera os desempregados declarados nos organismos oficiais. Mas tudo o que diz respeito aos jovens à procura do primeiro emprego ou ainda das mulheres, é assunto que o INE não pode já controlar.

Sucedo pois que o número de desempregados em Portugal é muito maior do que as estatísticas oficiais

apresentam. E ninguém hoje duvida que se tornará ainda pior caso o Governo AD continue a desgovernar Portugal.

No início, antes de se sentarem nas cadeiras e cadeirões dos ministérios, por parte da AD não faltavam as promessas mais cor-de-rosa, os sorrisos abertos, e diziam mesmo que para governarem (leia-se: governarem-se) bem precisavam de governar quatro anos.

Se isto é assim depois de dois anos, como não estaremos ao fim de mais dois anos? De tanga!

A convite da CGTP-IN sindicalistas sul-africanos visitam Portugal

• CDS defende «apartheid»

A convite da CGTP-Intersindical Nacional visitou o nosso país uma delegação do Congresso Sul-Africano dos Sindicatos — SACTU — composta pelo secretário-geral daquela organização sindical, John Gaetsewe, e pela sindicalista Iiva McKay.

A delegação sindical sul-africana foi recebida pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, com quem se avistaram na sexta-feira última ao fim da manhã.

No dia anterior, os sindicalistas sul-africanos tinham sido recebidos na Assembleia da República, onde se avistaram com o chefe de

mento de relações internacionais.

Os sindicalistas sul-africanos participaram na sexta-feira à noite numa sessão pública promovida em Lisboa pela central sindical portuguesa.

Entretanto, nesse mesmo dia, durante uma conferência de Imprensa conjunta, Álvaro Rana anunciaria que

mento de um livro intitulado "Mosebetsi: A História de um Trabalhador Sul-Africano". Mas diversas outras estão previstas para tornar mais ampla a denúncia do "apartheid".

Por seu turno, na conferência de Imprensa, o secretário-geral do SACTU, John Gaetsewe, fez questão de acentuar que a sua visita a Portugal tinha em vista transmitir e sensibilizar os trabalhadores e o povo português para as consequências do regime de "apartheid" que ao povo sul-africano é imposto.

Referindo casos concretos, o sindicalista sul-africano recordou que os negros, que constituem mais de dois terços da população, apenas detêm cerca de 13 por cento das terras, todas elas de pior qualidade, enquanto que os brancos possuem (leia-se:

roubaram) 87 por cento das terras.

Denunciando mais adiante a existência de empregos reservados exclusivamente a indivíduos de raça branca salientaria depois que naquele país do extremo sul da África existem leis que apenas se destinam a negros, como seja, entre outros casos, o facto de não poderem deslocar-se sem "passes" especiais e que na sua ausência são imediatamente presos.

Por último e referindo-se à repressão indiscriminada que se faz sentir afirmou a existência de milhares de presos políticos, muitos dos quais têm sido assassinados nos cárceres do regime racista. Ainda sob este aspecto precisou ser quase impossível fazer uma estimativa exacta do número de presos políticos em virtude das pri-

sões ocorrerem diariamente e as autoridades racistas não os distinguem dos presos de delito comum. (Sobre a visita dos sindicalistas, sul-africanos, ler também na pag. 9).

CDS tira a máscara

Honesto foi o deputado José Gama, do CDS, que durante a visita da delegação do SACTU aquele grupo parlamentar afirmou sem papas na língua que o "apartheid" é "necessário como travão ao desenvolvimento do comunismo internacional".

E se o CDS arredar a máscara de partido democrático um pouco mais, não tarda que este deputado ou outro qualquer afirme amanhã que "Auschwitz, Buchenwald e outros campos de concentração nazis voltam a ser necessários para servirem de travão ao de-

envolvimento do comunismo internacional".

Estes "cds" têm destas coisas: anda o Freitas do Amaral com aquelas falinhas mansas na televisão e depois a um qualquer correliário escapa-lhe a boca para a verdade.

Uma moção defendendo a manutenção da EDP como empresa única foi aprovada a nível nacional pela esmagadora maioria dos trabalhadores daquela empresa pública no decorrer dos mais de 80 plenários realizados em todo o país. Na moção refere-se que a manutenção da EDP como empresa única não se opõe de forma alguma à necessária acção de regionalização e descentralização que de resto estão consagradas no estatuto da empresa e cuja passagem à prática, essa sim, deverá ser fomentada.

Mais adiante, o texto que estamos a citar salienta que o eventual desmembramento iria enfraquecer a capacidade reivindicativa dos trabalhadores do sector face às próximas metas a atingir nos campos salarial e social, enfra-

Dia 19 Concentração em Sacavém

Na próxima quinta-feira, dia 19, realiza-se em Sacavém uma concentração promovida pela União dos Sindicatos de Lisboa e pela Cintura Industrial de Lisboa.

A concentração, para a qual estão convocados todos os trabalhadores e moradores da região, visa protestar contra a repressão que actualmente se faz sentir por parte da administração da Fábrica de Louças de Sacavém sobre os trabalhadores e os seus representantes sindicais.

Os trabalhadores lutam contra a ameaça de perderem os postos de trabalho em virtude de estar a ser criada uma outra unidade empresarial — Sandicor — com capital minoritário da Fábrica de Louças de Sacavém e que irá laborar precisamente no sector mais rentável daquela antiga unidade fabril — a loiça sanitária.

Estão em jogo cerca de 1200 postos de trabalho que a verificar-se a falência da antiga fábrica nada garante que venham a ser integrados na nova unidade.

Trabalhadores da EDP defendem a manutenção da nacionalização da empresa

quecendo até a sua capacidade de defesa dos seus direitos e regalias já adquiridos. Mais se esclarece na moção que o desmembramento criaria condições para, a médio prazo, reprivatizar as actividades lucrativas do sector através do enfraquecimento e descredito a que progressivamente se veria remetida a sua parte menos rentável, mas essencial.

Por último, a moção aprovada por esmagadora maioria, convém recordar, decide que: — Os trabalhadores da EDP opor-se-ão firmemente e por todos os meios legais ao seu alcance a toda e qualquer tentativa de desmembramento da empresa por parte do Governo; — Denunciam o carácter eleitoralista contido nesta eventual tentativa governa-

mental que nada tem a ver com a efectiva descentralização, mas sim com os objectivos do actual Governo no ataque ao sector público e nacionalizado.

Socialistas defendem EDP nacionalizada

Uma das conclusões do oitavo Encontro de Trabalhadores Socialistas da EDP, que decorreu recentemente no Porto e em cujos trabalhos esteve presente o secretário-geral do PS, Mário Soares, aponta para a defesa da Electricidade de Portugal como empresa única para o sector de produção, transporte e distribuição de energia no país. O próprio Mário Soares faria no final a defesa da EDP como empresa nacionalizada e vertical.



John Gaetsewe, secretário-geral do SACTU e Iiva McKay

gabinete do presidente da AR e ainda com todos os grupos parlamentares. Nesta visita foram acompanhados pelos dirigentes da CGTP-IN, Álvaro Rana, da Comissão Executiva do Secretariado Nacional e Orlando Laranjeira, do departa-

a CGTP-IN vai desencadear várias iniciativas destinadas a denunciar o regime de "apartheid" que a minoria branca impõe ao povo da República da África do Sul. Uma das primeiras iniciativas integradas nesta campanha diz respeito ao lança-

Enfermeiros do Porto contra projecto do Governo

Nos hospitais do Porto circula um abaixo-assinado que se destina ao Ministério dos Assuntos Sociais e no qual os subscritores exigem a não publicação do projecto sobre a carreira de enfermagem recentemente aprovado em reunião de Conselho de Ministros.

Solicitam ainda a reconsideração de todo o problema bem como a publicação do projecto de carreira de enfermagem

acordado em 9 de Março deste ano e em relação ao qual o II Governo Balsemão deu o dito por não dito.

Ainda recentemente, numa assembleia do sector de enfermagem realizada no Hospital de S. João foi aprovada uma moção em que é rejeitada a proposta actual do Governo e censurada a passividade com que a direcção do Sindicato tem enfrentado o assunto.

O actual projecto de carreira de enfermagem a vir a concretizar-se nenhum benefício traria para a classe. Pelo contrário, muitos baixariam de categoria, a progressão na carreira seria dificultada e no respeitante a salários ficariam muito aquém do estipulado no anterior projecto.

Na defesa dos seus interesses os enfermeiros do Porto continuam a lutar, assim como por uma carreira digna.

PCP

Álvaro Cunhal com os trabalhadores comunistas da Função Pública

Diversos aspectos da actualidade política e problemas de organização do Partido estiveram em foco no encontro do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, com trabalhadores comunistas da Função Pública da zona de Lisboa, iniciativa realizada na última sexta-feira, à noite, no anfiteatro do Centro de Trabalho de Alfama, que se encontrava repleto.

Após uma breve intervenção lida por uma das camaradas presentes na mesa, que, a dado passo, sublinhou o esforço desenvolvido pelas organizações do Partido na Função Pública na sequência das orientações estabelecidas pela reunião do Comité Central de Fevereiro deste ano (campanha organizativa no ano do 60.º Aniversário), o camarada Álvaro Cunhal, de improviso, fez uma intervenção que seria atentamente seguida pelos presentes.

A formação do 2.º executivo governamental chefiado por Pinto Balsemão e as consequências da sua política foram os primeiros aspectos abordados pelo secretário-geral do PCP, que, a propósito, criticou a posição de Mário Soares aquando da queda do 1.º Governo Balsemão. O dirigente do PS, recordou o camarada Álvaro Cunhal, em vez de apontar uma alternativa democrática, válida e coerente, disse que ao extinto Governo AD só poderia suceder outro Governo AD. Agora, as consequências estão à vista.

O País assiste a uma ofensiva contra importantes conquistas democráticas da Revolução (tentativa de destruição de empresas nacionalizadas do sector naval com estranhas negociações em vendas de navios; marcação de mais reservas para destruição de UCP's/Cooperativas, etc); a dívida externa sobe para mais de 600 milhões de contos (previsão já denunciada há tempos pelo Partido); o Orçamento Geral do Estado (OGE) assinalará um autêntico retrocesso; o custo de vida atinge índices elevadíssimos; pioram as condições de vida, de trabalho, e de estudo da população.

A revisão constitucional

«A 'AD' quer instrumentos para a destruição do regime democrático», afirmaria o camarada Álvaro Cunhal a propósito da revisão (in)constitucional que presentemente se desenha nos gabinetes e nos corredores de S. Bento.

Entre outros pontos, o secretário-geral do PCP alertou para os perigos de um eventual acordo PS-AD (já amplamente denunciado pelos parlamentares comunistas). Neste sentido, para fazer a revisão são necessários dois terços dos deputados; a «AD» sozinha não chega lá; logo, a inclinação para o PS surge-lhes como inevitável. O Partido Socialista poderá ir no «canto da sereia», nesta perspectiva: no texto constitucional revisado ficariam assinaladas algumas conquistas da democracia e do 25 de Abril; em troca, o PS cedia em questões de âmbito militar. Concretamente: as decisões do foro militar passariam para as mãos do Governo.

Além de salientar que nesse capítulo as propostas da extinta FRS já são suficientes para os objectivos da «AD» (no caso das hierarquias militares, o Governo **propõe** e o Presidente da República **escolhe**), o camarada Álvaro Cunhal afirmou que mesmo que na revisão constitucional ficassem assinaladas algumas conquistas democráticas, na prática a actuação dum Governo «AD» acabaria por fazer o que o regime fascista fazia em relação à liberdade de imprensa e de associação, direito expresso no Artigo VIII da Constituição de 1933...

A crise da «AD» e o reforço da luta popular

Um Governo com os objectivos e a prática deste segundo Governo Balsemão quanto mais tempo estiver no Poder maiores prejuízos originará à democracia e ao Povo. Por isso, a sua demissão, a dissolução da Assembleia da República, a formação de um Governo de gestão e eleições no prazo constitucional são acções justas, constitucionais e necessárias.

Esta a ideia expressa por Álvaro Cunhal antes de se referir ao ambiente de crise que se mantém nas fileiras da «AD» e à diminuição da sua base social de apoio, factos que são acompanhados por uma crescente dinamização e reforço da luta popular: a luta dos trabalhadores, dos camponeses, dos obreiros da Reforma Agrária, da juventude, das mulheres, dos reformados, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, de todas as camadas não monopolistas da sociedade portuguesa.

Na «AD», como apontou o secretário-geral do PCP, chocam-se presentemente contradições, antagonismos e interesses, numa atmosfera de acentuada desagregação e crise, bem semelhante à que caracterizou o período

em que Pinto Balsemão se demitiu do seu 1.º Governo.

O «caso» da eleição do actual Presidente da Assembleia da República (agora um «centrista») e o veneno que quase diariamente é lançado na Imprensa de direita contra certos sectores e personalidades da «AD» muitas vezes por contestações de lideranças são aspectos que confirmam o quadro de desagregação da «AD» — uma coligação em que nem mesmo os seus mais altos representantes conseguem esconder um certo antagonismo. Como diria Álvaro Cunhal, Balsemão conspira contra Freitas do Amaral e Freitas do Amaral conspira contra Balsemão.

No dia-a-dia, nos locais de trabalho, nas ruas, nos campos, nos centros de actividade, nas escolas, nos locais em que se desenvolve o trabalho criativo das populações, a «AD» é força cada vez mais isolada e repudiada. Mesmo quem anteriormente votou «AD», hoje participa na movimentação social contra a mesma «AD», como sucede, por exemplo, na Função Pública — acenou Álvaro Cunhal.

O Partido

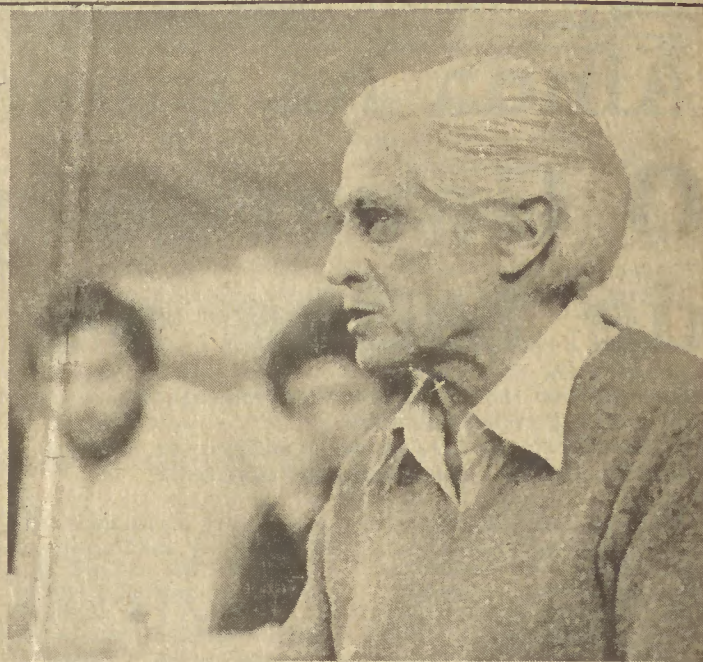
Na presente conjuntura, o PCP afirma-se uma vez mais como o grande Partido

dos trabalhadores, firme lutador pela unidade dos democratas e pela mobilização do Povo para a defesa da democracia e dos direitos constitucionais, salientou o orador.

Grande força do Portugal de Abril, grande exército político com cerca de 200 mil militantes, portador de um património histórico sem paralelo pela luta firme que soube opor ao fascismo, o PCP é um Partido com grandes responsabilidades na sociedade portuguesa e como salientou Álvaro Cunhal o seu reforço é necessário, é uma tarefa que está na ordem do dia e que deve fazer parte dos objectivos e das preocupações dos militantes comunistas e suas organizações.

Uma parte significativa da intervenção do secretário-geral do PCP foi dedicada a caracterização dos objectivos e do estilo de trabalho que assinalam a actividade do PCP.

Álvaro Cunhal falou, a propósito, das decisões do último Congresso na clandestinidade, da aprovação do programa do Partido, do empenho dos comunistas nas tarefas da Revolução Democrática e Nacional, da firmeza de princípios do Partido da classe operária portuguesa. Como referiu na ocasião, embora se acuse o PCP de ser o partido da «cassete»,



«há coisas em que não mudamos». A profunda identificação com os interesses superiores do Povo português, a defesa da democracia e do regime democrático, da liberdade, da independência nacional, da Reforma Agrária, das nacionalizações é, de facto, orientação que está solidamente enraizada na luta e na vida do PCP.

A política da «cassete» tem muito que dizer. Por exemplo, recordou o secretário-geral do PCP, há partidos que diziam defender a independência nacional e, depois, certamente para não repetir a «cassete», abriram as portas aos americanos...

A consequente política de unidade e cooperação democrática, em particular a defesa do entendimento entre comunistas e socialistas, a identificação com os princípios marxistas-leninistas, a intensa vida democrática, a unidade e coesão internas, a

dinâmica franca do debate entre os militantes, a afirmação como partido de classe, o Partido da classe operária e dos trabalhadores, o inabalável espírito de militância e dedicação — foram temas desenvolvidos pelo camarada Álvaro Cunhal, ao falar sobre o Partido.

A segunda parte da sessão, que no total durou aproximadamente três horas, foi para perguntas e respostas. O secretário-geral do PCP respondeu a um variado leque de questões colocadas pelos trabalhadores comunistas da Função Pública, nomeadamente sobre **revisão constitucional, comunicação social, a situação na Polónia, trabalho político das células, o Orçamento Geral do Estado e a situação económica e social e a presente ofensiva da «AD» contra órgãos de soberania**, entre outros assuntos.

II Assembleia da Organização do PCP na Região Autónoma dos Açores

«Avante!» ouviu Blanqui Teixeira

«Um passo muito importante para a consolidação da organização do Partido e para o desenvolvimento do trabalho dos militantes na Região» — as palavras são do camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, e referem-se à 1.ª Assembleia da Organização do Partido da Região autónoma dos Açores, cujos trabalhos decorrerão na cidade da Horta, nos próximos dias 28 e 29.

Regressado há dias de uma visita à Região, durante a qual teve oportunidade de realizar vários contactos e reuniões, o camarada Blanqui Teixeira salienta ao «Avante!» que a Assembleia, que se vai realizar nos Açores é «a primeira Assembleia duma Organização Regional do Partido». Por isso terá «repercussões não só nos Açores, como nas outras Organizações Regionais e na vida de todo o Partido».

A actividade preparatória da Assembleia está a decorrer com vivo empenho dos militantes comunistas, no quadro de uma ampla discussão em que também participam simpatizantes do Partido e mesmo outros democratas de diferentes correntes de opinião.

Blanqui Teixeira destacou a importância dos quatro documentos distribuídos pela organização para esta fase preparatória da Conferência, nos quais se abordam os seguintes temas: a caracterização da situação regional, os grandes problemas regionais, a alternativa à situação actual e a organização do Partido na região.

Os debates, que continuam a realizar-se em vários pontos do arquipélago, além de contribuírem para a elevação do nível político e ideológico dos militantes, proporcionam um acentuado

enriquecimento dos referidos documentos preparatórios, distribuídos a membros do Partido, simpatizantes e democratas de outras tendências, dos quais a organização tem recolhido ideias e opiniões relativas aos problemas tratados nos textos e a outros assuntos de importância para a vida da Região Autónoma dos Açores.

«Na Horta», diz-nos, «tive oportunidade de participar numa reunião em que simpatizantes do Partido e outros democratas expressaram várias opiniões e fize-

ram algumas perguntas sobre a acção do PCP, e os problemas que se vivem na Região».

Apesar das dificuldades a organização alarga-se

Nos Açores, «as grandes dificuldades para a implantação e desenvolvimento do Partido estão directamente relacionadas com o ambiente de intimidação e receio provocado por um anticomunismo quase primário. A reacção recorre aos diversificados meios que tem ao seu dispor (caso da Comunicação Social) para caluniar a actividade das forças progressistas e em particular do PCP. Os nossos camaradas são apontados e sofrem perseguições. O trabalho político dos militantes comunistas decorre, pois, numa atmosfera opressiva, antidemocrática, em que os direitos

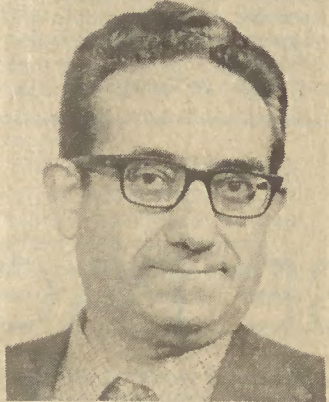
constitucionais são muitas vezes letra morta para as autoridades regionais», sublinha Blanqui Teixeira, que nos acrescenta:

«Apesar das dificuldades, a organização tem-se alargado e vai ganhando uma crescente imagem de ligação profunda aos trabalhadores e às populações, aos seus anseios e reivindicações».

«No campo sindical, deram-se passos importantes para o êxito da luta pelo cumprimento das leis actuais, embora as ilegalidades e a super-exploração de trabalhadores sejam ainda nota constante».

«No âmbito das autarquias, é inegável o resultado francamente positivo da actividade desenvolvida pelas quatro dezenas de eleitos da Aliança Povo Unido — APU na Região. Há mesmo casos de Assembleias Municipais em que tudo o que de útil e positivo tem sido realizado ultimamente se deve à iniciativa dos nossos camaradas e outros representantes da APU».

A preparação da 1.ª Assembleia da Organização Regional está, sem dúvida, intimamente ligada à realidade dos açores nos seus mais diversos aspectos. Como nos salienta Blanqui Teixeira, o debate além de temas de organização e da situação política regional, está a desenvolver-se em torno de questões de carácter económico, social e cultural da Região, designadamente os problemas da agricultura, da pecuária (uma grande parte da população açoriana dedica-se à chamada monocultura da vaca), da pesca, da indústria, dos circuitos comerciais, do turismo, dos



transportes, da habitação, da saúde e do ensino, entre outras questões.

Orientações para o futuro

«Os Açores têm carências graves e sérias. Sabe-se hoje que a sua população decresceu na ordem dos 13 por cento entre 1970 e 1981, testemunho significativo duma vida extremamente difícil», declara o dirigente do PCP, que adianta:

«A organização do Partido cabe um grande esforço no sentido de ajudar a resolver as questões que mais preocupam o Povo açoriano. A resolução dos numerosos problemas que afectam a Região exigem passos firmes na unidade das forças democráticas. Recorde-se que em Dezembro de 1980 a convergência democrática que impôs a grande derrota à reacção nas Presidenciais também alcançou uma vitória eleitoral nos Açores».

«A Assembleia Regional do PCP», conclui, «irá naturalmente discutir a actividade realizada no passado, apontará também as direcções fundamentais do trabalho a realizar no futuro e elegerá a nova Direcção da Organização».

A Assembleia contará com a participação de 90 delegados eleitos em todas as ilhas do arquipélago e ainda centenas de convidados.

Fundos para o Partido no distrito de Aveiro

«Para desenvolvermos com êxito a nossa luta em defesa dos trabalhadores e do Povo, pela queda do Governo «AD» e pela vitória democrática, são necessários o trabalho dedicado de todos os militantes e organizações e ainda importantes meios financeiros», salienta a Comissão Distrital de Aveiro do PCP em nota dirigida «a todos os militantes do Partido» naquela região.

«Ao contrário dos partidos da burguesia que vivem à larga com as remessas do grande capital nacional e estrangeiro, o nosso Partido depende exclusivamente das quotas dos militantes, das contribuições dos mili-

tantes e amigos do PCP, das vendas de materiais editados e das iniciativas que realizamos», recorda a Comissão Distrital que, «no sentido de responder às necessidades do desenvolvimento do trabalho do Partido no distrito de Aveiro», dirige os seguintes apelos a todos os camaradas e amigos, a todos os democratas da região:

• Para a participação de todos os militantes na **campanha de fundos de fim-de-ano**, através da venda da rifa do cabaz do Natal, da divulgação de listas de fundos, na abordagem de democratas e amigos do PCP que contribuam para o Partido;

• Para a participação dos militantes nas festas de fim-de-ano que as concelhias venham a realizar no distrito;

• Para informar acerca da existência de **banca de Natal** em diversos Centros de Trabalho do distrito, onde poderão ser compradas muitas das tradicionais prendas da quadra que se aproxima. Tal facto, acentua-se, permite ainda levar novos amigos aos Centros.

Porto debate Imprensa do Partido

O crescente domínio dos órgãos de comunicação pertencentes ao Estado por parte da direita e do seu governo, torna ainda mais impetuoso e urgente dar uma maior difusão aos órgãos do Partido, «Avante!» e «Militante», e à elaboração de folhas e boletins das organizações.

Foi com esta preocupação que se reuniu pela segunda vez, no passado sábado, os responsáveis de imprensa da Organização Regional do Porto, tendo sido tiradas importantes conclusões, nomeadamente a necessidade de aprofundar a discussão sobre a importância política da difusão dos órgãos do Partido e a elaboração de outros, a necessidade de cada organismo ter o seu responsável de imprensa e

de acompanhar a evolução da sua difusão.

Também a melhoria da colaboração para o «Avante!», nomeadamente através de correspondentes do «Avante!» nas organizações, foi encarada com entusiasmo.

Nesta reunião foram considerados pontos assentes a realização de uma campanha de difusão do «Avante!» e do «Militante» entre 1 de Janeiro e 31 de Março. Logo

ali surgiram ideias e opiniões sobre a propaganda da campanha e o papel que o próprio «Avante!» nela poderia ter. A realização próxima de um curso de propaganda escrita, que ajude os camaradas ligados à elaboração de folhas e boletins, foi outro ponto definido.

Reuniões deste tipo continuarão a ser promovidas, já que foi provada a sua importância no melhoramento do trabalho nesta frente.

Assembleia Concelhia da Amadora

No âmbito das actividades preparatórias da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP da Amadora, que decorrerá ainda neste mês, estão previstas as seguintes reuniões de células:

Hoje — JB Corsino, Alfragide, Bertrando, Heska Portuguesa; **Amanhã** — Paía (Brandoa), A-da-Beja; **Sábado** — Careque, Bairro do Bosque, Sotancro, Alto da Brandoa, Bairro Novo; **Domingo** — Cabos Ávila, Bureca, Comelna; **Dia 18** — Sorelame, Reformados; **Dia 19** — Sorelame, Gazina, Fiat, Pereira e Brito.

O balanço das reuniões já realizadas é francamente positivo — salientou ao «Avante!» a organização do Partido.

Octávio Pato em Loures

No Partido Socialista «a viragem à esquerda é nas acções concretas, ou apenas nas palavras como forma de esconder os actos?» — a interrogação foi formulada pela camarada Octávio Pato, membro do secretariado e da Comissão Política do Comité Central no decorrer da sua intervenção no encontro de quadros do PCP do concelho de Loures, realizado no passado dia 7, na Sociedade Filarmónica União Pinharenses.

Na sequência da pergunta, Octávio Pato comentou:

«A verdade é que no mesmo dia em que a Comissão Nacional do PS anunciava a sua «viragem à esquerda», se efectivava uma aliança com a direita, com a «AD», em áreas da revisão da Constituição da maior importância como a da retirada de poderes ao Presidente da República, designadamente no que respeita à escolha das chefias militares, partilhando ou subordinando assim as Forças Armadas ao governo da «AD», nomeadamente ao ministro Freitas do Amaral».

Juventude

Prepara-se no Porto a Conferência Sindical

É entusiástica a participação da juventude trabalhadora do distrito na preparação da Conferência Sindical Nacional da Juventude Trabalhadora: dezenas de reuniões em várias empresas e sindicatos, mobilizam centenas de jovens que discutiram os seus problemas e a importância desta iniciativa da CGTP-IN. Plenários de empresa e reuniões de sindicato elegeram já muitos delegados e convidados e muitos outros estão programados. Milhares de cartazes e outras formas de propa-

ganda animam já as ruas da cidade, milhares de documentos foram distribuídos nas empresas.

A mobilização em torno da Conferência tem um trabalho mais profundo: em várias empresas e vários sindicatos formaram-se comissões de jovens. Na Ferreira dos Santos, de construção civil, jovens sindicalizaram-se durante este período de trabalho em torno da Conferência. Uma Comissão de Trabalhadores Estudantes foi constituída e trabalha em torno dos

problemas concretos destes jovens. Entretanto foi distribuído aos jovens trabalhadores do norte um manifesto que da conta de alguns dos problemas que mais têm afectado os jovens da região. «No norte, a juventude trabalhadora da indústria, do comércio e serviços, da agricultura, etc., depara-se com graves problemas e difíceis situações. No sector têxtil reavivam-se atitudes e procedimentos, por parte do patronato, semelhantes aos do 24 de Abril: controlo pelo relógio de ponto das idas à casa

de banho; generalização do recurso aos contratos a prazo, à repressão e ao arbítrio. Na construção civil, na Soares da Costa, para cerca de 2500 trabalhadores permanentes há mais de 2000 trabalhadores contratados a prazo e na SEOP há 237 permanentes e 400 a prazo. No comércio não são menos escandalosos os casos, como o da Brasília, onde 95% dos trabalhadores estão a prazo, na sua maioria jovens, sujeitos a pressões morais, a horários ilegais e a salários de

miséria.

A quase totalidade dos jovens assalariados agrícolas não são pagos os feriados, não são pagos os dias de chuva, nem subsídio de férias, nem 13.º mês.

Os trabalhadores estudantes, apesar da Lei 26/81 que institucionalizou normas mínimas e de alguns direitos consagrados nos contratos, continuam a enfrentar inúmeras dificuldades intransponíveis para a preparação e a frequência das aulas».

A activa e entusiástica partici-

pação da Juventude Trabalhadora do distrito do Porto na preparação da Conferência resultará no ultrapassar de alguns atrasos e dificuldades e lará, certamente, das suas conclusões uma bandeira de luta e um guia de acção na luta pelo primeiro emprego, pela habitação, pelo direito ao ensino, contra a utilização abusiva dos contratos a prazo, a repressão patronal, a discriminação salarial, por uma nova política que garanta e satisfaca os interesses dos jovens trabalhadores.

Encontros de jovens em Évora, Vila Real e Viseu

Entraram na ponta final as actividades preparatórias da 1.ª Conferência Sindical Nacional da Juventude Trabalhadora, que decorrerá nos dias 21 e 22 no Pavilhão da Tapadinha, em Lisboa, com a presença de largas cente-

nas de delegados e convidados.

A iniciativa coube à CGTP-Intersindical Nacional e, tal como salienta o seu Departamento de Informação, «está a merecer da população juvenil um entusiás-

tico apoio expresso pela grande participação dos jovens na discussão dos documentos-base e na formulação de propostas de alteração».

No sábado — e falando agora das próximas iniciati-

vas integradas na preparação da Conferência — realizam-se Encontros de Jovens em **Évora** e em **Vila Real**; no próximo domingo decorrerá o Encontro de Jovens de **Viseu**.

Recorde-se que os objec-

tivos centrais da Conferência apontam para a análise profunda dos problemas actuais da juventude trabalhadora na sociedade portuguesa, formulação de reivindicações que, a serem satisfeitas, conduzam à resolu-

ção dos problemas existentes e esclarecimento e sensibilização da juventude para um empenho activo na vida sindical, nomeadamente a partir da discussão de formas específicas de organização e intervenção.

PCP

Começam amanhã os trabalhos do Seminário «Portugal e o Mercado Comum — que futuro para a região do Porto?»

Aprofundar sob um ponto de vista regional o estudo das consequências que acarretaria para os sectores mais representativos da actividade económica do distrito a eventual adesão de Portugal à CEE — constitui um dos temas centrais do Seminário organizado pelos comunistas portueses, o qual se inicia amanhã, às 21 e 30, no auditório da Cooperativa «Árvore».

«Portugal e o Mercado Comum — que futuro para a região do Porto?» é o lema desse Seminário, cuja realização é assegurada pelo Sector das Actividades Económicas da Organização Regional do Porto (ORP) do PCP.

A sessão de amanhã (a primeira das oito que constituem o Seminário) contará com a participação do economista Carlos Carvalhas, do Comité Central do Partido e vice-presidente do Conselho Nacional do Plano, e o debate será desenvolvido em torno dos seguintes temas: «a actual situação do processo de adesão ao Mercado Comum no contexto da presente situação económica e política»; «Porto: reflexos actuais da crise económica e problemas económicos e sociais que resultariam da integração no Mercado Comum».

Nas próximas semanas o debate tratará de temas relacionados com sectores específicos. Assim, dia 20 (2.ª sessão) serão as indústrias têxteis e o calçado; e dia 27, indústrias metalúrgicas, de mate-

rial eléctrico e electrónico. Oportunamente, divulgaremos os sectores que serão analisados no mês de Dezembro. A sessão de encerramento está marcada para dia 12 desse mês.

O enquadramento do debate

«Na análise que se pretende realizar ter-se-á em conta a crise profunda que abala o Mercado Comum, a experiência dos próprios países que actualmente o integram, o significado dos movimentos sociais e de opinião que nalguns desses países se manifestam pela saída do Mercado Comum, as experiências de «exportação» da crise para os países a integrar, bem como inúmeras consequências graves que a adesão acarretaria para Portugal, consequências já anteriormente identificadas e crescentemente reconhecidas como tal.

«O debate, que terá como base anteriores estudos e inicia-

tivas realizadas pelo PCP, tomará em consideração os novos factos e acontecimentos, que em particular nos últimos tempos, têm marcado os sucessos fracassos da operação de integração no Mercado Comum, bem como as ruinosas cedências aos monopólios da CEE, que se vêm manifestando em diversas medidas sectoriais da política dos governos da AD.

«O presente debate decorrerá sob o pano de fundo da consciência que cresce, mesmo em meios inicialmente iludidos ou hesitantes acerca das reais consequências que a integração da CEE acarretaria, da necessidade do abandono de tal política.

Decorrerá sob o pano de fundo da crescente evidência do falhanço da imagem da CEE como clube filantrópico que foi insistentemente agitada — e bastariam os exemplos recentes da reafirmação da CEE da não aceitação da liberdade de circulação dos trabalhadores portugueses, do impasse e bloqueamento do projecto de Acções Comuns de Pré-Adesão, da recusa em assumir qualquer compromisso relativamente à aplicação dos regimes de segurança social às famílias dos trabalhadores migrantes, da insistência na pretensão da imediata e livre circulação de capitais simultaneamente com a aplicação de

novas restrições às exportações têxteis portuguesas, para o confirmar.

«Decorrerá numa situação em que quase diariamente, e desencontradamente, se assistem a declarações de responsáveis do próprio Governo e de departamentos oficiais que vêm afimar confirmar muitas das graves consequências que a integração na CEE acarretaria e que de início a propaganda oficial da AD se recusava a aceitar».

(Do texto apresentado em conferência de Imprensa no passado dia 9, no Porto, pela comissão organização do Seminário)

No sábado Almada em festa!

A campanha «Almada, uma Casa do Partido» termina no próximo sábado com uma grande festa popular que durará todo o dia.

De manhã haverá um programa desportivo com futebol de cinco e ténis de mesa. Às 10 horas, a alvorada incluirá lançamento de foguetes e largada de pombos.

Após um almoço-convívio em que participará o camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, haverá um período de intervenções (pavilhão da Romeira).

À noite, com início às 21 e 30, no salão de festas da Incrível Almadense, decorrerá um espec-

táculo com Paulo de Carvalho, Fernando Tordo, Carlos Paredes, Fernando Alvim, Luísa Basto, João Fernando, José Jorge Letria e Manuel Branco.

Os bilhetes para este espectáculo estão à venda no CT do Partido e no próprio dia na bilheteira da Incrível.



Reunião em Faro

Com a participação de cerca de uma centena de quadros, activistas e dirigentes sindicais comunistas do distrito de Faro, decorreu recentemente uma importante reunião em que foram debatidas questões que no dia-a-dia se levantam na acção dos militantes do Partido naquela frente de luta.

Participou na reunião o camarada Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC.

Os camaradas presentes salientaram o apoio e a solidariedade do PCP para com os trabalhadores em luta no Algarve.

Sessões em Portalegre

Realizou-se no passado dia 6 uma sessão de esclarecimento do PCP em Valango (concelho de Avis) com a presença de mais de 100 pessoas, na qual o camarada Diamantino Dias, membro suplente do CC, abordou a actual situação política nacional. Na sessão foi aprovada uma moção em que se apela aos deputados democratas para não se aliarem à direita para a revisão inconstitucional da Constituição.

No dia 7, o camarada Diamantino Dias participou numa sessão em S. Amaro (Sousel) onde foram abordados os problemas da situação política e o significado da Revolução Socialista de Outubro.

Na sessão falou ainda António Juste, da CC de Sousel, que abordou o trabalho desenvolvido pelos eleitos da APU nas autarquias do concelho.

Campanha de Natal em Setúbal

A semelhança de anos anteriores, a Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS) do PCP abriu uma campanha de recolha de fundos sob o lema «Campanha de Natal e Fim de Ano/1981».

Decorrerá até 20 de Janeiro de 1982 e destina-se a reforçar as condições de trabalho do Partido no distrito de Setúbal.

As organizações e militantes do Partido caberá organizar a recolha eficaz de tais contribuições. Há, pois, que discutir a campanha em todos os organismos, estabelecer metas, ganhar politicamente todos os militantes e empenhá-los na realização das tarefas desta iniciativa. Há que divulgar amplamente esta campanha, distribuir e controlar as listas de recolha de fundos e outros materiais, de amigos e simpatizantes a abordar, realizar os mercados de Natal onde for possível, promover muitas iniciativas: magustos, fados, bailes, almoços-convívio, festas de Natal e passagem de ano.

A campanha exige muita dedicação e espírito de iniciativa por parte das organizações e militantes de forma a garantir o seu êxito.

Para além de um grande esforço no sentido de procurar elevar as receitas normais do Partido, impõe-se desenvolver esta campanha tradicional de fundos cujo êxito terá um carácter e um elevado significado político.

Encontro de Quadros da 7.ª Zona do CLL

Realizou-se no passado dia 7 no Salão Vale de Fundão, em Marvila, um Encontro de Quadros da 7.ª Zona do CLL.

Este encontro tinha como ordem de trabalhos a organização do Partido e a situação política.

Além do camarada Joaquim Gomes da Comissão Política e do Secretariado do CC, estiveram os camaradas Júlio Filipe e Carlos Pereira, do CC.

Esta realização contou ainda com a presença de 100 militantes comunistas.

Das conclusões do encontro, destacamos:

- Desenvolver e consolidar as estruturas do Partido na Zona.
- Reforçar os organismos de direcção aos vários níveis.
- Reforçar as células de empresa, estruturando as maiores por núcleos.
- Pôr em efectivo funcionamento as comissões específicas viradas para as frentes de trabalho fundamentais.
- Contactar todos os camaradas inscritos no Partido, desligados das organizações respectivas.
- Dinamizar a campanha de actualização e aumento de cotas.
- Discutir a importância da divulgação da Imprensa do Partido, aumentando em especial a venda do «Avante!» e de «O Militante».
- Melhorar a apresentação, aproveitamento e funcionamento dos Centros de Trabalho.

Foram ainda aprovadas por unanimidade moções **Pela Paz e pelo desarmamento** e **Em defesa da Constituição** e uma saudação à grande Revolução Socialista de Outubro.

A finalizar, o camarada Joaquim Gomes abordou alguns aspectos do encontro, em particular no tocante à campanha de organização, e debruçou-se sobre alguns aspectos da situação política actual. No final realizou-se um convívio comemorativo do 7.º Aniversário do Centro Trabalho dos Olivais.

Sorteio de Oeiras

O sorteio organizado pelos camaradas do concelho de Oeiras apurou no passado dia 5 os seguintes resultados: 1.º prémio — 67741; 2.º prémio — 19376; 3.º prémio — 72606. Os prémios devem ser levantados no CT de Algés.

Assembleia na M. Grande

Com uma maioria de operários e empregados, foi recentemente eleita a nova Comissão Concelhia do PCP da **Marinha Grande**, no decorrer de uma importante Assembleia de Militantes.

A conclusão do novo Centro de Trabalho foi também assunto abordado pelos presentes, que aprovaram medidas concretas para a angariação de fundos financeiros necessários para a concretização das obras.

Participou na Assembleia o camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

Montijo (Lançada)

No passado dia 7 realizou-se em **Lançada**, concelho do Montijo, uma jornada de confraternização comemorativa da Grande Revolução Socialista de Outubro. De manhã houve futebol, depois almoço-convívio e à tarde o camarada Américo Leal, do CC, fez uma intervenção sobre a situação política actual. A iniciativa terminou com Canto Livre. Participaram cerca de 70 pessoas.

Freguesia de Eiras

Cerca de 50 democratas participaram no último sábado no magusto comemorativo do 7 de Novembro e do 60.º aniversário do PCP, promovido pelas camaradas da **Freguesia de Eiras**, concelho de Coimbra. O convívio decorreu no Centro de Trabalho e além da projecção de *slides* houve uma intervenção por um camarada da Comissão Concelhia do Partido.

Soure

Mais de cinco dezenas de pessoas conviveram no magusto organizado pelos comunistas de **Soure**, no passado dia 8, na sede da Banda local. A iniciativa coube à Comissão Concelhia do PCP e integrou a participação do conjunto «Os Caminheiros», de Coimbra, e uma exposição sobre a vida nos países socialistas.

Concelhos do norte do distrito de Lisboa

Com a participação de mais de centena e meia de camaradas, decorreu no passado dia 8, na Casa do Povo de **Mafra**, um encontro de quadros comunistas dos concelhos do norte do distrito de Lisboa: **Alenquer, Arruda, Azambuja, Cadaval, Lourinhã, Mafra, Sobral de M. Agraço e Torres Vedras**.

O reforço da organização do Partido e o desenvolvimento do trabalho político dos militantes foram os temas que mereceram maior atenção dos presentes, tendo sido apontadas ideias objectivas para o melhoramento da actividade dos organismos de direcção, e células de empresa e de sectores como a frente sindical, o trabalho camponês, fundos, recrutamento, juventude, pequenos e médios comerciantes e industriais, mulheres e autarquias, entre outras questões.

A mesa que dirigiu os trabalhos do encontro era constituída pelos camaradas do Organismo dos Concelhos do Norte da ORL, das Concelhias da zona, representantes da JCP e do Comité Central do PCP (Blanqui Teixeira, do Secretariado e Comissão Política, e Abílio Martins).

Durante a sessão registaram-se 43 intervenções e das conclusões destacamos a concretização, a breve prazo, das seguintes tarefas:

- Realizar Assembleias de Organização e eleger Organismos de Direcção em várias freguesias e no Cadaval;
- Constituir Organismos de Zona nos concelhos de Mafra, Alenquer e Azambuja;
- Avançar para a eleição de novos secretariados de célula nas empresas Ford, GM, Foc, Casa Hipólito e outras;
- Reforçar os Organismos do trabalho sindical em T. Vedras, Alenquer, Mafra e Azambuja;
- Reforçar os Organismos concelhios para o trabalho camponês em todos os concelhos e preparar um grande encontro para desenvolver esta importante frente de trabalho. O encontro decorrerá em Janeiro de 82;
- Realizar em breve reuniões nos oito concelhos sobre questões sindicais e de autarquias;
- Realizar plenários concelhios sobre fundos e organizar uma boa campanha de angariação de donativos no Natal e Ano Novo;
- Realizar hoje uma jornada de esclarecimento em defesa da Constituição da República.

O encontro encerrou com uma intervenção do camarada Blanqui Teixeira sobre a situação política.

Assembleia da CGD

No passado dia 4 reuniram em Assembleia os comunistas da **Caixa Geral de Depósitos** (Lisboa) a fim de analisarem o funcionamento das estruturas dos trabalhadores.

Do vivo debate travado em volta desta questão tão impor-

tante para os comunistas, tendo em vista a defesa dos interesses dos trabalhadores, concluiu-se:

- Ser necessário reforçar o trabalho colectivo, por parte dos camaradas que estão a cumprir tarefas nas estruturas dos trabalhadores;
- Ser possível e necessária uma maior ligação aos trabalhadores, através de plenários nos locais de trabalho;
- Ser necessário o possível fazer um levantamento dos problemas dos trabalhadores da empresa, tendo em vista a elaboração de um futuro caderno reivindicativo.

Plenário da DORSA

Reunido no passado dia 8, o plenário da Direcção da Organização Regional de **Santarém** (DORSA) analisou a situação política regional e constatou as graves consequências a nível distrital da desastrosa política do Governo «AD».

Os camaradas presentes abordaram a política patronal de não satisfação dos cadernos reivindicativos e de repressão dos trabalhadores; os brutais aumentos dos factores de produção e a política de créditos que criam a situação de ruína de muitas pequenas explorações agrícolas e pecuárias; os problemas existentes no sector da saúde; a ofensiva contra a Reforma Agrária que provoca um aumento preocupante do desemprego; o alargamento da camada juvenil à procura do primeiro emprego; a situação nas escolas no que toca à superlotação; à falta de professores e ainda ao corte nos apoios sociais aos estudantes.

Na reunião foram salientados os êxitos alcançados pelas Câmaras APU no distrito, na solução dos problemas mais sentidos pelas populações e a continuação de grandes obras e planos para fazer face aos problemas ainda existentes, e exigido o fim da ofensiva do Governo «AD» contra o Poder Local democrático (não aplicação da Lei das Finanças Locais).

Foi ainda exigido que o Governo tome medidas para a regularização do Vale do Tejo e dote as autarquias de meios financeiros, a fim de poderem minorar os efeitos da prolongada seca também sentida no distrito, e reveja as medidas tomadas de restrição à concessão de crédito para a compra de habitação própria.

Foram também discutidas as tarefas a levar a cabo para a realização da Conferência Nacional do Partido sobre os problemas da mulher.

Ao constatar as consequências da política do Governo «AD», o plenário da DORSA alerta ainda para o perigo que representaria para a democracia a revisão da Constituição da República, no que se refere à organização do Poder político caso a mesma se fizesse segundo os projectos existentes da FRS e da AD.

O plenário da DORSA concluiu que a solução dos problemas do distrito exige a procura de uma alternativa democrática à actual política, alternativa que tem de contar com a unidade de todas as forças democráticas (em especial comunistas e socialistas) e de todos os democratas, ao mesmo tempo que apela aos trabalhadores e a todo o povo do distrito de Santarém para que se una na luta para a derrota da «AD», do seu Governo e da sua desastrosa política.

A «cultura» da «AD» denunciada pelo Sector Intelectual da Organização do Porto

Num comunicado recentemente divulgado à opinião pública, o **Sector Intelectual do Porto** do PCP, depois de analisar a ofensiva da «AD» no plano geral da vida política, económica e social, denuncia «a outra face que a reacção procura a todo o momento maquiar e exibir em grande plano»:

«É a face enganosa da demagogia, das maneiras exteriormente civilizadas do Primeiro-Ministro Balsemão, a face da cordura untuosa do professor Freitas do Amaral, a das frequentíssimas conversas em família dos ministros e secretários de Estado, a da aparente abertura democrática do actual ministro da Cultura do governo da reacção, Lucas Pires. Lucas Pires que, tendo sido na sua juventude universitária o arauto coimbrão da extrema-direita e tendo merecido mais tarde as entusiásticas referências de Kaulza de Arriaga em correspondência para Joseph Strauss, revela-se hoje como ministro da Cultura o verdadeiro continuador e herdeiro de António Ferro, secretário da propaganda nacional do fascismo salazarista.

«A velha tese da «cultura como espaço de consenso nacional», enorme caldeirada onde cabem explorados e exploradores, democratas e fascistas, espaço onde por milagre e magia se ofuscam e desaparecem as convicções políticas e ideológicas e se esbatem as fronteiras e contornos das contradições de classe que vivamente se desenvolvem em Portugal, mais não visa que esvaziar e castrar a vida intelectual e artística, drenando-a para debates e produções indiferentes ao destino da comunidade nacional e divorciadas da vida e da luta do Povo e dos democratas.

«Condicionar e desvirtuar a criação artística e cultural, amputá-la da sua função e dimensão libertadora, subverter e adormecer o pensamento e a acção dos intelectuais e artistas, tais são os verdadeiros propósitos desta maquiagem pseudo-cultural. Os dirigentes da «AD», mercenários eles próprios, expoentes da política do grande capital, acreditam que também os intelectuais estão à venda. Acenam com migalhas de subsídios, de apoios condicionais, procuram estimular a concorrência e a rivalidade, para deles obter ou a concordância, ou ao menos, o silêncio oportuno».

Mais adiante, pode ler-se:

«A raiz de tais propósitos nasce da necessidade de camuflar o vazio e o marasmo que caracteriza a política cultural da «AD». Ao longo dos seus governos, a «AD» pouco fez e muito

desfez no campo da criação e dinamização cultural da vida portuguesa. O plano nacional de alfabetização, apesar da aprovação na AR da lei sobre alfabetização de adultos, está estagnado, o aparelho escolar e o sistema educativo degradam-se visivelmente e acentua-se a selecção de classe no acesso ao Ensino Superior, o património cultural, artístico e arquitectónico degrada-se a ritmo acelerado, não se conhecendo nenhum plano para a sua salvaguarda; museus, bibliotecas e outros organismos culturais permanecem sem incentivos e sem apoios, instalados em condições que põem em risco a sua integridade, conduzindo mesmo à sua destruição pelo fogo como foram os recentes casos do Museu de Arte Contemporânea e da Cinemateca Nacional; o cinema e o teatro vêm reduzidos de ano para ano os apoios e incentivos de que carecem e estão cada vez mais dependentes de critérios assentes na descriminação ideológica e política; a Televisão, sob o controlo da «AD», está transformada num refinado instrumento de manipulação da informação e de estupidificação nacional.

«O boicote às obras de recuperação do Barredo, o protelamento inexplícito da restauração e aproveitamento do antigo mercado da fruta para aí instalar o Museu de Arte Moderna, o atraso das obras da Biblioteca Municipal, a recusa em declarar de utilidade pública o teatro S. João com vista à instalação de um Teatro Municipal são, entre muitos outros, reflexos bem vivos, na cidade do Porto, da política cultural da «AD».

«O que aconteceu com as comemorações do IV Centenário de Camões, a propósito do qual a «AD» temia a denúncia da imagem colonialista que o fascismo impusera anacronicamente à figura do poeta, e a tentativa de aproveitamento póstumo de grandes figuras da cultura portuguesa, que sempre estigmatizam a reacção (Eça de Queirós, Guerra Junqueiro, etc.) e o fascismo (António Sérgio, Jaime Cortesão e Bento de Jesus Caraça, entre outros), fazendo cair na sombra tudo aquilo em que foram fiéis à grande massa dos trabalhadores deste país, revela com particular nitidez a hipocrisia dos propósitos «culturais» da «AD».

Próximas iniciativas

Hoje, sessão-debate sobre a situação política internacional, no **Cacém**.

Amanhã, reunião de quadros a nível concelhio, no CT da **Chamusca**, às 21 horas, com o camarada Raimundo Cabral, da Comissão Política do CC; Dia da Juventude no auditório do PCP na Feira de S. Martinho, em **Portimão** (cinema, banda desenhada, convívio musical).

Sábado, às 17 horas, na Cooperativa «Linha do Estoril», magusto organizado pelos camaradas da Comissão de Fundos da Freguesia da **Parede**; sessão pública sobre revisão constitucional, às 16 e 30, no Grupo Recreativo de **Terecena**, com a participação de um deputado comunista, por iniciativa da Comissão de Freguesia de Barcarena do PCP (concelho de Oeiras); no pavilhão do CT de Aníbal Cunha, às 15 horas, reunião de quadros do Comité Local do **Porto** sobre trabalho de fundos; para esta reunião, em que se fará ainda uma informação sobre a actual situação política, são convocados os camaradas do Comité Local e das Comissões de Freguesia, bem como de outros organismos e ainda os responsáveis de fundos e cobradores das organizações do concelho do Porto; promovido pela Comissão de Zona do Castelo da Maia, realiza-se às 16 horas, no parque de Santo Ovídio — Feira Velha, um magusto, onde para além das castanhas e da «água-pé», haverá um convívio animado por Sérgio Mendes, os conjuntos 1.º de Maio e Vento Norte e o Rancho Folclórico de Gemunde, o deputado do PCP António Mota fará uma intervenção sobre a actual situação política na Academia de S. Amaro, a partir das 9 horas, realiza-se a 2.ª Assembleia de Organização da 2.ª zona do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP. Por volta das 18 horas, o camarada Octávio Pato, do Secretariado e da Comissão Política, fará a intervenção de encerramento. Às 21 horas, será apresentado pela companhia de Teatro Popular o espectáculo «Histórias de Pouca Vergonha», com interpretação de José Viana, Dora Leal e outros artistas; magusto em **Queluz**; sessão com o camarada Carlos Luis, do CC, no auditório do Partido na Feira de S. Martinho, em Portimão, às 17 horas, sobre a situação política actual.

Domingo, por iniciativa do Comité Local de Lisboa (CLL), grande jornada de solidariedade com os trabalhadores da Reforma Agrária em **Montemor-o-Novo**, com o seguinte programa: 7 horas — partida do CT Vitória, na Avenida da Liberdade; 8.30 — visita às UCP's/Cooperativas e confraternização com trabalhadores da Reforma Agrária; 14.30 — concentração em Montemor-o-Novo; 15 — espectáculo no Teatro «Curvo Semeado» com uma peça de Virgílio Martinho encenada por Paulo Lucena; 17 — início; 18 — partida para Lisboa. As inscrições funcionam nos CT's do Partido na cidade de Lisboa. Preço 280\$00. Crianças até aos 12 anos não pagam. Leva farnel; as organizações locais do PCP promovem magustos-convívio em **Pinhel** e **Celorico da Beira**, abertos a todos os democratas e com o objectivo de proporcionar bons momentos de confraternização e trocas de opiniões sobre a situação política nacional e internacional e sobre as tarefas que se colocam a todos os antifascistas para a defesa do regime democrático; no CT Vitória, na Avenida da Liberdade, em **Lisboa**, plenário distrital de pequenos e médios empresários comunistas, entre as 9 e 30 e às 13 horas, com a participação do camarada Manuel Pedro, membro do Comité Central, que fará uma intervenção sobre o actual momento político; a Comissão de Iniciativas da organização da freguesia de **Alhos Vedros** promove no antigo mercado da localidade um magusto com início às 16 horas; magusto em **Casal de Cambra** (Lisboa); termina a Feira de S. Martinho, em **Portimão**, onde está representada a organização do Partido com o *stand* político e outro de «comes-e-bebes». No auditório do Partido decorrerá a partir das 17 horas um encontro de autarcas comunistas.

Internacional

Angola independente há seis anos

Uma luta constante pela reconstrução e a defesa

Seis anos após a independência da República Popular de Angola, cuja data ontem se comemorou, prossegue, ininterrupto, o caudal de notícias da guerra imposta ao país. Nos primeiros dias deste mês jactos sul-africanos abateram um avião militar angolano 200 quilómetros no interior da RPA. Cahama, também a cerca de 200 quilómetros da fronteira, foi recentemente bombardeada por seis aviões sul-africanos. A expressão — guerra não declarada — mantém toda a sua actualidade. Uma guerra, que para além da tensão que mantém nesta zona, para além do perigo real que constitui para a paz, para além das vidas que aniquila, dos bens que destrói, impõe que a defesa constitua a maior tarefa nesta fase de reconstrução nacional, em detrimento dessa mesma reconstrução.

Apesar do peso brutal da guerra, apesar das múltiplas dificuldades a superar, dificuldades humanas e técnicas, dificuldades geradas também ao longo de um percurso complexo, que está longe de ser linear — êxitos assinaláveis foram obtidos nestes anos de independência.

De 23 a 29 de Outubro de 1976, pouco antes da celebração do primeiro aniversário da proclamação da República Popular de Angola, realizou-se em Luanda a terceira reunião plenária do Comité Central do MPLA, que marcou o início de uma nova etapa na luta do povo angolano rumo à construção do socialismo. Como se afirma em recente editorial do «Jornal de Angola», havia então «a necessidade premente da criação de um Partido e de se dotar as massas trabalhadoras de um instrumento dirigente que assegurasse a consolidação das conquistas revolucionárias do heróico povo angolano.

«Era também necessário a implantação dos órgãos do poder popular em todo o espaço do território nacional, de Cabinda ao Cunene, e o estabelecimento das bases económicas para que o poder do povo fosse real, efectivo e actante, bem como a definição das

relações entre o Movimento e o Estado. «Esta nova fase na luta do povo angolano, qualitativa e quantitativamente superior, teria que se apoiar, necessariamente, em factores seus determinantes e catalizadores, tais como as mínimas condições materiais e garantia da defesa e soberania e integridade territorial da RPA, a par da definição de uma política externa que condignamente colocasse Angola no contexto das nações».

A reconstrução nacional

As decisões da terceira reunião plenária do CC do MPLA têm vindo a ser levadas à prática. Em Dezembro de 1977, foi fundado o MPLA-Partido do Trabalho, abrindo-se caminho à laboriosa transformação de um movimento de libertação em partido marxista-leninista. No caminho da concretização de facto da palavra de ordem — «o povo no poder» — foram instituídas a Assembleia do Povo e as Assembleias provinciais, cobrindo todo o território nacional. É no domínio económico que se esbarra com as maiores dificuldades. Os

esforços vão no sentido da reestruturação das infra-estruturas económicas existentes, tendo sido definida a agricultura como base do desenvolvimento socioeconómico, e a indústria como factor decisivo. Foram criadas novas empresas agrícolas e industriais e nacionalizados os principais empreendimentos económicos, outrora nas mãos dos colonialistas. Mas os problemas são múltiplos, e graves. O primeiro é a impossibilidade permanente de trabalhar em paz. Somam-se-lhe outros factores, como por exemplo a seca que assolou o país em 1978, proclamado por Agostinho Neto Ano da Agricultura, e que obrigou o país a importar produtos agrícolas de base para a alimentação. E ainda, como assinalou o embaixador angolano em Portugal, num recente encontro com jornalistas, «o abandono dos comerciantes, industriais e agricultores portugueses que detinham a máquina económica da ex-colónia; a vinda massiva dos quadros técnicos e burocráticos da administração colonial; o carregamento à força das populações para as matas e exterior pelos fantoches, tudo isso teve durante esse tempo os seus reflexos no baixo rendimento económico do país, pois muita coisa parou, quer a nível industrial, comercial e muito principalmente agrícola. É assim que o país ficou a viver quase exclusivamente da produção de petróleo». Apesar de todas estas dificuldades e atrasos evidentes, a reconstrução nacional é um facto. São ainda palavras do embaixador angolano em Lisboa: «Reconstruíram-se todas as pontes, que os invasores tinham destruído; a indústria tem estado a

conhecer alguns pontos altos com a reactivação de algumas fábricas como os têxteis, as cervejeiras, as mobiladoras, a hotelaria; a construção, com o acabamento de muitos prédios começados pela administração colonial e a execução de muitos blocos residenciais principalmente para alojamento de cooperantes; as pescas, com a aquisição de novas unidades pesqueiras e a cooperação neste domínio através de acordos com países amigos; a educação em que a alfabetização teve o seu ponto máximo podendo dizer-se que o analfabetismo que era de 99%, terá baixado para 80%, a formação de quadros pode dizer-se que é a preocupação dominante do governo pois a RPA deve contar neste momento com mais de 6 a 7 mil estudantes no estrangeiro, a vários níveis e em vários ramos do ensino técnico-profissional. A nível interno as escolas que existem não chegam para albergar a avalanche de alunos que segundo estamos informados ultrapassam os dois milhões, só a nível primário ou ensino de base. A saúde, apesar da escassez de médicos, dada a vastidão do território, o que já era notório no tempo do colonialismo, tem feito consideráveis avanços restaurando hospitais, centros de saúde, e equipando-se com o essencial dentro dos quadros globais de carências que existem, de forma a permitir um mínimo de condições de atendimento às populações. A agricultura, que foi definida pelo Comité Central do Partido como base do desenvolvimento económico do país, depois da estagnação provocada pela fuga massiva dos agricultores portugueses,

começa a conhecer pontos altos com a formação de cooperativas agrícolas e de consumo para os cooperativistas. Sob o ponto de vista da cultura, o organismo governamental competente não se tem poupado a esforços no sentido de reactivar a cultura nacional com a restauração dos museus, incentivar as organizações de música e danças nacionais». Como destaca o «Jornal de Angola», no já citado Editorial, «estes avanços, embora ínfimos, são bastante significativos, na medida em que se operam paralelamente à guerra que é movida contra Angola pelo regime racista da África do Sul que, a soldo do imperialismo, pretende desestabilizar toda a África Austral».

É a África Austral que está em causa

A invasão de território angolano pelas tropas sul-africanas em 23 de Agosto, e que na verdade se mantém ainda, constitui a mais vasta operação militar desde a proclamação da independência da República Popular de Angola. Onze mil homens, com tanques pesados, blindados, canhões, penetraram em território angolano. Uma semana após o início da invasão, as tropas sul-africanas tinham ocupado praticamente toda a província do Cunene, tendo provocado cerca de 700 mortes entre a população civil e os soldados angolanos. As tropas agressoras devastaram por completo as zonas ocupadas. As tropas sul-africanas actuaram em conjunto com forças mercenárias e os bandos da UNITA.



A luta contra o analfabetismo é uma das frentes em que se empenham o Partido, o Governo e o Povo angolanos. Resultados apreciáveis já foram alcançados — os quais muito melhor seriam, porém, se a vida em Angola se pudesse fazer em paz, sem os ataques do imperialismo através dos racistas e dos fantoches internos

Esta monstruosa operação foi unanimemente condenada a nível mundial, excluindo como caso mais assinalável os Estados Unidos, que assim se autodenunciaram como cúmplices. Porque esta acção militar, de que a universal condenação era claramente previsível, acentuando assim, mais ainda, o isolamento da África do Sul? Em primeiro lugar, ela acentua, e isso está fora de dúvidas e os próprios factos o confirmam — no apoio activo e múltiplo por parte dos Estados Unidos. Visa atingir Angola, como grande e rico país, cuja opção socialista, apesar das imensas dificuldades, já deu alguns frutos, e constitui um exemplo para uma África que se bate pela total independência. Visa, igualmente, protelar o mais possível a independência da Namíbia que tanto os governos dos países capitalistas, como o da África do Sul, e as multinacionais que sugam as imensas riquezas desta zona, sabem bem que, a processar-se por meios realmente democráticos,

daria a vitória indiscutível ao movimento de libertação, a SWAPO. Constitui uma acção de ilegítima autodefesa do governo sul-africano, que não ignora que uma evolução positiva na zona põe em jogo a sua própria sobrevivência. Visa — em síntese — inverter a evolução da situação em toda a África Austral. Porque é esse de facto o plano do imperialismo. E o plano passa pela criação de uma zona-tampão no sul de Angola, entregue a um governo-fantoches da UNITA. A «zona-tampão» tem várias vantagens para a política do imperialismo na África Austral. Como foco de tensão permanente, abre caminho, a qualquer altura, a novas acções militares. Cria em Angola um sorvedouro de energias e capitais, que põe em causa a reconstrução nacional e pode fomentar problemas internos. Dificulta a acção solidária de Angola para com o povo namibiano, e portanto a luta da SWAPO pela independência nacional. Pretende-se ainda transformá-lo num facto

consumado, negociável para obter outras contrapartidas. Funciona como um retardador da evolução da situação na zona, alargando o espaço que as multinacionais têm à sua frente para explorar o máximo de riquezas da zona. Trata-se de uma acção muito ambiciosa — talvez excessivamente ambiciosa para o momento histórico que vivemos — que pela sua envergadura, e pelas consequências que adviriam da sua concretização, exige muito do movimento libertador e das forças progressistas africanas. E exige de todos nós uma redobrada solidariedade, a todos os níveis, com os povos da Namíbia e da África do Sul, com a República Popular de Angola. Para o Povo português, para as forças democráticas e progressistas do nosso país, essa solidariedade impõe-se com a acuidade que deriva dos laços históricos que nos uniram na luta antifascista, na batalha comum de libertação dos nossos povos.

Saudação do CC do PCP ao CC do MPLA-PT

Ao Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho Queridos Camaradas

Ao cumprir-se o 6.º Aniversário da independência da República Popular de Angola, o Comité Central do Partido Comunista Português envia as suas mais calorosas e fraternais saudações ao Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho e, por seu intermédio, a todos os militantes, à classe operária, a todo o povo trabalhador angolano.

O Partido Comunista Português, saúda, nesta ocasião, com especial calor, todos os filhos do povo irmão angolano que no Sul de Angola defendem a integridade territorial da sua pátria e enfrentam corajosamente a criminoso invasão racista sul-africana iniciada em larga escala em Agosto último.

Esta grave e perigosa escalada militar, possível graças ao apoio do imperialismo norte-americano ao odioso regime do «Apartheid» visa, por um lado,

prolongar a ocupação ilegal da Namíbia por parte dos racistas e assim impedir o acesso daquele país à independência e, por outro lado, inverter o rumo socialista da revolução angolana.

Facê ao impetuoso avanço do processo revolucionário mundial na década de 70 de que as transformações na África Austral são esclarecedor exemplo, o imperialismo mundial tenta sustentar a luta de libertação nacional e social dos povos e inverter a marcha da História.

Neste plano se insere o novo impulso na corrida às armas desencadeada pela Administração Reagan e pelos círculos mais reaccionários da OTAN com o ilusório objectivo de romper o equilíbrio e de obter a superioridade militar sobre a URSS e os restantes países do campo socialista e impor o seu domínio no mundo.

Para derrotar esta política que põe em perigo a paz e a segurança dos povos, os comunistas portugueses consideram fundamental o reforço da soli-

dariedade e da cooperação entre as grandes forças revolucionárias à escala mundial — a URSS e os países socialistas, os países progressistas, o movimento operário dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional.

Lutando em Portugal pela defesa do regime democrático, por uma política de paz e amizade com todos os povos, contra o crescente enfeudamento do governo reaccionário da «AD» ao imperialismo, o PCP exprime nesta histórica ocasião ao partido irmão angolano, o MPLA-Partido do Trabalho, vanguarda revolucionária do povo angolano, a sua solidariedade inquebrantável à luta pela expulsão dos racistas da RPA, pela reconstrução económica e pela edificação da nova sociedade libertada da exploração do homem pelo homem. O PCP denuncia e combate a política do actual Governo português de efectivo apoio aos racistas da África do Sul e de cobertura a inimigos jurados da revolução angolana, como sendo contrária ao desenvolvimento das

relações a todos os níveis entre os dois países.

Aproveitando esta ocasião o PCP manifesta uma vez mais o seu desejo de reforçar os tradicionais laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes com o MPLA-Partido do Trabalho, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, seguro de que tal reforço constitui uma contribuição fundamental para o desenvolvimento das relações entre os respectivos povos e países.

Viva o 6.º aniversário da independência da RPA!
Viva a amizade entre o PCP e o MPLA-Partido do Trabalho!
Viva o internacionalismo proletário!

Lisboa, 10 de Novembro 1981

O Comité Central do Partido Comunista Português

O 11 de Novembro em Portugal

As comemorações do 6.º aniversário da independência da República Popular de Angola decorrem no nosso país poucos dias após a sessão de solidariedade com o povo da África do Sul, promovida pela CGTP-IN. Trata-se, no fundo, de duas manifestações de uma mesma solidariedade. Simultaneamente desenvolve-se uma ampla campanha de solidariedade com o povo angolano, vítima de agressões armadas sistemáticas por parte da África do Sul, que neste momento ocupa mesmo uma parte do território angolano, junto da fronteira sul.

Este conjunto de acções testemunham da importância interessante que assume o evoluir dos factos na África Austral e da compreensão dessa importância em Portugal, os sentimentos de solidariedade que unem os nossos povos.

As comemorações do 6.º aniversário da República Popular de Angola tiveram o seu início, terça-feira, com uma sessão solene realizada no salão da Voz do Operário, por iniciativa da Associação de Amizade Portugal-República Popular de Angola. Intervieram na sessão, o embaixador da RPA em Portugal, Adriano Sebas-

tião, o presidente da Associação Portugal-Angola, Daniel Matos e António Candeias, da direcção da Associação 25 de Abril.

Ontem na Cova da Piedade, realizou-se igualmente uma sessão comemorativa, que se inseriu num programa de comemorações que incluiu uma série de torneios de futebol com equipas de Angola, Moçambique e Cabo Verde.

Solidariedade material

Nas comemorações do 6.º aniversário da República Popular de Angola

foi feita a primeira entrega dos frutos da Campanha de Solidariedade Material com a RPA, que visa auxiliar as vítimas da agressão sul-africana.

Esta campanha tem-se vindo a desenvolver de múltiplas formas e abarca várias iniciativas.

A Federação da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal decidiu em plenário lançar uma campanha de solidariedade para a aquisição de uma ambulância para Angola, correspondendo assim ao apelo da CGTP-IN a todo o movimento sindical, aos trabalhadores e democratas portugueses, para que recolham urgentemente medicamentos, roupas, produtos alimentares e tudo o que possa constituir uma ajuda às populações angolanas vítimas das continuadas agressões por parte da África do Sul.

Outras organizações sindicais aderiram igualmente à Campanha, nomeadamente os sindicatos dos trabalhadores de Aviação e Aeroportos e

dos Trabalhadores da Indústria Vidreira.

Entre a juventude, a Campanha de solidariedade está a ter também expressão significativa. Aderiram à Campanha, propondo-se desenvolver actividade das respectivas escolas, várias Faculdades e Institutos superiores de Lisboa, escolas secundárias, comissões de juventude de bairro, a Comissão Coordenadora dos Trabalhadores Estudantes de Lisboa, o Departamento da Juventude da União dos Sindicatos de Lisboa.

Entre as iniciativas com carácter local, conta-se uma sessão pública realizada na Junta de Freguesia da Damaia, na passada 6.ª feira, e que incluiu a projecção de um filme, e um colóquio.

Apoio ao povo da África do Sul

A convite da CGTP-IN estiveram em Portugal dois sindicalistas sul-africanos, John Getsewe, secretário-geral da federação sindical sul-africana,

a SACTU e Ilva Mac Kay, que recorde-se representou os trabalhadores sul-africanos nas comemorações do 1.º de Maio em Portugal. Durante a sua estadia no nosso país, os dois sindicalistas foram recebidos por todos os grupos parlamentares (e o contacto com o grupo parlamentar do CDS foi particularmente esclarecedor — e provocatório — tendo o deputado José Gama defendido o «apartheid» como «travão ao comunismo») e pelo chefe de gabinete do presidente da Assembleia da República.

O ponto mais importante desta visita, foi a sessão de solidariedade realizada no Teatro Aberto, tendo como pano de fundo o lema do Congresso das Federações Sindicais Sul-Africanas: «A injúria que se faz a um é uma injúria para todos». A sessão constituiu uma expressão de solidariedade com o povo da África do Sul e com o povo de Angola, ambos, tal como o povo namibiano, vítimas

da política do regime de «apartheid». Os oradores John Getsewe e Armando Teixeira da Silva, do secretariado da CGTP-IN — denunciaram o carácter terrorista do governo sul-africano e os apoios do imperialismo e das multinacionais que lhe têm garantido a sobrevivência.

«Os trabalhadores de cor da África do Sul são, no seu próprio país, tratados como escravos, eles são os últimos escravos do tempo moderno» — destacou o camarada John Getsewe, que salientou simultaneamente a envergadura da resistência a esta política, que só no decorrer deste ano se traduziu já na realização de 180 greves envolvendo 170 mil trabalhadores.

Neste 11 de Novembro, a solidariedade com Angola, passa necessariamente pela solidariedade para com os povos da África do Sul e da Namíbia. Uma frente unida de luta contra a concretização dos planos do imperialismo na África Austral.

SOLIDARIEDADE COM O POVO DE ANGOLA
VÍTIMA DE AGRESSÃO RACISTA

UMA AMBULÂNCIA PARA ANGOLA

PARTICIPAÇÃO DOS METALÚRGICOS E MINÉRIOS PORTUGUESES NA CAMPANHA DA CGTP-IN

FSMMMP/CGTP-IN

As manifestações concretas da solidariedade activa dos trabalhadores e do Povo português (o cartaz que reproduzimos ilustra uma delas) para com o povo angolano revestem múltiplas formas e não deixam de aumentar

Países socialistas

As comemorações da Revolução de Outubro

Prosseguem no nosso país as diversas iniciativas comemorativas do 64.º Aniversário da Revolução de Outubro, este ano realizadas sob o signo da República Soviética da Geórgia. Como habitualmente, a organização do programa, que se estende por várias semanas, coube à Associação Portugal-URSS.

Para além da delegação oficial que permaneceu entre nós, tendo tido diversos contactos de natureza política e cultural, da Geórgia vieram o conjunto folclórico e popular de danças «Gorda» e o trio vocal «Tsisperi», cujas actuações, sempre com grande êxito, têm atraído muito público de Norte a Sul, incluindo na Madeira.

Entretanto, e para além da música, é também de destacar a realização de uma importante e significativa exposição sobre vários aspectos da cultura georgiana, incluindo peças de artesanato (cerâmica, tapeçaria e metal cinzelado), gravuras, fotografias e desenhos. Também esta exposição, conforme já informámos na semana anterior, estará patente em

diversas cidade e vilas do país. Uma grande descentralização caracteriza estas comemorações cabendo aos núcleos locais da Associação a realização

de muitas outras iniciativas, nomeadamente exposições, colóquios, palestras e sessões de cinema. Mas se a grande diversidade de iniciativas é uma característica, outra não

menos importante é a grande adesão popular: a Revolução de Outubro está no coração dos democratas portugueses (em primeiro lugar os comunistas, mas não só).



A propósito das comemorações no nosso país do 64.º Aniversário da Revolução de Outubro, esteve entre nós uma delegação oficial da República Soviética da Geórgia, composta pelos camaradas O. Melkadze, membro do respectivo Comité Governamental e deputado ao Soviete Supremo, e Kotschivadze, também deputado ao Soviete Supremo, os quais tiveram um encontro com uma delegação do PCP chefiada pelo camarada Álvaro Cunhal

Como vai o comércio com a URSS?

As trocas comerciais entre a URSS e Portugal elevaram-se, no primeiro semestre deste ano, a quatro milhões e oitocentos mil contos, o que significa um aumento de 40 por cento em relação a igual período do ano passado.

Esta revelação foi feita por Anatoli Gratchev, representante comercial da URSS no nosso país, no decorrer da apresentação de alguns produtos, nomeadamente tractores, já comercializados em Portugal e máquinas de construção e obras públicas, que a Tractoroexport, organismo de comércio externo soviético, tem patentes ao público na Filagre-81.

A Tractoroexport convidou diversas entidades, técnicos, empresários e jornalistas para um encontro que decorreu nas instalações da Filagre. Nessa ocasião foram prestados esclarecimentos sobre as características das máquinas em exposição.

Durante as breves palavras então proferidas, A. Gratchev sublinhou ainda, a propósito das relações comerciais luso-soviéticas:

«Os meios de negócios de Portugal têm-se mostrado interessados no desenvolvimento do Comércio com a União Soviética, compreendendo que esse tipo de re-

lações com o nosso país tem um carácter estável e sólido, e se baseiam no princípio das vantagens mútuas.

«Presentemente, a URSS é já um comprador tradicional de pasta de tomate portuguesa, de vinho do Porto, de cortiça e artigos de cortiça, de calçado, tecidos, vestuário, um parceiro que constrói navios nos estaleiros portugueses e vende para Portugal petróleo, peixe congelado de fresco, algodão, tractores e outras mercadorias. No corrente ano aumentaram para Portugal as vendas de petróleo soviético».

No ano em curso, afirmou

Gratchev, a União Soviética aumentou a exportação para Portugal de petróleo e, pela primeira vez, vendeu-lhe um lote de amoníaco. Registou-se, igualmente, por parte da URSS, um aumento da importação de Portugal da cortiça e seus derivados, de tecidos e de artigos à base de plástico e ainda folhas de Flandres.

«A reunião mista luso-soviética — disse ainda Gratchev — que decorreu no início de Junho de 1981, em Lisboa, no âmbito do acordo comercial mencionado, contribuiu para o aumento do intercâmbio entre a URSS e Portugal».

Saudação ao PCUS

A propósito do 64.º Aniversário da Revolução de Outubro, o Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética a seguinte saudação:

Queridos camaradas,

Expressando os sentimentos dos comunistas, da classe operária e dos trabalhadores de Portugal, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternalmente o Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, os comunistas e o povo soviético por motivo do 64.º Aniversário da Revolução de Outubro, marco glorioso na história do movimento comunista operário internacional, que abriu ao povo russo e aos trabalhadores e povos do mundo inteiro o caminho da emancipação social e nacional.

Ao fazê-lo, temos presente os nossos deveres nacionais, a luta difícil mas exaltante em que estamos empenhados no nosso país para defender as conquistas históricas da Revolução do 25 de Abril, salvaguardar o regime democrático consagrado na Constituição da República, derrotar a ofensiva contra-revolucionária e alcançar uma alternativa democrática ao actual governo reaccionário. As realizações e a política do país dos soviéticos, a afirmação na URSS da imensa superioridade do socialismo sobre o capitalismo constitui um estímulo poderoso para a luta dos comunistas e dos trabalhadores do nosso país.

O PCP e o povo português sempre contaram com a amizade e activa solidariedade internacionalista do PCUS e do povo soviético. A própria fundação do nosso Partido, há 60 anos, está indissolúvelmente ligada ao triunfo da Revolução de Outubro e às profundas repercussões no nosso país. Nesta data histórica da vida do vosso povo e da toda a Humanidade progressista queremos também assegurar

-vos a amizade e a activa solidariedade dos comunistas e dos trabalhadores de Portugal.

Avançando pelo caminho aberto em 7 de Novembro de 1917, a URSS, em conjunto com os outros países socialistas, constitui, pela força das suas realizações na edificação da nova sociedade liberta da exploração do homem pelo homem e pela sua política de paz e solidariedade internacionalista, um factor poderoso e decisivo da transformação progressista da sociedade em todo o mundo.

Nos 64 anos decorridos desde a conquista do poder pelos operários e camponeses sob a direcção do partido bolchevique, o mundo conheceu profundas transformações revolucionárias. Alargou-se e fortaleceu-se o campo dos países socialistas. Nos países capitalistas o movimento operário tornou-se a força determinante do processo de transformação social. O movimento de libertação nacional alcançou vitórias históricas e aprofundou o seu conteúdo social. Os povos de numerosos países recém libertados da opressão colonial optam pelo socialismo, lançam-se na criação do partido de vanguarda marxista-leninista, empreendem com tenacidade e audácia transformações radicais da sociedade. Tais transformações revolucionárias, que são outros tantos golpes vibrados nas posições do imperialismo, não inseparáveis da existência, realizações e política da URSS e demais países da comunidade socialista.

Foi para tentar deter e se possível inverter o avanço do processo revolucionário, alcançar a supremacia militar e reconquistar a hegemonia nos assuntos mundiais que o imperialismo, e em primeiro lugar o imperialismo norte-americano e os círculos mais reaccionários da NATO, desencadeou uma perigosa contra-ofensiva. O PCP denuncia e combate firmemente a política militarista e agressiva do im-

perialismo e desenvolve, nas condições específicas do nosso país, uma acção enérgica na defesa da paz e pelo desarmamento. O PCP luta contra a política do actual Governo «AD» de submissão de Portugal ao imperialismo e em defesa da independência nacional, contra a instalação e trânsito de armas nucleares em Portugal, contra o reforço da participação de Portugal na NATO, contra a utilização de território português para actos de ingerência e de agressão contra outros povos, por uma política externa de paz e amizade com todos os povos. Ao mesmo tempo o PCP luta contra a corrida aos armamentos e em particular contra a instalação na Europa de novos mísseis nucleares norte-americanos, contra a produção pelos EUA da bomba de neutrões, por negociações sérias e construtivas visando a limitação e redução dos armamentos. Denuncia a importância de uma «guerra nuclear limitada» à Europa. Põe em relevo a importância das reiteradas propostas de paz da URSS e dos países socialistas.

O PCP aponta claramente o imperialismo, e em primeiro lugar o imperialismo norte-americano, como responsável por graves perigos que pesam sobre a paz na Europa e no mundo e desmascara as campanhas sobre a chamada «ameaça soviética» e outras campanhas de mentiras e calúnias anticomunistas e anti-soviéticas. Deformar a realidade dos países socialistas, diminuir o seu prestígio aos olhos das massas, enfraquecer a sua coesão, e minar mesmo as bases do socialismo em tal ou tal país são objectivos permanentes da reacção mundial. Por isso a defesa do socialismo em qualquer país socialista é não só do interesse do povo respectivo mas dos trabalhadores e dos povos de todos os países. Por isso somos solidários com o POUP e o povo polaco na sua luta para defender e consolidar o socialismo face às ameaças das forças

contra-revolucionárias internas e da activa ingerência do imperialismo.

Queridos Camaradas,

Apesar dos esforços do imperialismo, a evolução mundial continua a realizar-se no sentido da democracia, da independência nacional, do progresso social e do socialismo. O fortalecimento da amizade, cooperação e solidariedade recíproca das grandes forças revolucionárias da nossa época — os países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional, os países progressistas — está em condições de derrotar os planos agressivos do imperialismo e assegurar o avanço da evolução mundial.

O gigantesco caminho percorrido pela URSS nestes 64 anos de poder soviético, as realizações e os êxitos alcançados na edificação do socialismo e do comunismo, fortalecem a nossa confiança no futuro da Humanidade, na defesa da paz, no triunfo inevitável à escala mundial do socialismo e do comunismo.

Desejando-vos os maiores sucessos na aplicação da orientação e na concretização das tarefas apontadas pelo 26.º Congresso do vosso partido, expressamo-vos, queridos camaradas, a nossa vontade de continuar a agir para o fortalecimento dos sólidos laços de amizade, cooperação e solidariedade que unem os nossos dois partidos, com base nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário e no interesse da amizade entre os nossos dois povos e do desenvolvimento das relações entre os nossos dois países.

Viva o 64.º Aniversário da Revolução de Outubro!
Viva a amizade e a solidariedade entre o PCP e o PCUS!
Viva o internacionalismo proletário!

O Comité Central do Partido Comunista Português

Hungria: o socialismo em construção (3)

Trabalho e luta ideológica na formação do homem novo

«Estamos a dar os primeiros passos para criar uma nova forma de viver» — declarou ao nosso pequeno grupo de jornalistas o camarada András Knopp, subchefe do Departamento Científico e Cultural do Comité Central do Partido Socialista Operário Húngaro. Esta uma questão central de socialismo — a construção do homem novo — questão em que se entrecruzam múltiplos problemas, que viríamos a abordar ao longo da nossa conversa.

Uma indicação da envergadura do problema é-nos dada muito simplesmente pelas direcções de estudo a que se dedica este Departamento. Ensino e Saúde (nomeadamente questões de demografia), são questões tão centrais como a ciência e a cultura.

Uma primeira abordagem do problema introduz-nos no cerne da questão.

«Para criar um novo modo de vida — diz-nos András Knopp — é preciso antes de mais combater certas heranças do passado. Criar novas condições de vida culturais. Aí tem que se co-

criação de centros de vida colectiva? Não poderá por outro lado representar um afastamento de outras formas de tempo livre, culturalmente enriquecedoras, como o teatro, o cinema, o concerto, por exemplo? Ou simplesmente a leitura?

Os factos não parecem apon-



A acção cultural de massas desenvolve-se desde a infância

nante que o trabalho assume nas sociedades onde impera a exploração do homem pelo homem. Para essa ligação também pode contribuir essa outra forma de trabalho o desenvolvimento pelas famílias no seus quintais de fim-de-semana. Se de par, desenvolver toda uma acção sistemática, quer no local de trabalho, quer no local de habitação ou de repouso.

A «cultura do trabalho» — «o modo de vida socialista começa no trabalho» — como justamente realçou o camarada András Knopp — exige todo um processo que se inicia nas próprias condições de trabalho, na sua valorização, na sua organização, na transformação do trabalho numa necessidade pessoal, na participação dos trabalhadores a todos os níveis da organização de trabalho. E também a criação de grupos culturais e actividade cultural generalizada na empresa, como no bairro, com a permanente participação e iniciativa do maior número possível de pessoas. Um processo que passa pelo aprofundamento da democracia socialista.

No desenvolvimento da cultura ao nível de empresa e de bairro, ocupa um lugar destacado a arte de amadores, o artista-operário. Múltiplos esforços se conjugam para facilitar a generalização cada vez maior da ligação arte-trabalhador e participação directa do trabalhador na arte, também como seu criador. As empresas, tanto estatais como cooperativas, têm um fundo destinado exclusivamente a fins culturais. As próprias empresas, as municipalidades, e naturalmente as casas de cultura, abrem amplos espaços e instalações adequadas à actividade artística dos grupos amadores. O Ministério da Cultura e o Instituto de Cultura Pública, contribuem também para o financiamento dos grupos amadores e profissionais. As empresas fornecem bolsas de estudo a artistas amadores que se tenham destacado. Fomenta-se o contacto directo entre amadores e profissionais.

A identificação com o trabalho

Com o desenvolvimento tecnológico do trabalho, o operário deixa de ser uma peça do próprio processo de produção, criando-se assim as premissas para superar os efeitos do afastamento entre trabalho e trabalhador. Premissas que só abrem caminho a essa nova relação com o socialismo.

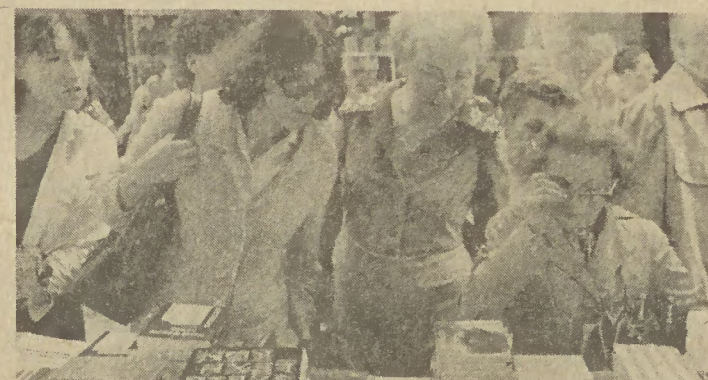
Na Hungria, como em toda a comunidade socialista, a organização tecnológica do trabalho, determinada pelo próprio processo tecnológico, visa simultaneamente uma superior e crescente produtividade a sua humanização.

Esta segunda componente da organização do trabalho que de forma alguma se opõe, antes se harmoniza, com a primeira — é preocupação central nos estudos desenvolvidos pelo Departamento Científico e Cultural. Os estudos feitos, como a própria prática, indicam que existe uma íntima ligação entre uma organi-

zação da produção mais adequada às actuais exigências tecnológicas e o fortalecimento das relações e a organização socialista na empresa. Aqui se destaca a importância do trabalho por brigadas, unindo engenheiros, economistas, técnicos e operários; o funcionamento por colectivos, após definição da tarefa; o aproveitamento mais flexível dos horários de trabalho.

Esta evolução socialista da empresa implica um outro nível de desenvolvimento da democracia socialista, em particular nos locais de trabalho. Uma maior possibilidade de intervir, por parte do trabalhador, tanto no processo de produção, como nos objectivos que a empresa se propõe e simultaneamente uma maior autonomia, por um lado, e participação na definição e concretização dos objectivos económicos da empresa propostos a nível nacional, por outro.

A evolução socialista da economia, baseada num impetuoso



Os arraigados hábitos de leitura e a produção elevada de livros, revistas e jornais, é traço característico da realidade socialista

e sistemático desenvolvimento técnico assenta também em dois factores fundamentais — o nível profissional e o nível cultural dos trabalhadores.

Assim se fundem num todo as necessidades vitais do socialismo e os seus próprios objectivos: formar o homem novo, um homem culto e intrinsecamente ligado ao trabalho, empenhado na participação na vida sociopolítica — porque sem ele o socialismo e o comunismo não são possíveis. Um processo muito difícil, por vezes lento, contraditório — mas vital.

Juventude e combate ideológico

Quarenta e quatro por cento da população húngara tem menos de 30 anos. Setenta e cinco por cento dos militantes do Partido são-no desde os anos posteriores a 56, ou seja, desconhecem pessoalmente a experiência dramática de dias em



Ter uma casa condigna faz parte, também, da criação de condições para um novo modo de vida

que se morreu pela defesa do socialismo e foi necessário vencer uma contra-revolução bem apoiada a nível internacional e que erros cometidos, desvios às leis do socialismo, permitiram

ma descurar tão evidentes vantagens técnicas) — temos os dados de base para abarcar a importância do trabalho ideológico (indissolúvelmente ligado às realizações práticas) na Hungria, a envergadura da acção a desenvolver para a formação de um novo modo de viver, de agir, de pensar, exactamente no sector da população onde tal trabalho é mais importante: entre a juventude.

«A juventude pode sentir de forma insuficiente quais são as perspectivas e mesmo o que é o socialismo» — declarou-nos o camarada András Knopp que considerou ser essa «a questão ideológica central».

É através dos seus êxitos que o socialismo se afirma como uma sociedade superior. A resposta mais eficaz às dúvidas que surjam, alimentadas por uma campanha sistemática do mundo capitalista, que tem fácil acesso a vários países socialistas, é a resposta da prática política. Mas isso só não chega.

Essa também a experiência da Hungria que actualmente desenvolve grandes esforços para uma mais aprofundada análise

dos acontecimentos de 56 e a divulgação desses acontecimentos e de toda a experiência histórica da construção do socialismo no país, da realidade que se teve que enfrentar quando se deram os primeiros passos para a construção dos alicerces do socialismo, dos problemas que houve que superar, dos êxitos obtidos e dos problemas diferentes, mas reais, a que hoje também se tem que dar resposta. Para compreender o valor do que se tem e saber encerrar o que há a fazer, é preciso conhecer de que base se partiu e que via árdua se teve que percorrer.

«A juventude húngara faltam experiências históricas e sociais que outras gerações receberam na luta de classes — sublinhou-nos o camarada András Knopp. — Não sentem as dificuldades e os perigos que outros tiveram que enfrentar, não sabem o valor das conquistas revolucionárias». Esta realidade exige um amplo trabalho ideológico, a transmissão de uma importante experiência histórica. Nesse sentido têm vindo a ser dados alguns passos que na verdade revelam que a juventude húngara não só precisa, mas também quer, conhecer o passado, por que períodos difíceis passou a construção do socialismo no seu país.

O camarada Peter Renyi, membro do CC e subdirector do jornal «Nepszabadság», informou-nos que uma série de artigos especiais sobre 1956 tinham originado uma subida de tiragem da ordem dos 45 000 exemplares, abarcando este número em particular jovens leitores.

Na preparação global de uma juventude destinada a prosseguir a construção do socialismo desenvolvido na perspectiva do comunismo, a formação de novas formas de agir, pensar e viver é tarefa central e múltipla de toda a sociedade.

Do enviado especial do «Avante!»

Ligia Calapez

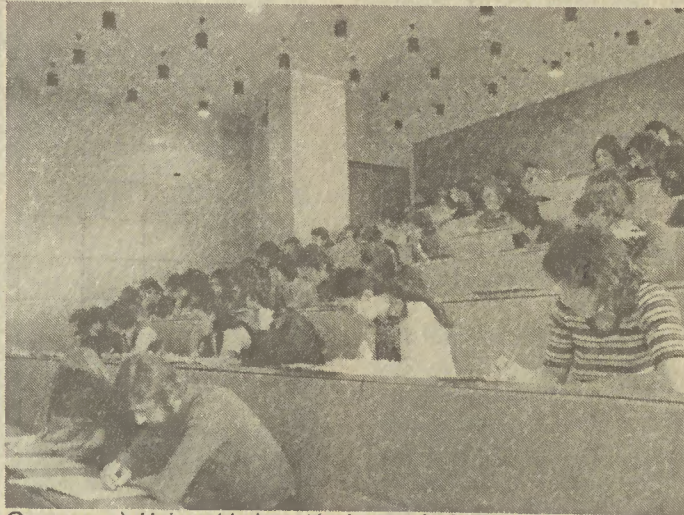
meçar pelo que é básico. E tudo que é feito tem que ser criação do próprio povo, com a iniciativa e ampla participação popular: melhores salários, melhor habitação, electrodomésticos, por exemplo. De par com a transformação dos novos bairros em verdadeiros centros de vida colectiva e cultural».

Na criação de condições diferentes para um novo modo de vida, o problema da habitação volta a ser destacado. Actualmente a média é de 100 casas para cada 108 famílias. O 6.º plano, em concretização, deverá reduzir esta proporção para 100-103. Com o 7.º plano o problema da habitação deixará de existir como problema quantitativo.

Um debate em torno dos tempos livres

Na Hungria existem 1200 mil quintais particulares (excluindo as parcelas trabalhadas pelos cooperantes das cooperativas agrícolas). Concretamente em Budapeste a maioria esmagadora das famílias tem casa de campo. Isto quer dizer que uma parte significativa das populações cidadãs passa os seus fins-de-semana nas suas casas de campo e dispense parte das horas livres em jardinagem e horticultura.

Uma realidade que é actualmente discutida na Hungria: não conduzirá esta situação a opções excessivamente individualistas em matéria de tempos livres, constituindo obstáculo à



O acesso à Universidade está aberto, de facto, a todos os que o desejem e manifestem aptidões e vontade de trabalhar. A generalização do ensino superior é uma exigência da própria evolução económica e técnica no sistema socialista

SEMANA Internacional

4
Quarta-feira

Em Moscovo, os secretários dos comités centrais dos partidos comunistas e operários da maior parte dos países socialistas têm um encontro com Leonid Brejnev, que expôs a apreciação da URSS sobre o desenvolvimento da cooperação no seio da comunidade socialista e o seu papel no desenvolvimento da cooperação entre países com sistemas sociais diferentes, essencial para fortalecer a causa da Paz. Os resultados oficiais das eleições na Tunísia confirmam que o partido de Bourguiba, no poder, continua a deter os 136 lugares da Assembleia Legislativa. Tais resultados são porém unanimemente contestados por toda a oposição, que considera a eleição fraudulenta e falsificada. Em Milão, milhares de pessoas voltam a protestar nas ruas contra a autorização governamental para a instalação de mísseis nucleares norte-americanos na Sicília.

5
Quinta-feira



Haig, o falco incansável

A possibilidade da criação de uma «Frente de Entendimento Nacional», na base dos princípios da Constituição polaca, é discutida num encontro entre o 1.º Secretário do POU, o Primaz da Polónia e o presidente do sindicato «Solidariedade». Haig, secretário de Estado norte-americano, revela perante uma comissão do Senado que os planos de emergência da NATO incluem a iniciativa de «um primeiro disparo nuclear de prevenção» perante a eventualidade de um confronto com armas convencionais na Europa. Reações imediatas de organizações e governos levam o secretário norte-americano da Defesa, Weinberger, a afirmar que um tal plano de «ataque nuclear de aviso» existia, sim, mas já fora abandonado... A Hungria solicita a sua adesão ao Fundo Monetário Internacional e ao BIRD-Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento.

6
Sexta-feira

Porta-voz incansável dos círculos mais agressivos do imperialismo, Alexander Haig confirma hoje, em entrevista ao «New York Times», a existência de planos de agressão dos EUA contra Cuba e a Nicarágua. No México, cinco organizações de esquerda, entre as quais o PC Mexicano, reúnem-se para debater um processo de fusão que deverá culminar, segundo declarações de participantes, na criação de um Partido Socialista Unificado. Helmut Schmidt, chanceler da RFA, defende na Televisão a manutenção da aliança do seu país com os EUA, mas manifesta apreensões quanto à política militar da actual administração norte-americana. Afirma, por outro lado, em relação à URSS e aos outros países do Pacto de Varsóvia: «São nossos vizinhos e nossos parceiros (...) e é desejo do governo da RFA que as boas relações mútuas se reforcem».

7
Sábado

Uma sessão solene no Kremlin e a tradicional parada militar na Praça Vermelha são os pontos altos das comemorações na URSS do 64.º aniversário da Revolução de Outubro. Em todas as declarações produzidas os dirigentes soviéticos manifestam as preocupações da URSS perante as ameaças que pesam sobre a Humanidade em consequência da política belicista, de provocação e de ingerência nos assuntos internos dos outros países da administração Reagan e da NATO, e a sua disponibilidade para todas as acções que possam conduzir ao desarmamento e à Paz. O governo norte-americano confirma que prepara «o reforço da ajuda político-militar» à ditadura fascista salvadorenha, considerando que é por falta de meios económicos e militares que se vive naquele país um «impasse». Nestes primeiros dias de Novembro, o desemprego afecta 8,5 milhões de pessoas nos EUA — 8 por cento da população activa, contra 7,5 no mês passado. O senador Kennedy afirma que a política de Reagan conduz os EUA para a mais grave crise económica desde a grande depressão de 1929.

8
Domingo



Um movimento imparável

Mais de 20 mil manifestantes em Frankfurt, vários milhares em Linz, na Áustria, e ainda um apelo dos jovens socialistas de oito países europeus contra a instalação de mísseis Cruise e Pershing na Europa são os acontecimentos marcantes deste fim-de-semana no grande movimento que em toda a Europa se desenvolve contra a escalada nuclear. Em Stuttgart, RFA, ao apelo da Confederação dos Sindicatos da Alemanha Federal, 70 mil pessoas manifestam-se contra o desemprego. É a maior acção sindical de massas registada na RFA desde há muitos anos. Começa em Bissau, com a participação de 300 delegados, o primeiro congresso extraordinário do PAIGC. «Reajustamento, unidade nacional e justiça social» são o lema deste Congresso, o primeiro desde a separação, há um ano, da Guiné e de Cabo Verde.

9
Segunda-feira

Na Bélgica, eleições legislativas ontem realizadas assinalam o recuo dos partidos sociais-cristãos e conferem ganhos assinaláveis aos liberais. Acentuam, por outro lado, o carácter federalista do país, já que os maiores avanços foram obtidos pelos partidos que o tiveram como objectivo programático. O Partido Comunista, cuja percentagem baixou, perdeu dois deputados. Os sindicatos britânicos manifestam-se unanimemente contra a intenção governamental de reprivatização da British Leyland, «logo que alguns dos seus sectores tenham voltado a ser rentáveis». Recordam que o reequilíbrio económico da empresa tem sido feito à custa de cedências e sacrifícios dos seus trabalhadores, nomeadamente no que toca a aumentos salariais, e que não pode ser o sector privado a colher-lhe agora os frutos. O «Pravda» refere-se a exercícios navais e aéreos norte-americanos na costa cubana, e adverte os EUA de que novos ataques a Cuba «poderão ter consequências perigosas».

10
Terça-feira



Em nome dos que morrem de fome

Aviões da Força Aérea israelita violam os espaços aéreos saudita e libaneses, no que parece ser a tradução militar das afirmações hoje produzidas por Menahem Begin, primeiro-ministro israelita, segundo as quais o seu país «não fará mais concessões aos países árabes». O governo brasileiro perde a maioria absoluta que detinha na Câmara dos Deputados desde a criação do «bipartidarismo». Em 1965: 4 deputados do chamado «socialismo» aderiram a partidos da oposição. Em discurso proferido em Roma, perante a Conferência da FAO, Indira Gandhi, primeiro-ministro indiano actualmente em visita oficial à Itália, calcula em 1,3 milhões de dólares as despesas quotidianas da corrida aos armamentos.

Efeméride da Semana — Em 7 de Novembro de 1867, nasce em Varsóvia, Maria Skłodowska, Madame Curie como ficou conhecida depois do seu casamento com o físico francês Pierre Curie. Ao seu notável trabalho científico conjunto, cujo resultado mais conhecido é a descoberta do rádio, seria atribuído, em 1903 e 1911, o Prémio Nobel.

Internacional

Cuba não está só Solidariedade é palavra-de-ordem

A repetida denúncia, por parte de Cuba, dos propósitos de agressão alimentados por Washington, e já em adiantada fase de preparação, têm vindo a ser confirmadas pela própria imprensa norte-americana e por declarações de personalidades tão responsáveis pela política externa dos EUA, como o secretário de Estado norte-americano Haig.

Os ataques a Cuba, imputando-lhe a responsabilidade de movimentos revolucionários na América Latina e até em África, não constituem novidade. O que aliás se insere numa política sistemática visando o isolamento de Cuba e a criação de bases permanentes para, a qualquer momento, «justificar» a agressão.

Tudo indica que é isso mesmo que Washington pretende neste momento, agudizando subitamente a sua campanha anticubana com a acusação formal de que o governo cubano teria enviado um contingente militar para a Nicarágua. A uma «informação» num jornal norte-americano, logo se sucederam as ameaças por parte da administração Reagan.

Ressalta aqui o carácter de campanha montada — não seria crível para ninguém que o governo norte-americano andasse «informado» de tais «notícias» pela imprensa. Face à exigência de Cuba de que sejam apresentadas provas, o costumeiro silêncio.

Entretanto o jornal norte-americano «New York Times» divulga uma detalhada notícia sobre planos militares norte-americanos contra Cuba e a Nicarágua. Em entrevista a esse mesmo jornal, o secretário de Estado Haig não só não negou a existência de tais planos,

como implicitamente os admitiu, admitindo igualmente a possibilidade de uma intervenção militar norte-americana em El Salvador, em apoio da Junta, responsável pelo massacre que se vem a concretizar neste país (de acordo com um boletim da igreja salvadorenha, «Solidariedade», 11 mil pessoas foram mortas entre Janeiro e Setembro de 81, excluindo os que tombaram nos combates entre guerrilheiros e as tropas de El Salvador).

Segundo um jornal norioquino, as medidas em estudo pela Casa Branca incluíam um bloqueio à Nicarágua, manobras aéreas e navais de grande envergadura em torno de Cuba, agravamento das sanções económicas, uma invasão militar que poderia contar com a participação de tropas de outros países do continente — no que poderia vir a constituir uma agressão imperialista a Cuba, mascarada de «reação continental» contra a «a ingerência armada cubana».

Assim, mesmo cingindo-nos em absoluto às notícias e comentários da imprensa e de personalidades norte-americanas, a conclusão de que algo de grave se prepara contra Cuba e mesmo contra o movimento revolucionário na América Latina no seu conjunto, é inevitável.

Cuba denuncia e prepara-se

Esta preocupante sucessão de notícias e declarações provocou o estado de alerta em Cuba. O embaixador na ONU, Raul Roa, apresentou ao secretário-geral da organização, Kurt Waldheim, uma nota de denúncia dos planos norte-americanos.

Posteriormente um alto funcionário cubano na ONU declarou haver conhecimento de que os preparativos norte-americanos de acção armada incluíam uma acção militar directa contra o povo de El Salvador, uma acção armada contra a Nicarágua através da fronteira



O povo cubano, mobilizado, saberá opor-se às ameaças imperialistas

Na RFA e em Berlim-Oeste repressão é «resposta»

Desemprego, repressão, o grave problema da habitação — são neste momento questões centrais na RFA e em Berlim-Oeste, atingindo particularmente a juventude. A acuidade com que o movimento de massas corresponde à deterioração das suas condições de vida e das liberdades democráticas, de par com o poderoso movimento de opinião pública contra as armas nucleares e a corrida aos armamentos — constituem sintomas de uma tendência que se desenvolve na Europa capitalista, contra a direita, contra uma política gerada pelo poder dos monopólios.

Contra ameaças dos EUA prossegue luta dos povos da Europa

O secretário de Estado norte-americano Haig veio publicamente reafirmar ideias tão perigosas — que enformam a política externa norte-americana — como a possibilidade de uma guerra nuclear «limitada» à Europa e ainda a inclusão nos planos de emergência da NATO, da iniciativa de um primeiro disparo nuclear, que o mesmo é dizer, a iniciativa de desencadeamento de uma guerra nuclear a nível planetário.

A estas afirmações somou ainda uma outra, que realça bem o carácter de chantagem (os americanos chamam-lhe «linkage») que caracteriza a política externa norte-americana — ameaçou com o fracasso das conversações com a União Soviética no caso dos países da NATO não aceitarem a instalação de mísseis nucleares norte-americanos no seu território.

Entretanto o carácter chantagista da política externa norte-americana está longe de dar os frutos desejados. Nas comemorações do 64.º aniversário da Revolução de Outubro, o ministro soviético da Defesa, Dmitry Ustinov, reafirmou: «Não procuramos e não pretendemos ter superioridade militar sobre o outro lado. Não é essa a nossa política (...) Contudo, não permitiremos que tal superioridade seja criada em relação a nós. Tais tentativas de falar connosco de uma posição de força não têm qualquer perspectiva».

O carácter pacífico da política externa soviética é mesmo reconhecido pelo chanceler Helmut Schmidt, da RFA, que declarou numa entrevista transmitida pela televisão: «Recusamo-nos a chamar à União Soviética e aos seus aliados nossos inimigos. Não são nossos inimigos, são nossos vizinhos e espero que continuem nossos parceiros no futuro e que essa qualificação seja reforçada».

Numa reunião realizada nos primeiros dias de Novembro, no

Dia 8, realizou-se em Stuttgart uma manifestação contra o desemprego com cerca de 70 mil pessoas. Convocada pela Confederação Alemã Federal dos Sindicatos (DGB), a marcha foi considerada a maior realizada de há muitos anos para cá. O problema do desemprego cresce acentuadamente na RFA. Atinge actualmente os 5,9% da população activa, ou seja 1,35

milhões de pessoas, devendo aumentar no próximo ano, segundo estimativas governamentais, para a média de 1,6 milhões.

Nos primeiros dias de Novembro, uma vaga de manifestações contra a violência policial estendeu-se a diversas cidades da RFA. Estas manifestações constituíram um protesto generalizado contra a forma como a polícia destruiu um acampamento erguido para bloquear a construção de uma terceira pista no aeroporto internacional Rhein-Mein de Frankfurt, que implica a destruição de uma floresta. A polícia utilizou, durante a acção repressiva, canhões de água, gás lacrimogénico e bastões, tendo-se registado mais de uma dezena de feridos.

Entretanto, discretamente, sem publicidade, prossegue a prática das interdições profissionais, que permite, «legalmente», impedir os comunistas e outros democratas de exercerem cargos de funcionalismo público, nomeadamente no ensino. Hans Peter, membro do Partido Comunista Alemão, acaba de ser definitivamente expulso do trabalho que exercia, nos Correios, tendo sido embora reconhecida a sua competência profissional. A razão é muito simples, caberá até talvez — quem sabe? — nos quadros do «pluralismo político», Hans Peter é militante activo do seu partido. E o

manifestaram-se em Linz, enquanto na Grã-Bretanha uma sondagem revela que a maioria dos ingleses são contra as bases militares dos EUA no seu país.

Em Portugal acentua-se a luta contra as armas nucleares e pela paz, desdobrando-se em sessões de esclarecimento (como em Évora, Sintra, Vila Franca) Abaixo-assinados, e outras manifestações. O abaixo-assinado contra as armas nucleares em Portugal já ultrapassou as 200 mil assinaturas.

As eleições legislativas realizadas na Bélgica no passado dia 8, caracterizam-se fundamentalmente por uma queda da direita no poder e um reforço das posições federativas (relativamente às comunidades flamenga e francófona). Estes resultados eleitorais, que traduzem o peso da crise e a justa atribuição da sua responsabilidade à direita no poder — o Partido Social Cristão — por parte do povo belga, reflectem também a complexidade dos problemas e dos factores que se entrecruzam na vida política belga, e não abrem caminho a um governo estável.

As eleições legislativas agora realizadas resultam da queda do quarto governo belga desde 79, que durou 5 meses. Isto já por si dá nota da instabilidade reinante no país, e da incapacidade dos sucessivos governos para a resolverem.

das Honduras — em ambos os casos poderia chegar-se ao confronto com tropas cubanas caso o governo da Nicarágua ou as forças revolucionárias salvadorenhas pedissem ajuda a Cuba —, e ainda uma provocação directa a Cuba, que poderia sempre ser apresentada como o «direito de resposta» dos EUA a uma imaginária provocação cubana.

Em visita a Manágua, capital da Nicarágua, o presidente interino da Assembleia Nacional Cubana, Raul Roa, afirmou que os planos norte-americanos têm por objectivo destruir os movimentos de libertação na América Latina, em especial as revoluções cubana, nicaraguense e de Granada.

Uma «filosofia» da agressão

Os preparativos em curso contra Cuba inserem-se, não só na política que sempre foi prosseguida pelos EUA contra Cuba socialista, mas particularmente no conjunto da agressiva e perigosa política externa da administração Reagan.

O processo actualmente em curso contra Cuba estava planeado mesmo antes da eleição de Reagan, pelos sectores que promoveram a sua candidatura. Num elucidoativo relatório elaborado por esses sectores — o relatório secreto de Santa Fé, elaborado em Maio de 1980 para o «Conselho de Segurança Interamericana» — afirma-se com toda a clareza, na síntese final: «A América Latina é vital para os EUA: a projecção do poder global dos EUA sempre assentou numa América do Sul que nos apole. Para os EUA o isolacionismo é impossível. A contenção da União Soviética não é suficiente. O desanuviamento é a morte». Isto foi dito. Melhor ainda — isto foi escrito. E embora muito sintético contém todo um programa, uma opção, que está a ser levada à prática.

Cingindo-se à América Latina — e a experiência tem vindo a mostrar o que significa ser «vital» para os Estados Unidos — e mais concretamente a Cuba, o relatório de Santa Fé apresentou

Telegrama de A. Cunhal a F. Castro

O camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, enviou ao camarada Fidel Castro, Primeiro Secretário do CC do Partido Comunista de Cuba, com data de 6 de Novembro, o seguinte telegrama:

«Ante as perigosas ameaças do imperialismo norte-americano, expressamos inteiro apoio e solidariedade dos comunistas portugueses para com o vosso Partido e o heróico povo de Cuba revolucionária.»

também um esclarecedor programa, em que se afirma: «Havana deve ser responsabilizada pela sua política de agressão contra os Estados irmãos da América. Entre outras medidas, será criada a Rádio Cuba Livre, sob total responsabilidade do governo dos Estados Unidos, a qual emitirá informação objectiva ao povo cubano, e que entre outras coisas, detalhe os custos da sacriliga aliança de Havana com Moscovo. Se a propaganda falhar, deve ser lançada uma guerra de libertação contra Castro».

«A segunda alternativa será estimular os cubanos para que procedam a uma mutação radical na sua política externa. Embora sendo improvável que os Estados Unidos possam afastar os cubanos da União Soviética, deixaremos claro que os Estados Unidos serão generosos se a aliança soviético-cubana for liquidada». E termina-se de forma ainda mais cinica — se possível — do que a que perpassa todo este «plano» — «Havana deve ser confrontada com duas claras opções. É livre de escolher uma, mas os Estados Unidos deverão concretizar quer a ameaça quer as promessas com igual vigor».

Esta a «filosofia» política que os EUA — preocupados com a evolução da situação na zona «vital» constituída pela América Latina — se preparam para concretizar, com um «vigor» que exige pronta resposta de todos nós.

Solidariedade urgente

Se a «filosofia» do «chicote e da cenoura» é a praticada pelo imperialismo à escala mundial (e assim defendida sem pelos quando se pensa em família), outra,

bem diversa, é a das forças revolucionárias a nível mundial. As «opções» impostas pelos Estados Unidos, entre promessas e ameaças, mesmo militares, tem que responder a solidariedade internacional com os povos que lutam pela sua libertação, como os que defendem a liberdade alcançada.

Na situação actualmente criada, muitas expressões de solidariedade internacional chegaram já a Cuba. A determinação de lutar, quando necessário, expressa na Nicarágua, como em países onde se prossegue a batalha contra regimes «aliados» do imperialismo, somou-se, entre outras, a da União Soviética. Em entrevista ao jornal mexicano «El Nacional», o embaixador soviético no México afirmou que «a União Soviética tomaria as medidas necessárias para manter a independência e a liberdade do povo cubano».

Em Portugal, o camarada Alvaro Cunhal, enviou uma mensagem a Fidel Castro — que junto reproduzimos — expressando em nome dos comunistas portugueses a total solidariedade com o povo cubano e a sua heróica e constante luta pela construção e defesa do socialismo tão perto da cabeça do imperialismo mundial, mesmo na sua zona «vital». E já antiga a solidariedade existente entre os comunistas dos dois países, sabendo-se, aliás, o lugar importante que a Cuba socialista tem no coração de todos os democratas portugueses. Nesta hora grave e perigosa para a Ilha da Liberdade, os democratas portugueses, e em primeiro lugar os comunistas, não podiam, pois, faltar à chamada, gritando bem alto: «Yankees, tirem as mãos de Cuba!»

democrático governo da RFA ainda vai permitindo que se pense... mas não que se actue em conformidade com as ideias que se defende (embora em nada tal acção se possa considerar anti-social, mesmo à luz da Constituição do país — argumento permanentemente invocado).

Berlim-Oeste um caso exemplar

No dia 22 de Setembro, em Berlim-Oeste, no bairro de Schöneberg, mais de dois mil policiais, com blindados, canhões de água, serras eléctricas e gases lacrimogénicos, desalojaram os ocupantes de casas vagas, destinadas à venda especulativa — na sua maioria jovens a que a política de habitação e a política social do governo democrata-cristão corta quaisquer perspectivas de ter casa própria.

O assalto às casas ocupadas foi acompanhado da mais violenta repressão contra os manifestantes que protestavam na rua contra a violência policial. Brutalmente, centenas de policiais empurraram os jovens manifestantes para uma avenida com trânsito intenso — a Potsdamer Strasse. Perseguido pelos cães-polícia, o jovem manifestante Klaus Jürgen Rattay, de 18 anos, foi literalmente empurrado para o meio da rua, morrendo atropelado por um automóvel.

Para a queda deste último governo contribuíram diversos problemas, de que se destaca a incompatibilidade de opções políticas e económicas entre os dois principais partidos da coligação: o PSB (socialista, o maior da parte francófona do país) e o CVP (Social-Cristão, o principal partido na parte flamenga). Incompatibilidade que se manifestou em particular no que respecta às formas de enfrentar a crise, concretizando-se em casos como a exigência patronal de desligar parte da massa salarial dos aumentos automáticos de salários ligados à subida de preços e a recusa da banca privada em financiar a siderurgia de Valónia, onde estão em causa milhares de postos de trabalho.

Aqui se esboçam alguns dos problemas fundamentais do país e a óbvia impossibilidade de conciliar no poder opções po-

Entretanto, prosseguia o assalto e a repressão no exterior do edifício.

A polícia, com matracas, arrastava para a rua os ocupantes dos prédios.

Excluindo o que era possível transportar, todo o restante equipamento dos alojamentos foi destruído e lançado para a rua, veículos blindados patrulhavam as ruas. Atradores especiais estavam colocados nos telhados dos prédios. Os manifestantes, na rua, foram dispersos com matracas, agulhetas de água, gás lacrimogénico.

A violentíssima repressão desencadeada levou ao desalojamento dos seus ocupantes. Mas não ao fim dos protestos contra um problema muito real. E mais ainda à sua solução.

Actualmente, em Berlim Oeste, há cerca de 80 000 pessoas à procura de casa, enquanto 800 apartamentos vagos aguardam a vez de serem vendidos a preços especulativos e por isso incomportáveis para amplos sectores da população (nos últimos 15 anos o preço do aluguer, nos antigos apartamentos, aumentou em 200%). Entretanto 2500 trabalhadores da construção civil estão no desemprego.

Números e factos que não são exclusivos da RFA, e contra os quais se ergue uma realidade crescente, por toda a Europa capitalista, o amplo protesto é organização popular.

com igual número de deputados, não obtiveram uma maioria que os tome futuro de uma nova coligação. A subida dos liberais — direita na oposição (que tal como a subida dos ecologistas, que ultrapassaram o Partido Comunista, traduz a complexidade da vida política belga, os problemas em causa, como o seu esclarecimento) — em nada altera esta incapacidade de formação de uma coligação, pois o seu programa apresenta-se incompatível, não só com o dos socialistas, mas também com o dos sociais-cristãos.

Uma eventual coligação entre sociais-cristãos e liberais recolocaria na Bélgica uma realidade frequente no mundo capitalista — uma votação contra uma política de direita, reconduzir ao poder uma outra política de direita, por força dos mecanismos da democracia burguesa.

110
93
98
138
105
912

Bombas atômicas... mas também canhões!

O esforço belicista do imperialismo desenvolve-se em diversas frentes: na ameaça nuclear mas também no gigantesco aumento do armamento convencional e dos efectivos das suas tropas.

Objectivo?

É que se trata não apenas de ameaçar com um holocausto atômico o mundo inteiro e especialmetne a URSS e todos os países socialistas, como também de reforçar as intervenções militares em todo o mundo, em todos os países, contra todos os povos sempre que os lucros, as matérias-primas, os interesses dos monopólios estejam em causa. Os factos falam por si.

Os arsenais americanos, já repletos de armas nucleares, são actualmente dotados a um ritmo acelerado de uma nova geração de meios de destruição massivos, de verdadeiras "super-armas". A opinião pública mundial conhece já os programas de desenvolvimento de 200 mísseis intercontinentais MX, de 10 000 mísseis *Cruise* (mísseis de cruzeiro), de um ou vários novos bombardeiros estratégicos, de novos submarinos "Trident" e do renovado esforço para aprontar armas para a "guerra no espaço". Paralelamente - e embora beneficiando do silêncio de uma atenção menos viva - verifica-se um gigantesco esforço de aumento do armamento convencional cuja força destrutiva aumenta significativamente graças a esforços de permanente aperfeiçoamento. A intensificação no campo das armas convencionais - sempre coordenada com a das armas estratégicas - visaria assegurar aos meios dirigentes dos Estados Unidos a superioridade militar em todos os sectores de importância decisiva para guerra e permitir-lhes, sem desencadear guerras em todas as regiões do mundo, pondo em prática os planos hegemónicos do imperialismo com ou sem recurso a armas nucleares.

As concepções de Weinberger em matéria de poderio militar

Caspar Weinberger, secretário para a Defesa e amigo íntimo do



pres-dente Reagan, definiu com transparente clareza esta estratégia militar e fala de uma "nova concepção em matéria de poderio militar". Sucessivas afirmações do responsável americano permitem verificar a que corresponde tal "nova concepção". Em 5 de Maio deste ano, por altura de um jantar oferecido pela agência noticiosa UPI, Weinberger declarava: "É preciso prepararmo-nos para uma guerra convencional que se poderá estender a numerosas regiões do globo". Um mês mais tarde, o chefe do Pentágono retomava o tema da guerra em várias frentes falando em Nova York: "Devemos encarar a eventualidade de um conflito em regiões muito distantes umas das outras tal como o Golfo Pérsico, a Europa Central, o Sueste Asiático e a América Central". Em 14 de Julho, dirigindo-se a oficiais da Escola Superior Militar de Washington, Weinberger pronunciou-se a favor do reforço sensível do armamento convencional a fim de aumentar a capacidade de conduzir guerras limitadas. O "Waal Street Journal" de 15 de Junho deste ano escrevia com toda a franqueza que o Pentágono elaborara planos "para pelo menos duas guerras simultâneas (...) com o empenhamento de um número elevado de tropas nossas e dos nossos aliados". Tais projectos vêm substituir-se às teorias da "guerra e meia" elaborada após a guerra do Vietnam. Os senadores americanos de há meses que se mostram favoráveis ao aumento de créditos para a esto ço

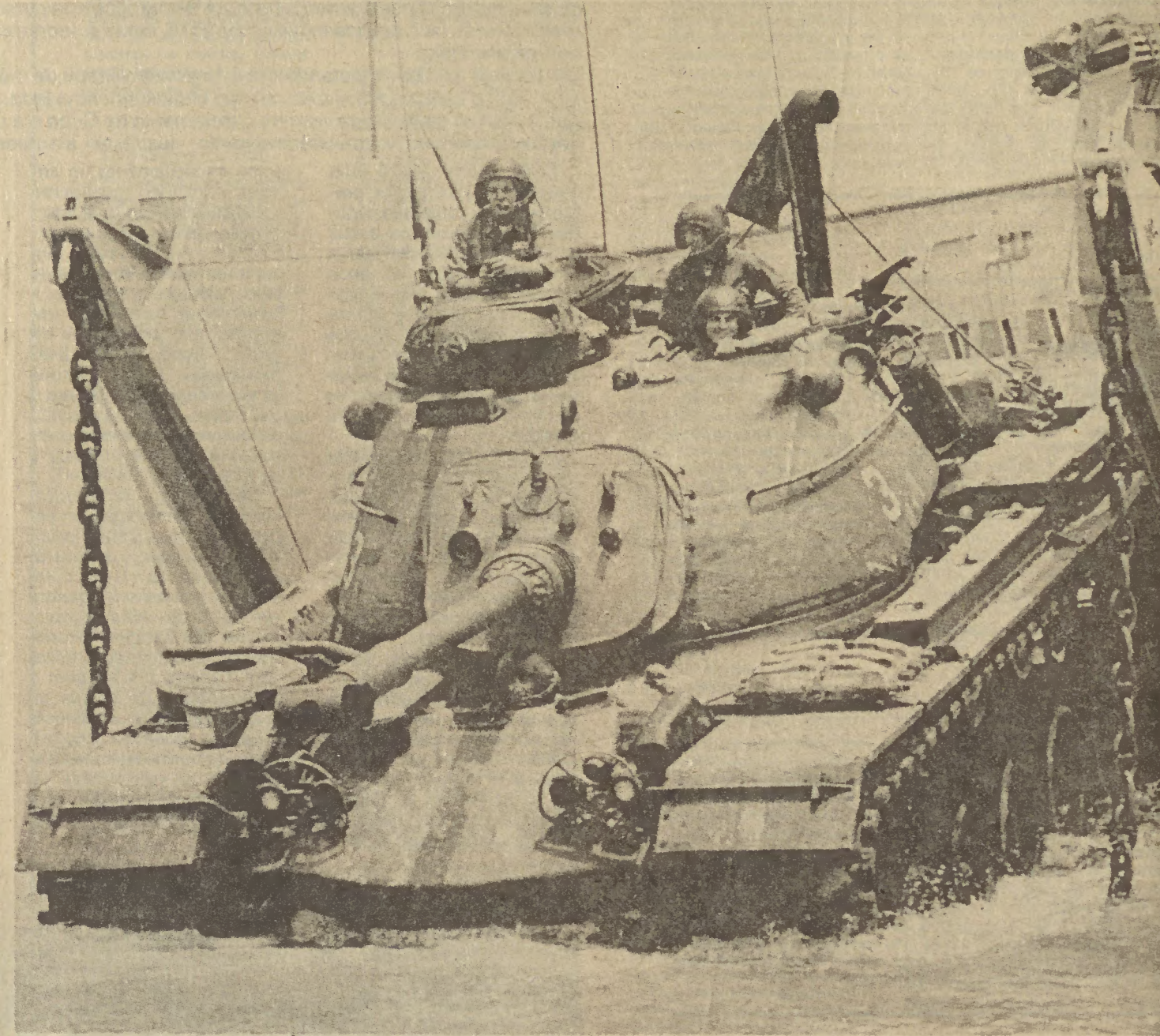
armamentista e um dos mais conhecidos porta-vozes dos interesses dos monopólios com interesses na indústria de guerra, o senador Nunn declarou ao "Frankfurter Allgemeine Zeitung" que é indispensável regressar à época em que "os americanos estavam seguros que todas as suas iniciativas materiais e, por acréscimo de razões, militares lhe traziam vantagens". Segundo numerosos observadores especializados, podem detectar-se três eixos fundamentais em torno dos quais se desenvolvem as concepções estratégicas e táticas da escalada belicista da administração Reagan. Primeiro, a produção pelos Estados Unidos de sistemas de armas estratégicas qualitativamente novas (sistema ICB, MX, submarinos "Trident" bombardeiros estratégicos) em proporções tais que assegurassem a possibilidade de assestar um primeiro golpe smegador em caso de guerra e que visaria essencialmente exacerchar chantagem sobre a União Soviética e fazer pender sobre todos os povos a ameaça de armas com inauditas capacidades de destruição. Segundo, o reforço das Foward Based Systems (FBS)

e a América Latina - o Pentágono concentra actualmente grandes esforços na construção e colocação em serviço de porta-aviões, cruzadores lança-mísseis e outros navios de combate, novos tipos de aviões de transporte de grande capacidade, de blindados e veículos de transporte destinados a serviço fora do território americano. A tentativa para fazer estacionar nos portos portugueses em permanência um porta-aviões tal como a preparação da base das Lajes ao trânsito de homens e equipamentos com vista a intervenções no Médio Oriente não é a única expressão deste esforço. Na verdade, todos os ramos das Forças Armadas americanas estão a ser implementados a todos os níveis e em todos os sectores. A US Navy, ou seja, a marinha de guerra deve ver o número dos seus navios aumentar nesta década de 465 para cerca de 600. Com este fim, só ela receberá 512 bilhões de dólares num total de 1650 bilhões consagrados ao armamento para o período de 1983 a 1987. Entre os acréscimos mais consideráveis, cite-se: ● a construção de três novos porta-aviões nucleares da classe "Nimitz", o que fará crescer de 12 para 15 o número de grupos de combate

juntarão ao "Nimitz" e aos seus "irmãos" "Eisenhower" e "Vinson" custa, a preços de 1981, qualquer coisa como 1,2 bilhões de dólares, isto é, quase 80 milhões de contos! Quanto à adaptação aos FA-18 "Hornett", rendeu às empresas aeronáuticas McDonnell-Douglas e Northrop um contrato de fornecimento à Navy no valor de 85 bilhões de dólares - mais de 6 bilhões de contos! No campo da Força Aérea, uma atenção muito especial - e largamente significativa - é dada ao transporte: ● os aviões de transporte standard do tipo C-141 passaram a ser rebastecidos durante o voo (até agora, necessitavam de escalar as Lajes nos seus voos dos EUA para o Próximo Oriente ou Europa); ● estão em construção oito novos aviões cargueiros do tipo KC-10; ● segundo uma recomendação do Estado-Maior das Forças Armadas americanas, a administração Reagan encomendou ao grupo Lockheed a construção dos gigantescos aviões-cargueiros CX (preço provisorio: 12 bilhões de dólares, 780 milhões de contos!) com vista, segundo o "Die Welt" de 27 de Abril, "deslocar rapidamente e em número suficiente soldados e equipamento para o Golfo Pérsico ou para a Europa". As forças do Exército são também objecto de importantes acréscimos, quer quantitativa, quer qualitativamente. No conjunto, os Estados Unidos tencionam chamar às fileiras nos próximos cinco anos um suplemento de cerca de 200 mil homens destinados aos três ramos das Forças Armadas, grande parte do qual se destinará ao Exército. Mas a própria estrutura, armamento e equipamento deste sofrem alterações que evidenciam a preocupação de aumentar a sua capacidade de intervenção e agressão. Os documentos disponíveis apontam para a constituição de quatro grandes tipos de unidades:

- uma "infantaria ligeira" dotada de helicópteros de combate e de transporte para operações em regiões montanhosas, combates de rua em áreas urbanas, combate na selva ou em regiões árticas de difícil estacionamento;
- "unidades médias" dotadas de armas ligeiras que, a partir de porta-aviões ou de transportes aéreos, possam intervir rapidamente em qualquer parte do mundo;
- "unidades pesadas", com elevado grau de mecanização para intervenções rápidas em regiões desérticas ou de estepes (normalmente o Médio Oriente);
- "unidades equilibradas" (balanced forces) compostas por infantaria ligeira, formações de blindados e equipadas com helicópteros para intervenções em regiões dotadas de vias de acesso largas e consistentes. Praticamente todos os grandes monopólios da indústria de armamento americana receberam encomendas com vista à produção de equipamento para este programa. A Chrysler Corporation de Detroit construiu 7058 carros de combate XM-1 "Abrams" - e diverso tipo de veículos blindados, a Sikorsky produziu helicópteros de combate e muitas outras continuam a fornecer mísseis táticos, peças de artilharia, diversas armas ligeiras, etc., etc.

A administração Reagan está pronta a prosseguir a subida em flecha das despesas militares



para concretizar todos estes planos. Se os créditos concedidos ao Pentágono para o ano de 1982 constituem, com os seus 222 bilhões de dólares (um número que em escudos exige dezanove algarismos...), um recorde inigualado, a crer nas declarações do bem conhecido Frank Carlucci, hoje adjunto de Weinberger, esse número será aumentado em mais 35 bilhões para o próximo ano.

Os aliados da NATO e os planos do Pentágono

A política armamentista e agressiva da administração Reagan reflectiu-se evidentemente no quadro da NATO e obrigou os principais aliados dos EUA na Europa a aliararem substancialmente o que ficara delineado no programa a longo prazo estabelecido pela Aliança em 1978. Na reunião do Defense Planning Committee -DPC de Maio deste ano em Bruxelas, Caspar Weinberger renovou os seus apelos aos países europeus da NATO para que redobrassem os seus esforços não apenas no campo das facilidades aos planos próprios dos EUA (bases, estacionamento de mísseis, etc.), como também nos seus próprios orçamentos: o secretário da Defesa foi ao ponto de «sugerir» que as despesas militares de todos os países da NATO fossem aumentadas de três por cento «corrigidas pelas taxas de inflação» e que, tal como nos EUA, tal acréscimo fosse feito à custa do sacrifício dos programas sociais!

São fundamentalmente a Grã-Bretanha e a República Federal Alemã que na Europa prosseguem de acordo com os planos estratégicos do Pentágono. O governo da sra. Thatcher repetidamente tem afirmado a sua disposição de integralmente alinhar com os planos de Reagan, e isto não apenas no quadro da NATO mas também num esforço de «autonomia» do imperialismo britânico. É assim que o «Livro Branco 1981-1982» sobre a política militar britânica consagra um capítulo inteiro ao reforço da presença militar e de intervenção fora da esfera de acção directa da NATO, apontando nomeadamente:

- concessão de ajudas militares, não apenas através do fornecimento de armamento como também mediante o envio de conselheiros militares;
- deslocação periódica de unidades e de equipamento para regiões de importância estratégica com vista a demonstrações de força (nomeadamente sob a forma de manobras comuns);

● organização de «unidades de intervenção rápida» (aponta-se desde já a integração nestas unidades dos Royal Guards de Galles, do 1.º Batalhão do Regimento de Cheshire, de um batalhão de para-queidistas, duas unidades de «comandos» e outras unidades de elite não especificadas). Sublinhe-se que este esforço parece visar muito concretamente uma maior intervenção inglesa na zona do Próximo Oriente: a cedência pela Grã-Bretanha aos EUA da importante ilha estratégica de Diego Garcia, no Oceano Índico -que serve presentemente aos americanos como importante apoio naval, aéreo, de armas pesadas e equipamento para um «corpo de intervenção rápida» 70 000 homens) foi acompanhada e seguida de manobras conjuntas de forças aéreas, aéreas e terrestres americanas e inglesas. Quanto à República Federal, é sabido que a Bundeswehr fornece o maior contingente das forças aéreas e terrestres da NATO na Europa central. O plano de armamento para a década de 80 do governo de Bonn fala só por si da consonância da política armamentista dos monopólios oeste-alemães com a corrida armamentista e agressiva dos Estados Unidos.

- para as forças terrestres: 1800 carros de combate «Leopard 2» fabricados pela Kraus-Maffei de Munique (fábrica de material de guerra pertencente ao grupo económico do criminoso de guerra Flick), 143 carros lança-mísseis anti-aéreos «Roland», vários milhares de sistemas de mísseis anticarro;
- para a força aérea: 322 aviões de combate «Tornado» de utilização múltipla fabricados pelo grupo Messerschmitt-Bölkow-Blohm de Munique, 175 caças-bombardeiros do tipo «Alpha Jet», 175 sistemas de mísseis «Roland-2» e 28 conjuntos de mísseis terra-ar «Patriot»;
- para a armada: 12 fragatas lança-mísseis «122», 20 vedetas lança-mísseis, mais 28 sistemas de mísseis terra-ar «Roland-2».

É importante sublinhar que também na RFA o carácter agressivo desta corrida aos armamentos corre a par e passo com a política americana. Na verdade, é significativo que uma especial importância seja atribuída ao reforço do poderio naval de forma a libertar as

esquadras americanas de uma maior incidência na zona abrangida pela NATO ao cuidado da esquadra alemã de forma a permitir aos americanos concentração noutros pontos; por outro lado, ao nível das forças terrestres manifesta-se a preocupação de criar condições para que a Bundeswehr possa rapidamente assegurar a substituição de unidades americanas presentemente estacionadas na RFA e que os interesses da política de Washington levasses a deslocar para agressões noutros pontos do mundo. É dentro deste esquema que se encaixa a formação de «brigadas de reserva de mobilização rápida». O general Lothar Dornse de Bundeswehr afirmou com toda a clareza acerca deste projecto e de todo o plano de reequipamento do exército alemão que se tratava de uma possibilidade da RFA «contribuir para a defesa de interesses vitais fora da região abrangida pela NATO» («Die Welt», 11/V/81).

Uma ameaça global contra todos os países

A realidade da corrida armamentista que corre a par com a política agressiva da administração Reagan revela-se com toda a clareza nos aspectos concretos de que se traçaram algumas linhas mais importantes. Medidas como a fabricação da bomba de neutrões e a instalação dos mísseis «Cruise» e «Pershing II» na Europa constituem claras ameaças contra o campo socialista e especialmente a União Soviética. Mas, sendo verdade que o campo socialista e a URSS constituem um decisivo baluarte da paz e da liberdade que o imperialismo sonha aniquilar, os projectos americanos não se limitam a esse confronto: ele é parte integrante da defesa de uma hegemonia, de um domínio mundial indispensável ao imperialismo e que quotidianamente sofre reverses às mãos dos povos em luta. Evidentemente então que esta agressividade visa paralisar e destruir o bastião socialista tanto quanto visa aniquilar a resistência e os esforços de liberdade e independência dos povos e das nações oprimidas. O governo americano não oculta que o desenvolvimento das forças convencionais se virá para a intervenção em áreas onde os interesses dos monopólios são postos em

perigo contra povos e países que não opõem à exploração ou ao colonialismo armas nucleares ou aviões sofisticados, mas que o imperialismo pretende submeter com intervenções militares que exigem operações convencionais. O mundo conhece por dolorosas experiências o círculo vicioso da corrida armamentista, da diversificação de meios de agressão, da criação de psicoses belicistas. A sucessão num ritmo preocupante de declarações e manobras agressivas por parte dos EUA acompanha as medidas económicas, tecnológicas e industriais do incremento dos armamentos. É muito significativo das intenções de Washington que simultaneamente com a campanha em torno do quadro europeu (declarações sobre a possibilidade de um teatro de guerra nuclear «apenas» na Europa, as pressões sobre os governos da NATO no sentido de incrementarem as suas Forças Armadas, etc.), com as ameaças aos países socialistas se concretizem ameaças a intervenções em Cuba, na Nicarágua, um concreto apoio às agressões pela África do Sul a Angola, uma crescente intervenção no Médio Oriente com participação das próprias forças armadas americanas como recentemente se verificou com as operações no Mediterrâneo Oriental (provocações à Líbia) e no Egipto. As armas de todos os tipos que crescentemente enchem os arsenais do Pentágono não estão viradas para ninguém em particular, mas sim contra todos os povos do Mundo em geral: o acertar da pontaria faz-se em função dos interesses do imperialismo, faz-se em função da resistência que os povos opõem aos desígnios das multinacionais, à exploração e à opressão. O Pentágono diversifica e acresce as suas possibilidades: bombas de neutrões para opor a países onde os povos construíram poderosas barreiras defensivas, a metralhadora e o «corpo de intervenção rápida» contra o que nas fábricas ou nos campos lutam contra governos corruptos e antipopulares. A defesa da Paz, a luta contra a corrida aos armamentos é uma necessidade vital de todos os povos. Uma necessidade de sobrevivência da Humanidade ameaçada pela maior concentração de meios de destruição da História, uma necessidade do progresso contra o malbaratar em armamentos riquezas gigantescas necessárias à solução de problemas vitais de sobrevivência, uma necessidade para que os homens possam construir o seu futuro segundo a sua vontade e os seus verdadeiros interesses.

As forças e os meios da estratégia global

Com o objectivo de aumentar a um ritmo acelerado o seu "corpo de intervenção rápida" e desenvolver a sua capacidade de intervenção em todas as regiões do globo - nomeadamente o Golfo Pérsico, o Sueste Asiático

